

# História, memória e direitos humanos

50 anos da ditadura  
militar no Brasil

ORGANIZAÇÃO  
Xênia de Castro Barbosa  
Mauro Henrique Miranda de Alcântara  
Verônica Aparecida Silveira Aguiar

EDITORA  
pontocom

Xênia de Castro Barbosa  
Mauro Henrique Miranda de Alcântara  
Verônica Aparecida Silveira Aguiar  
(Organização)

História, memória e  
direitos humanos  
50 anos da ditadura militar no Brasil

Salvador  
Editora Pontocom  
2014

*Copyright* © 2014 dos autores

Projeto gráfico, preparação dos originais  
e editoração eletrônica: Editora Pontocom

Revisão: Maria Enísia Soares de Souza

Ilustração da capa: Joeser Alvarez  
(*Prisioneiro de Consciência*, 1999)

**Editora Pontocom**

*Conselho Editorial*

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Grícoli Iokoi

*Coordenação Editorial*

André Gattaz

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

H673

História, memória e direitos humanos : 50 anos da ditadura militar no Brasil / Xênia de Castro Barbosa, Mauro Henrique Miranda de Alcântara, Verônica Aparecida Silveira Aguiar (organização). – Salvador : Editora Pontocom, 2014.

132 p. ; 21 cm

ISBN: 978-85-66048-44-5

1. História. 2. História do Brasil Contemporâneo. 3. Ditadura Militar. 4. Período 1964-2014. I. Xênia de Castro Barbosa, org. II. Mauro Henrique Miranda de Alcântara, org. III. Verônica Aparecida Silveira Aguiar, org.

CDD B981

CDU 94(81)

# Sumário

---

Apresentação	
OS ORGANIZADORES	6
50 anos do Golpe Civil-Militar: violações dos direitos humanos e desdobramentos na contemporaneidade	
JULIO MANGINI FERNANDES	14
Ditadura, essa nossa velha conhecida: repressão e cotidiano	
VALDIR APARECIDO DE SOUZA	28
Do lado avesso da história: a memória militar sobre 1964	
ANDRIELLY NATHARRY LEITE DA SILVA OLIVEIRA	44
Os desafios dos direitos humanos no Brasil pós-1964: um ensaio	
LENO FRANCISCO DANNER	54
O discurso do governador Jorge Teixeira e suas representações	
PAOLA FORONI	69
O golpe de Estado de 1964 e os impactos econômicos na Amazônia: continuidade e aprofundamento	
ANTONIO CLÁUDIO RABELLO	84
Em busca de outros olhares: o período ditatorial brasileiro e a Amazônia Legal	
VITALE JOANONI NETO	102
Entrevista: José de Oliveira Barroso	
XÊNIA DE CASTRO BARBOSA	116

# Agradecimentos

---

A Maria Enísia Soares de Souza, pela revisão cuidadosa e críticas sinceras e a Uílian Nogueira Lima, pela alegria com a história e por nos encorajar nos momentos mais difíceis. A vocês nossa gratidão.

## Apresentação

---

Em 31 de março de 1964 teve início um dos capítulos mais tristes da História do Brasil: as forças armadas apoiadas por grupos conservadores da sociedade brasileira suplantaram o regime democraticamente constituído e estabeleceram uma ditadura militar que governou o país entre 1964-1985. O novo regime político suplantou o Estado democrático de direito, suprimiu a liberdade de expressão e instituiu a tortura como prática privilegiada de manutenção do poder.

A ditadura militar no Brasil não foi um fenômeno isolado, mas uma replicação de práticas políticas violentas que se faziam presentes em quase toda a América Latina no contexto da Guerra Fria. A falência de governos populistas, que já não conseguiam, por meio do carisma pessoal de seus líderes, manter a estabilidade nacional, a progressiva tomada de consciência, pela classe trabalhadora, da violência econômica da qual era vítima e a elevação de sua participação nos processos políticos e reivindicatórios de direitos sugeriam uma via para o desenvolvimento desses países: o socialismo – via esta que era combatida de maneira contundente pelo líder do polo capitalista, os Estados Unidos. Não se pode atribuir a instauração do golpe de 1964 exclusivamente a forças exógenas, uma vez que esse golpe recebeu apoio de parcela considerável da população e de instituições representativas da sociedade brasileira, como a Igreja Católica, por exemplo.

No plano interno, as ressonâncias das disputas políticas-ideológicas em nível mundial, entre o capitalismo (tendo como principal defensor os EUA) e o comunismo (tendo à frente a URSS)

fizeram-se sentir com o surgimento da chamada “Doutrina de Segurança Nacional”, desenvolvida e disseminada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que possuía estreita ligação com os militares estadunidenses. Com isso, mudou-se a forma de ver o inimigo. Se antes esse inimigo era uma “nação” e “externo”, agora ele é “interno” e pode ser qualquer pessoa, levando a uma crise de confiança na sociedade. Para Nilson Borges, as ações ditatoriais expressam a “manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2012, p. 24).

Os militares, que historicamente se viam como “árbitros” da ordem e da ética, se organizaram para impedir que houvesse a instauração de um “golpe” (comunista), que traria um “caos” para o país. No entanto, dessa vez, a estratégia se fez diferente: se até 1964 o aparelho militar brasileiro se posicionou na condição arbitral-tutelar, intervindo pontualmente em alguns conflitos políticos, mas em seguida devolvendo o poder aos civis, após o golpe e durante o regime ditatorial o próprio Exército brasileiro assumiu o protagonismo da direção política do país, “como atores dirigentes e hegemônicos” (BORGES, 2012, p.16).

Para Marcos Napolitano, o golpe foi efetivado em três movimentos, com ritmos e eventos que são conexos, porém não coincidentes, a saber: (i) a *conspiração* propriamente dita, que opunha setores civis e militares contra o varguismo e seus herdeiros; (ii) o levante militar contra Goulart, evento de curtíssima duração (dias 31 de março e 1º de abril de 1964); (iii) o golpe de estado propriamente dito, que começa com o reconhecimento institucional da deposição do presidente pelo Congresso e termina com a edição do Ato Institucional do dia 9 de abril e a eleição indireta do general Castelo Branco (NAPOLITANO, 2011, p. 215).

Após o golpe o Brasil viveu 21 anos em regime ditatorial. Esse período foi marcado por violações a direitos humanos, censura aos meios de comunicação e às manifestações culturais, repressão às atividades sindicais e favorecimento comercial de empresas

estrangeiras, ao lado de uma década (a de 1970) de um suposto milagre econômico, assegurado por investimentos estrangeiros e abertura de linhas de créditos. Com os investimentos estrangeiros e o financiamento estatal do setor produtivo foi possível a ampliação do mercado consumidor brasileiro, no entanto, não foi ocorrido consolidação de uma indústria nacional eficiente, seja pelo fato de que este não era um interesse das indústrias estrangeiras que estavam obtendo lucro, seja pelos baixos investimentos em educação, ciência e tecnologia.

Passados cinquenta anos da deflagração do golpe, as memórias e os discursos se polarizam, produzindo conflitos e sentimentos variados, do desconforto à sensação de libertação, do sentimento de dever cumprido ao de nostalgia e ao de que é preciso se manter vigilantes. Como os diferentes grupos sociais interpretam o período? Que memórias subsistem da época? Quais os desafios, que acontecimentos políticos como aquele, trazem para as instituições comprometidas com a defesa dos direitos humanos? Esses questionamentos são problemas historiográficos que estão na ordem do dia, não só pelo marco simbólico: meio século do evento, mas principalmente porque o Brasil vivencia sua “primavera”, a população volta a ocupar as ruas em protestos generalizados – agora mediada por novas tecnologias da informação e da comunicação – e as luzes do passado costumam ser benfazejas nas análises do presente, embora não sejam capazes, por si sós, de defini-lo e explicá-lo.

A historiografia brasileira, desde a reabertura democrática, tem empenhado esforços em produzir interpretações sobre o período, seus efeitos na vida social e econômica e em revisar discursos e visitar as memórias daquele tempo, especialmente as memórias e discursos daqueles que, durante o regime, sofreram violações de direitos humanos e interdições da linguagem. Torturados, exilados, processados, condenados, sobreviventes e seus familiares reivindicam, após décadas de silenciamento, um lugar na História, desafiando a comunidade de historiadores.

O problema é complexo porque não se trata de simples substituição de discursos ou protagonistas, e muito menos da manutenção dos que, pela força, mantiveram-se no poder, mas de produção de análises e sínteses que deem conta de dimensionar a diversidade de perspectivas e interesses, de estratégias e tecnologias, bem como os limites e as zonas de contato entre atores sociais que hoje se mostram divergentes.

É esse quadro de preocupações que instigou a coletânea de textos que compõe este livro. A matéria à qual recorreremos faz parte da memória histórica e dos registros culturais do período – a Ditadura Militar –, tempo este que se constitui num manancial de estudos e num desafio ético.

A memória é de suma importância para a vida humana, e por isso mesmo, tão cara à construção do conhecimento histórico. Por ser tão relevante é que merece cuidados especiais por parte dos que operam com ela. Michel Pêcheux (2010) alerta que a memória não pode ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo teria um sentido homogêneo, acumulado como que em um reservatório. Para ele, ela é “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularizações... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2010, p.56). Acrescenta ainda que o fato de haver “o outro interno” em toda memória é o indicativo do real histórico enquanto “remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (*Idem*, p. 56).

Apesar de sua opacidade e irregularidade, a memória é um dos componentes (se não for o mais) importante do “viver”. É através dela que o homem se diferencia dos demais animais, e consegue simbolizar e representar, por meio da linguagem tudo o que lhe envolve. Como diz Pierre Nora: “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do

esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 09).

Não somente a memória, como a própria História é seletiva, e devido a fatores de ordem psíquica, social, política, entre outros, tende-se a privilegiar certos aspectos/conteúdos em detrimento de outros. Ao nos distanciarmos temporalmente dos momentos históricos, tendemos a criar mitificações, que “por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida” (POLLAK, 1989, p. 11). Trabalhar com o passado e orientar quanto ao manuseio ético das informações da memória constitui-se assim um desafio acadêmico e político.

O IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia) e a ANPUH/RO (Associação Nacional de História, Regional Rondônia) assumiram ainda o repto adicional de tentar produzir reflexões historiográficas sobre o tema em uma linguagem e formato capaz de estimular o pensamento crítico de um público bastante jovem, estudantes de Ensino Médio, integrando-os com estudantes de outros níveis do ensino (Graduação e pós-graduação), debatendo o assunto no I Colóquio de História da ANPUH-RO/IFRO.

O Colóquio foi mesclado por mesas de debates, mostras de filmes e documentários, cujos resultados foram considerados satisfatórios pelos organizadores e professores presentes, seja pela quantidade de participantes, seja pela qualidade dos debates e das questões levantadas pelo público presente.

Os textos que seguem foram produzidos pelos conferencistas e debatedores com vistas a sistematizar as reflexões oralmente expressas, com exceção do último, que é a transcrição de uma entrevista de história oral de vida de uma das personalidades mais conhecidas da sociedade de Porto Velho: “Seu Carmênio”, que

em 1964 era prefeito desta cidade, sendo destituído por ocasião do golpe militar.

O primeiro ensaio, *50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil: Violações dos direitos humanos e reflexões sobre os desdobramentos na contemporaneidade*, do professor Julio Mangini Fernandes, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, abre este livro provocativamente, chamando a atenção do leitor para as continuidades e rupturas de práticas violentas perpetradas por agentes estatais que não se encerram com a reabertura democrática. O número de desaparecidos, de torturados e mortos é ascendente, assim como também não está solucionado o impasse quanto ao modelo de desenvolvimento econômico do Estado brasileiro, que reproduz violências econômicas de caráter transgeracional. Embora o momento histórico seja outro e se viva em uma democracia representativa, os limites desse regime são denunciados por Mangini em um indicativo de práticas de média e/ou longa duração.

O segundo ensaio: *Ditadura, essa nossa velha conhecida: repressão e cotidiano*, composto pelo professor Valdir Aparecido de Souza, da Universidade Federal de Rondônia discute, a partir de suas próprias memórias – e não sem antes problematizá-las – a violência cotidiana do período da ditadura militar no Brasil, violência expressa na economia, na política e enfatizada nos meios de comunicação de massa do Brasil daquele período.

No ensaio seguinte, *Do lado avesso da história: a memória militar sobre 1964*, Andrielly Natharry Leite da Silva Oliveira discute, a partir da Revista do Clube Militar, as operações de construção de uma versão da história que atenda aos interesses próprios a essa instituição. Para a autora, essa versão da história, em disputa com as da sociedade civil e da academia tem como eixo central o discurso que legitimou o golpe e os 21 anos de governo militar: a Doutrina de Segurança Nacional e suas estratégias discursivas de produção de um imaginário de perigo comunista, de incapacidade administrativa do Executivo, de desmantelamento das instituições

públicas e de exaltação da capacidade das Forças Armadas para a manutenção da ordem e do desenvolvimento do país.

O quarto ensaio, *Os desafios dos direitos humanos no Brasil pós-1964*, do professor da Universidade Federal de Rondônia Leno Francisco Danner, argumenta quanto aos desafios da efetivação dos direitos humanos no Brasil no período posterior à ditadura militar. Para o autor, os direitos humanos têm ligação direta com a efetivação de processos institucionais de afirmação e de realização dos direitos, correlatamente à possibilidade de uma participação democrática ampliada e inclusiva.

O texto seguinte, *O discurso do governador Jorge Teixeira e suas representações*, de Paola Foroni, analisa as representações sociais construídas em torno do Coronel Jorge Teixeira, primeiro governador do Estado de Rondônia, que operou a transição de território para Estado. A pesquisadora discute como as imagens de certos grupos ou de certas pessoas são construídas e modeladas por elas próprias ou por terceiros a fim de se impor e estar no mundo. No caso específico analisado, predomina a imagem de um homem que quer ser conhecido não como político, mas como administrador eficiente, sendo esta estratégia de discurso e apresentação pública um dos principais álibis usados pelos militares no período. A “eficiência e grande capacidade administrativa” se sobreporiam aos efeitos negativos da supressão de direitos e da repressão policial, desviando a atenção do público sobre as práticas violentas recorrentes.

Na sequência, o ensaio *O golpe de Estado de 1964 e os impactos econômicos na Amazônia: continuidade e aprofundamento*, de autoria do professor Antonio Cláudio Rabello, da Universidade Federal de Rondônia, discute os efeitos econômicos engendrados pela ditadura militar na Amazônia brasileira, evidenciando continuidades e aprofundamentos de políticas anteriores ao golpe, como o Plano de Metas do governo JK, dentre outros.

O sétimo texto, *Em busca de outros olhares: o período ditatorial brasileiro e a Amazônia Legal*, do professor Vitale Joaoni Neto, da

Universidade Federal do Mato Grosso, trata da expansão da fronteira oeste do Brasil no contexto da Ditadura Militar, enfatizando as políticas de colonização efetivadas no Estado do Mato Grosso.

Como a problemática da memória perpassa boa parte dos textos e, por ser a memória filha da história, encerramos o livro com uma entrevista de história oral que dimensiona, a partir do vivido, os efeitos da Ditadura na vida pessoal e política de um cidadão brasileiro. As interpretações que o entrevistado, senhor Carmênio, tece sobre o período instigam o debate sobre as redes de poder que deram suporte ao regime e os limites da Lei de Anistia (Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979), da qual ele próprio é vítima. A entrevista foi realizada por Xênia de Castro Barbosa.

Em seu conjunto, os textos aqui reunidos tonalizam a preocupação dos pesquisadores e instituições envolvidas no projeto do I Colóquio de História da ANPUH/IFRO com as discussões acerca da história contemporânea e dos desafios da construção e manutenção de direitos humanos, em um Brasil que reaprende a democracia. Nesse processo, a dialética entre o local, o regional e o nacional configura, em escalas variadas os dramas, desafios e possibilidades de um novo tempo.

Os organizadores.

# 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil: violações dos direitos humanos e reflexões sobre os desdobramentos na contemporaneidade

---

**Julio Mangini Fernandes\***

Falar de ditaduras do Cone Sul da América do Sul, exatamente 50 anos após o golpe Civil-Militar no Brasil que ceifou uma democracia popular incipiente, é um grande desafio para os pesquisadores e pensadores da atualidade. Dificuldade essa que se expressa, por sua vez, diante da incapacidade de muitos de fazer uma análise minuciosa de acontecimentos diários, contemporâneos, recentes, que vão mudando em todo momento a perspectiva a respeito do passado.

Felizmente as mudanças que nos encaram podem ser vistas como positivas. Apesar do clima de Copa do Mundo, nos meses de junho e julho de 2014, a conjuntura de greves de vários setores dos trabalhadores e as manifestações contra os gastos com o evento multinacional tem mostrado outra perspectiva: a necessidade de resgatar o direito de participação política efetiva, de lutar contra as arbitrariedades de governos ditos “democráticos”, de partidos de cores e siglas diversas, mas que perpetuam, ainda, a continuidade de uma sociedade extremamente enraizada pelas práticas autoritárias de um passado recente que insiste em não passar.

---

\* Mestre em História. Professor do IFMT / Câmpus Fronteira Oeste, Pontes e Lacerda, MT.

Ao nos depararmos com a abertura da Comissão da Verdade (CNV) no Brasil, criada pela Lei 12528/2011 e instaurada em 16 de maio de 2012, percebemos a necessidade, ainda, de discutirmos alguns pontos, tais como a participação popular reduzida nas decisões políticas, o conceito de democracia e cidadania formal, e a cultura política de práticas autoritárias enraizadas no bojo da sociedade atual. Afinal, como questiona Agamben (2004), democracia seria prática ou apenas discurso de um Estado de Exceção?

Tais questionamentos são pertinentes a partir do momento que percebemos que a CNV foi criada com intuito, inicialmente, de verificar, com restrições, o passado autoritário recente. Não se pretendia fazer, naquele momento, julgamentos, revisões historiográficas ou qualquer outro ponto que modificasse pilares do pacto das elites na transição do chamado período ditatorial para a chamada “democracia”, na abertura política, no final dos anos 1970, que culminou com a Lei da Anistia, de 1979.

A criação de Comissões Regionais da Verdade em diversos Estados brasileiros, com a primeira denúncia aceita pela justiça contra militares acusados de matar o deputado Rubem Paiva, em 1971, rechaçou a Lei da Anistia – que protegia militares de serem acusados e condenados por crimes contra a humanidade, tais como tortura, homicídio e desaparecimento de cadáveres –, e a recente declaração do vice-presidente norte-americano, Joe Biden, que abriria os documentos da CIA (Agência de Inteligência America) sobre a ditadura brasileira, têm mudado os rumos, ainda que no plano meramente institucional, da investigação dos 20 anos de regime militar no país.

Iniciativas como as citadas acima contribuem para pensarmos o passado, sem deixarmos de perceber como o presente reproduz um passado recente, ou seja, pensar as práticas culturais do regime democrático e quais são suas similitudes e continuidades. Guilherme O’Donnell (1993) e Wanderley Guilherme dos Santos (1993) discutem e abordam a questão do Estado

precarizado, de ausência de qualquer reforma política que modificasse as estruturas estatais. Nesse sentido, é evidente que, mais que “entulhos autoritários” que dão faceta à Nova República brasileira, estamos falando de Estado Autoritário na sua concepção, ainda que se rotule Democracia, perpetuando um conservadorismo pragmático (COSTA, 1994), não só na esfera política, como econômica e social.

João Paulo de Almeida Magalhães (2008) e Luis Estenssoro (2003) consideram que no Brasil o projeto econômico foi e continua sendo o da substituição de importações. Não há qualquer iniciativa de romper as estruturas econômicas e sociais, ou de reformular do Estado e suas disparidades, mas apenas a continuação e manutenção de poderes das oligarquias agrárias e setores conservadores industriais, geralmente vinculados a empresas multinacionais e que foram muito beneficiadas pela Ditadura. A aceitação do Consenso de Washington sem a criação de novos paradigmas está inserida na política de estabilidade e “segurança” econômica, através de juros altos e controle da dívida pública, inviabilizando a capacidade do governo de investir. Ou seja, todo e qualquer projeto é de curto prazo e não modifica as disparidades sociais e a alta concentração de renda no país.

Sobre o projeto estagnado de substituição da década de 1980, podemos afirmar:

Assim, o desemprego, subemprego e marginalização se generalizam; a desigualdade social e a concentração de renda e riqueza se tornam enormes; e continua um alto grau de vulnerabilidade, desequilíbrio e dependência externa. As diversas políticas econômicas apenas agravaram ou atenuaram os efeitos da crise. Inspiradas pelo Fundo Monetário Internacional – baseado teoricamente no tripé de equilíbrio da balança exterior, de contenção de consumo interno e de redução do déficit público – acarretaram cortes nos orçamentos das políticas de caráter social, particularmente em matéria

de saúde e educação e nitidamente deterioraram a situação dos que já eram mais pobres. (ESTENSSORO, 2003, p. 27)

Evidentemente que, ainda que o Brasil tenha melhorado alguns índices sociais nos últimos anos, com programas assistencialistas, tais como o Bolsa Família, todavia, a receita brasileira continua a ser de industrialização limitada e estagnada à custa de aumento da desigualdade, o projeto econômico continua o mesmo; pois a base da economia persiste em ser a especulação pelo mercado financeiro e o enriquecimento de elites agrárias.

No projeto de investigação da OAB-RJ, intitulado *Desaparecidos da democracia*, foram 16 mil mortos e/ou desaparecidos durante 10 anos, entre 2001 e 2011. Desaparecimentos esses fomentados por grupos militares, facções paramilitares e provocados também pelo discurso de ordem e segurança, na guerra contra as drogas, aniquilando jovens negros, pobres e moradores da periferia das grandes cidades.

Segundo Vitor Fraga (2013), a polícia militar do Rio de Janeiro se tornou a corporação campeã de letalidade, e centenas de mortes continuam sem nenhum tipo de investigação. As práticas policiais são as mesmas da Ditadura, com o dispositivo chamado “auto de resistência”, usado até hoje, mas criado no ápice da repressão da ditadura civil-militar brasileira.

O auto de resistência é uma figura criada durante a ditadura, que permaneceu sendo usada como maneira de a polícia poder se colocar diante de qualquer tipo de reação, principalmente a que leva à morte de pessoas, sem sofrer processo. Essa figura, “construída em um Estado de exceção”, observa, “vem sendo muito mais utilizada durante o regime democrático. Ou seja, o auto de resistência é a expressão mais pura de quando a exceção vira regra. Fala-se muito que o período autoritário exacerbou as contradições e violência dos aparelhos de segurança, e isso é observado nos autos de resistência. São uma síntese perversa de como determinada parte da população é exterminada,

principalmente em grandes cidades”, denuncia o antropólogo (FRAGA, 2014, p. 2).

Essas ações se configuram como a banalização da morte, e o auto de resistência pode ser comparado à própria pena de morte. Ela não é institucionalizada, mas os brasileiros que vivem em áreas pobres e periféricas sofrem com o “auto de resistência”, com a ação policial que julga e executa a pena de morte ali, no instante da abordagem policial autoritária. Portanto, na favela, a instituição soberana é a polícia, é ela quem define o destino, vida e morte das pessoas.

A propósito, o discurso de “combate ao tráfico” (que pode facilmente ser substituído por combate ao terrorismo), de manutenção da ordem e segurança, promove as diversas exceções constantes, planejadas e previstas do regime capitalista sob o discurso democrático, criando a categoria de *Homo Sacer*, um ser juridicamente inominável e inclassificável, de Giorgio Agamben (2004). É exatamente esse conceito que promove e une vida e lei, violência e norma e o Estado de Exceção, ou seja, a era da exceção em permanência constante, o que é um paradigma de governo dominante.

Esse Estado de Exceção apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Essas combinações de ações em períodos democráticos, mas com roupagem autoritária, legitimam a violência estatal, a arbitrariedade, a suspensão de direito em nome da segurança, (é o caso da Lei Geral da Copa, ou da FIFA, como quiserem) a serviço da concentração de poder e renda, uma lógica de domínio das elites sobre as massas (cidadão-votante-consumidor) amarguradas e silenciadas por programas de estímulo ao consumo. Segundo Agamben, “totalitarismo moderno pode ser definido nesse sentido como a instauração por meio do Estado de Exceção de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas de categorias de cidadão que por qualquer razão, parecem não integráveis ao sistema político” (2004, p. 13).

Nesse sentido, são promovidos silenciamentos, e a história do Brasil persiste por esses esquecimentos planejados, pois não resolvemos 300 anos de escravidão, nem discutimos a Guerra no Paraguai, o massacre de Canudos, e os crimes da Ditadura. Eles não são problematizados.

O período de 1960 a 1980 é marcado por ditaduras de Segurança Nacional, alicerçadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propalando terror de Estado no Cone Sul e se distingue qualitativa e quantitativamente de outros períodos históricos. Por quê? Há a participação dos militares nos governos. Então temos o seguinte paradigma: a disseminação do medo, como dominação política; o terror físico e psicológico – numa lógica de suspeição; lógica da polícia militar, em que todos são suspeitos até que se prove a inocência, e não o contrário; o sequestro como detenção, a exceção como regra. A penetração psicológica da DSN é profunda – atingiu vários aspectos da vida cotidiana, ontem e hoje. Os traumas individuais fazem com que tais vivências individuais e coletivas sejam dominadas pela onipresença do medo, estruturas autoritárias e repressivas na esfera pública e privada.

Segundo Enrique Padrós (2014, p. 498) sobre a constituição da DSN:

No cerne da doutrina, propunha-se a necessidade de um “novo profissionalismo” das Forças Armadas, focalizando a preservação da segurança interna diante da “ameaça subversiva”, o que exigia uma capacitação política dos militares para assumir com eficiência, tarefas inéditas. A consequência da aplicação dessa diretriz era o da subordinação do poder civil. “Segurança para o desenvolvimento” era a essência da mensagem e nela, a segurança virou condição fundamental para qualquer possibilidade de desenvolvimento, o que implicou na implantação da “ordem” e na eliminação do conflito mediante o emprego da força. Por sua vez, o Estado foi

instrumentalizado para irradiar valores castrenses (disciplina, verticalidade, hierarquia e ordem) pelo conjunto da sociedade. O resultado desta orientação significou a extrapolação ilimitada da ação militar; sendo assim, as Forças Armadas se autoperceberam como fator fundamental da “construção nacional”, com a conseqüente tendência de intervir nos mais diversos âmbitos da vida social, para impor sua lógica securitista.

O dispositivo estatal de Terror, ou o “Contra-Terror”, portanto, cria atestado ideológico, aqueles que fogem da padronização são conceitualmente tratados como inimigo interno. *Certificates de civisme*, da lei dos suspeitos, ou seja, a criação da figura do “cidadão do bem”, ou do cidadão “sou da paz”. Para Frontalini (1984), quando há uma agressão nos direitos individuais, tais como liberdades ou propriedade por outro indivíduo ou por um grupo, sempre é possível, em Estado democrático e de direito, assistir ao recurso de acudir às forças públicas de que dispõe o Estado para defesa e proteção. Agora, quando a agressão parte das mesmas forças públicas, então a situação passa a ser de indefesa absoluta, incertezas, posto que não existem instâncias superiores para o resguardo dentro do Estado.<sup>2</sup> A partir dessa reflexão, permite-se afirmar que o Terrorismo de Estado é muito maior e mais perigoso que qualquer grupo pode exercer.

Essa obsessão por segurança se tornou um discurso de um Estado de Controle, um Estado Delinvente, que sequestra, mata, suspende o estado penal de determinadas categorias de pessoas estabelecidas por questões de raça, religião, nacionalidade ou pertencimento político.

---

2 Importante destacar que, apesar das limitações internas há entidades internacionais de pressão para a defesa de direitos. No Brasil, a própria criação da CNV se deu por influência de organismos internacionais.

O Brasil foi vanguarda no método organizado e sistematizado de repressão e tortura. Desde a criação da Escola Superior de Guerra ao pau-de-arara dos porões de prisões clandestinas, durante a ditadura, muitas ações vieram nesse sentido, de exportar *know-how* para as ditaduras vizinhas. Tal prerrogativa estava amparada pela Doutrina de Segurança Nacional, modelo financiado e amparado pelos Estados Unidos, que atuaram diretamente no desmantelamento das forças populares mais latentes no processo democrático percebido não só no Brasil, mas também no chamado Cone Sul da América do Sul: Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia. Cada país desenvolveu uma maneira peculiar de perseguir militantes, mas é bastante característico de todos eles a tortura, desaparecimento, prisões forçadas e ausência de liberdade, prevalecendo regimes ditatoriais que censuravam e perseguiram forças opositoras, sobretudo trabalhadores, sindicatos, estudantes, movimentos sociais, criminalizados por sua atuação de contestação.

É vital rememormos esse período nefasto da história recente da América do Sul, para que possamos formar público capaz de questionar os direcionamentos político-partidários que tendem a repetir tal cerceamento da liberdade e mudanças sociais significativas que busquem a diminuição da desigualdade social.

É importante salientar que tais ditaduras só foram possíveis de serem arquitetadas pelo financiamento e apoio dos civis aos golpes, ou seja, é fundamental desmistificarmos de que era meramente um golpe proferido por militares. No Brasil, várias organizações tiveram sua participação direta e indireta, auxiliando as forças da repressão: o jornal Folha de São Paulo colaborou com carros, a companhia Ultragás, na pessoa de Boilesen, com recursos e logística, a FIESP e o jornal o Globo, que segundo Capelato (1980), favorecia a manipulação de interesses, além das organizações civis, tais como o IPES e IBAD (organizações empresariais contrárias ao comunismo e antijanguistas).

No Brasil, a ditadura sempre procurou sustentar o discurso de “salvar a Pátria”, defender a democracia e, para tanto, procurou uma roupagem em suas ações (leia-se atos institucionais, sobretudo) que dessem uma característica “democrática” – desde o AI-1, que instituiu o comando supremo da chamada “revolução”, criada para “salvar a democracia dos terroristas”, passando pelo AI-3, que criou terreno para o partido favorável aos ditadores, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e até mesmo o AI-4, que criou uma nova constituição. Todavia, com o AI-5 veio o golpe dentro do golpe em 1968: o fim do *Habeas Corpus* e o escancaramento da chamada Ditadura “envergonhada”, se tornando a ditadura “escancarada” (GASPARI, 2002).

O ano de 1969 ainda teve pelo menos mais dez atos institucionais, que determinaram, entre outras coisas, a aposentadoria compulsória de pelo menos 219 professores, uma reforma agrária que beneficiava grandes proprietários de terra, com indenizações estratosféricas, banimento dos chamados “subversivos” e até a instauração da pena de morte no Brasil. No dia 29 de setembro desse ano foi criada a nova lei de segurança nacional, através do decreto-lei 898. Nela, é evidente que a tipificação do crime e das penas estavam sintonizadas com a necessidade de reprimir qualquer tipo de oposição ao regime e também entrar no rol dos países que viviam a Guerra Fria e o combate ao comunismo.

A década de 1970 começou com a Copa do Mundo no México, na qual a seleção brasileira se consagrou campeã. Nesse momento também funcionou a propaganda do presidente Médici, com *slogans* do tipo “Brasil, ame-o ou deixe-o”, tentando criar um sentimento ufanista ligado ao governo e à repressão. Não muito diferente, a Copa do Mundo no Brasil, em 2014, promoveu um verdadeiro Estado de Sítio, com um considerável efetivo policial jamais visto em um evento privado, dando resguardo aos ditames da organizadora, a FIFA e criminalizando manifestantes contra os gastos públicos na Copa, bem como criminalizando trabalhadores que fizeram greves em favor de melhores salários. Houve

inclusive uma tentativa de criação de lei que tipificasse o terrorista e, para surpresa de muitos, proposta por parlamentares ligados ao Partido dos Trabalhadores, o PT.

Os golpes se alastraram por toda a América do Sul e derubaram democracias formalmente estabelecidas e que buscavam ampliar suas zonas de atuação. No Chile, a unidade popular liderada por Salvador Allende procurou fazer ocupação e reforma agrária, nacionalização de recursos naturais, estatizações e estatizar bancos. Essas iniciativas irritaram a Casa Branca que, prontamente, articulou junto aos militares chilenos um golpe para derubada e morte de Allende.

O Uruguai se tornou o principal reduto da primeira geração de exilados brasileiros, tais como Almino Afonso e Leonel Brizola, após o golpe de 1964. Eram políticos e militantes de movimentos legalistas, e que defendiam formas tradicionais de militância, tais como greves e passeatas. Montevideú se tornou polo de reorganização para reinserção das forças progressistas contra a ditadura. Todavia, esse movimento subestimava a capacidade de organização dos golpistas. Acreditava na retirada estratégica de militância para retorno posterior. Existia uma mitificação da ideia de que a massa brasileira era contra o regime, ignorando o histórico brasileiro de não participação das massas em transformações sociais e políticas do país.

Percebendo o equívoco de suas análises (os pessimistas acreditavam que o golpe não duraria dois anos), os militantes mudaram suas reivindicações e pautas de luta: da revolucionária para a defesa da Democracia e Direitos Humanos.

Há, todavia, um grande desafio a ser superado, o processo de (des)memória e esquecimento – a naturalização das práticas autoritárias no Brasil ou seu protelamento. Segundo Caroline Bauer (2014, p. 20), “o tema dos desaparecidos políticos possui uma contemporaneidade, não somente por seu caráter de crime continuado, que se perpetua, mas também pelas medidas e políticas que vêm sendo adotadas pelos governos argentino e brasileiro

no sentido de fazer lembrar, reparar ou esquecer”. Tais ações fazem com que o entulho autoritário se torne presença constante, pulverizado nas relações sociais e disputas de soberania e mercados, consequência da falta de memória e justiça aos crimes cometidos nos períodos atuais e também das ditaduras de Segurança Nacional.

Na Argentina, as vítimas do regime são múltiplas. Além dos guerrilheiros e sindicalistas, que atuaram diretamente contra, tivemos ainda o sequestro de bebês, crianças e adolescentes, mães, pais e avós. O Brasil e os outros países do Cone Sul da América do Sul se organizaram e montaram a chamada Operação Condor, que possuía três fases: (1) cadastramento dos membros participantes e identificação dos grupos adversários, para a planificação de ações; (2) organização da atuação das ditaduras em conjunto, tais como as operações de sequestro, tortura e morte em diversas localidades e a orquestração do intercâmbio de informações;<sup>3</sup> e (3), atuação fora da América Latina, especificamente nos Estados Unidos e Europa, ilustrada pelo assassinato de Orlando Letelier, nos Estados Unidos; Stroessner, ditador paraguaio, e Pinochet, ditador chileno, eram aqueles que estavam na linha de frente da operação.

Em 1992, o chamado Arquivo do Terror foi descoberto em Assunção, no Paraguai, mostrando a organização da Operação Condor. São cerca de 10 mil fotos e documentos de investigação de desaparecidos do Brasil, Paraguai, Chile e Argentina. Essa documentação funcionou como John Dinges chama de “efeito bumerangue” (DINGES, 2005), os próprios documentos das ditaduras criminalizaram as ações das ditaduras na América do Sul. Por esse motivo, é importante que as Comissões da Verdade

---

3 No Brasil existia o Centro de Informação do Exterior, o CIEEX, que monitorava brasileiros, mesmo no exílio, exemplo disso foi o sequestro de uruguaios no Brasil (Lilian Celiberti e Universino Diaz em Porto Alegre, em 1978) e o assassinato de Carlos Prats, ministro de Salvador Allende, na Argentina.

instauradas tenham liberdade, autoridade e autonomia para investigar e reescrever a história recente da região, sob pena de não conseguirmos retirar da memória coletiva e oficial essa cultura do autoritarismo, tão enraizada e impregnada no bojo do tecido social.

### *Considerações finais*

É preciso rever a lei da Anistia no Brasil. Esse processo pode provocar agilidade nas atividades da Comissão Nacional da Verdade e certamente provocará a discussão em diversos âmbitos sobre o passado recente brasileiro. Esse é, sem dúvida, o primeiro passo para mudarmos a política pactuante e silenciadora das vozes que outrora berraram por todos os cantos, clamores por justiça e liberdade. Enquanto o torturador for tratado como torturado, e nessa lógica de postergar e procrastinar qualquer atitude que revise tais violências cometidas e seus desdobramentos, perpetuaremos também os ditames que assolam boa parcela da população, naturalizada com autoritarismos e práticas coercitivas.

Outros pontos precisam ser vistos, sem cair, obviamente, na armadilha de “receita” para resolução dos problemas relacionados ao passado que não passou. Há uma dívida histórica com esse período da ditadura civil-militar e não somente com esse, importante frisar. Outros momentos não entendidos e compreendidos da formação histórica da nossa sociedade precisam ser revistos, repensados, repassados e reconstruídos, sob o risco de não conseguirmos superar certas mazelas imbricadas no processo da formação histórica do Brasil como o racismo, a miséria e a concentração de renda. Exemplos bem significativos.

Essa é a necessidade de historiadores e pensadores das diversas áreas do conhecimento que almejam, tanto no que tange às questões acadêmicas e também políticas públicas, junto à sociedade civil organizada, sindicatos e movimentos populares e governos, em suas mais diversas esferas de atuação, a reconstrução

da história do tempo presente. Fazem parte desse capítulo ainda não finalizado memórias vividas e esquecidas, “fantasmas” que perseguem muitas famílias, que se recusam a receber meramente indenizações, seja qual for a quantia, no Brasil e nos países vizinhos do Cone Sul, exigindo justiça sem reconciliação. São histórias de mães e avós que desejam enterrar seus filhos e reencontrar seus netos sequestrados. Gravar na história para qualquer um saber que não foi “auto de resistência”, mas pessoas como Rubem Paiva e Amarildo que desapareceram por algum motivo, provavelmente por incomodarem os mantenedores da ordem estabelecida. Eles não podem continuar sumidos para sempre. É uma luta que não pode ser em vão.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Como a obsessão por segurança muda a democracia*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>. Acesso em 25/06/2014.
- \_\_\_\_\_. *Estado de exceção. Homo Sacer*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Porto Alegre/Barcelona: 2011 (Tese de doutorado).
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. PRADO, Maria Ligia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia – o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Afa-ômega, 1980.
- CASTRO, Henrique Carlos de. *“Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático”*. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?id=102>. Acesso em: 26/06/2014.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Frederico Lustosa da. *Cem anos de conservadorismo pragmático ou a democracia do PFL*. Paris: EHESS; CRBC, 1994.
- DINGES, John. *Os anos do condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

- ESTENSSORO, Luis. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. São Paulo: USP, 2003 (Tese de Doutorado).
- FRAGA, Vitor. “*Desaparecidos da Democracia*”. Disponível em: <http://www.oabrij.org.br/dc/verConteudo/332/Desaparecidos-da-democracia.html> Acesso em: 20/06/2014.
- FRONTALINI, Daniel e CAIATI, Maria Cristina. *El Terrorismo de Estado*. In: *El Mito de La guerra Sucia*, Buenos Aires: CELS, 1984.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. “*Economia Brasileira, situação e perspectivas*”. In: BRASIL. Fundação Alexandre de Gusmão. I Encontro de Economistas Sul-Americanos / Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008.
- O'DONNELL, Guillermo. *El Estado Burocrático Autoritario*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Democracia delegativa?* Novos Estudos - Cebrap. São Paulo, out. 1991.
- PADRÓS, Enrique Serra. “*A ditadura civil-militar uruguiaia: doutrina e segurança nacional*”. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200002&script=sci\\_arttext#back5](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200002&script=sci_arttext#back5) Acesso em: 24/06/2014.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Gênese e apocalipse: elementos para uma teoria da crise institucional latino-americana*. Novos Estudos - Cebrap. São Paulo (20): 110-18, mar. 1988.
- \_\_\_\_\_. “*Fronteiras do Estado mínimo*”. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- TAPIA VALDÉS, JA. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad nacional em El Cono Sur*. México: Nueva Imagen, 1980.
- TOLEDO, Caio Navarro de. “*1964: o golpe contra as reformas e a democracia*”. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28, 2004.

# Ditadura, essa nossa velha conhecida: repressão e cotidiano

---

**Valdir Aparecido de Souza\***

*Silencioso, eu refletia. Procurava desvendar a origem dos ruidos. Neles vinham uma mensagem opressiva, uma dor de carnes crivadas por agulhas.* (Murilo Rubião, 2006)

## “Anos de chumbo” na memória coletiva e individual

Faço este exercício de recordação com a clareza que essa memória está sendo relida e reescrita a cada elemento que descortinamos do passado e conferimos um mínimo necessário de sentido a ela. Se as questões fundamentais tatuadas na mente desde a infância não definiram todas as escolhas na vida adulta, com certeza as influenciaram bastante, até mesmo na escolha da Faculdade de Ciências e Letras. O curso de História significava mais que uma profissão, antes de tudo era a busca de sentido para um passado percebido como um confuso emaranhado de ideias e imagens.

Nesse sentido, busco humanizar e tornar mais próximo uma narrativa cheia de lacunas e silêncios (VEYNE, 1971). Entretanto, ao invés de utilizar imagens literárias, usarei recursos da lembrança, que se confundem pela sua lógica onírica. Ao se preencher com

---

\* Doutor em História e Sociedade – UNESP/Assis. Docente do Programa Mestrado em História e Estudos Culturais – UNIR.

carne, ossos, suor e sangue, percebe-se que essas memórias, mesmo não sendo a reprodução fiel do vivido, têm um pé fincado firmemente na experiência concreta da realidade brasileira.

Na condição de historiador, analisando as próprias recordações em terceira pessoa, não é possível garantir a exatidão da memória, até porque não se trata de todo o vivido e sim de um recorte, uma seleção feita para este texto. A memória resulta de uma construção no presente, alterada de maneira significativa pela própria experiência, trajetória e interesses do momento. Mesmo não sendo a materialização do concreto e sim uma leitura *a posteriori*, trata-se de uma fonte com suas possibilidades e limites, como qualquer outra que se utilize para refletir sobre o passado (BOURDIEU, 2006). Ou ainda, como pensa Chartier (2003) sobre o debate sempre presente e nunca conclusivo em relação à oposição entre narrativa e ciência, na qual ele não percebe uma instância excludente à outra,

[...] a reivindicação de uma definição científica da história fundada nos métodos críticos e a atenção colocada no relato, na narração, na ficção da história, não se excluem, ao contrário. Creio que houve muitos mal-entendidos vindos de formulações que podiam dar a impressão que era preciso escolher entre uma cientificidade sem relato ou um relato sem saber. (DIAS, 2005, p. 9)

Tenho clareza dos riscos ao se falar da experiência pessoal como já bem demonstrado no artigo *A ilusão biográfica*, de Bourdieu (2006, p. 120), ou na *Ego-história*, termo cunhado por Pierre Nora (1989), no entanto alerto o leitor que em nosso caso são apenas recortes de memórias sobre determinada instância da realidade.

Poderia afirmar que as críticas contundentes sofridas pela história enquanto uma metanarrativa favorece uma abordagem menos científica? Bem, ainda não temos uma resposta, essa questão é justamente retórica para provocar uma discussão neste espaço.

No caso, Pierre Nora tenta compreender esta questão a partir de dois fenômenos que surgem e se conjugam concomitantemente num mesmo campo, seria, segundo De Certeau (1998), essa nova *forma de dizer e fazer*, um fenômeno “[...] que nasce do cruzamento de dois grandes movimentos: por um lado, o abalo das referências clássicas da objetividade histórica, por outro, a investigação do presente pelo olhar do historiador” (NORA, 1987, p. 9).

Este apelo à memória é premido por uma percepção de que se trata de uma história comum à geração de 1950 e 1960, e não uma história individual estrita. Por ser o relato de um trabalhador que oscilava entre a “geração do medo” (a anterior) e a “geração perdida” a qual entrou em cena na década de 1980, por ser considerada economicamente um retrocesso para o país. Como reflete Pierre Nora (1987, p. 11):

O exercício consiste em esclarecer a sua própria história como se se fizesse a história de outro, em tentar aplicar a si próprio, cada um no seu estilo e com os métodos que lhe são caros, o olhar frio, englobante, explicativo que tantas vezes se aplicou sobre outros. De explicitar, como historiador, o elo entre a história que se fez e a história que vos fez.

Nessa linha de raciocínio, produzir este texto é também perscrutar o passado irrecuperável e compreender a própria trajetória. E ainda numa abordagem mais ampla, possibilitar ao leitor refletir sobre a relação entre sua vida pessoal e a totalidade social. No caso dos homens ordinários esses roteiros foram cruzados, pelas estrelas, desde o seu nascimento, mesmo que a ideologia liberal hegemônica busque impor a responsabilidade social sobre as costas do indivíduo. Utilizo aqui de forma indireta algumas reflexões do sociólogo Jessé Souza (2009), o objeto de reflexão dele é compreender como se produz a desigualdade brasileira, mas são muito úteis para se pensar a trajetória dos indivíduos e sua relação com a totalidade histórica.

Nesse sentido, é interessante a reflexão feita por Le Goff, em sua busca de compreender a sua própria trajetória profissional:

Para reencontrar os elos entre a minha vida e a minha vocação, a minha obra de historiador – tentativa que sei procurará pôr lógica, clareza, onde houve acasos, ações inconscientes – descubro aqui uma das primeiras sensações de história que sem dúvida experimentei. [...] [isto] edificou pouco a pouco em mim o sentido da duração, da continuidade histórica e, ao mesmo tempo, das rupturas. (LE GOFF, 1987, p. 171)

Em linhas gerais, independente da profissão, a maioria das pessoas procura um sentido para suas experiências no mundo, até mesmo pela intensidade e rapidez das mudanças da sociedade moderna. Buscar um sentido é bem mais comum e ordinário do que parece. Senti necessidade de fazer esta preleção inicial embasada nesses autores de renome para demonstrar que uma trajetória individual é bem mais coletiva do que pensa o senso comum.

Espero sinceramente que esta contribuição ultrapasse a trajetória enfadonha de um indivíduo, e consiga uma aproximação entre a experiência pessoal e o contexto histórico dos “anos de chumbo”. Creio ser essa trajetória familiar a inúmeros sujeitos sobreviventes do processo de modernização autoritária e violenta, e que principalmente seja fonte de inspiração e reflexão para os mais jovens, que apesar de viverem num contexto muito diverso desse lembrado, ainda convivem com formas autoritárias e mais sofisticadas de controle.

## ○ estado de exceção pautando as vidas comuns

Entre as brincadeiras de criança nos montes de areia e terra na chegada do asfalto e o “pega-ladrão” em casas “enormes” em

construção no bairro e as experiências muito prematuras do mundo do trabalho duro e pesado, tínhamos muito medo. Medo de tudo, pois para acordar muito cedo para trabalhar ouvíamos um programa de Rádio chamado “Zé Bettio”. E na sequência tínhamos os antigos programas policiais que aterrorizavam a classe trabalhadora paulista como Gil Gomes e Afanázio Jazadji.

Gil Gomes particularmente era muito perverso, pois depois daquele suspense de terror ao estilo “Massacre da serra elétrica”, ele descrevia minuciosamente como a moça teria sido estuprada e morta, como o empresário teria assassinado a esposa e depois picado-a com uma serra, a colocado numa mala e despachado o corpo. Após todos esses detalhes macabros, ele se despedia às oito horas da manhã, com um cínico “Gil Gomes lhes diz: bom dia”!

Esse “radiojornalismo policial” era acompanhado de outro meio de comunicação muito lido pelas classes trabalhadoras. O jornal *Notícias Populares* era repleto de manchetes fantásticas sobre o nascimento de bebês-diabos, rituais satânicos que demandavam por crianças de alma pura, pessoas abduzidas por discos voadores, chupa-cabras, esquadrões da morte e anúncios de que o mundo acabaria no ano de 1999.

Se de manhã éramos brindados com essas pérolas do controle social, à noite era executado ritualmente todo o santo dia o chamado da mãe, o toque de recolher ocorria de forma sacra às oito e meia da noite. Já havíamos tomado banho, jantado e entre sete e nove da noite era o momento que nos socializávamos na rua. O toque de recolher vinha em função de que as dez passaria a Cavalaria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, se eles encontrassem alguém “zanzando” na rua naquele horário, a pessoa seria açoitada com um cabo de aço. Essa violência era descrita pelos rapazes mais velhos com requintes e detalhes sobre o cavalo ser empinado sobre as patas traseiras e golpear as pessoas com as patas dianteiras, toda essa destreza no ataque sem ao menos apear de sua montaria.

Histórias terríveis sobre assombrações, noivas de branco e “Sebastião Orelhudo”,<sup>1</sup> se mesclavam ao pavor de ser açoitado pela Cavalaria. Tinha-se medo de tudo. Pode-se afirmar que o medo era parte do inconsciente coletivo e que atendia aos ditames do regime de exceção. Na contramão do terror do cotidiano, a televisão apresentava policiais cercados por crianças em clima de proteção e harmonia.

Por força do destino fui estudar no Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, conceituado estabelecimento de ensino no centro da cidade, no qual estudava os filhos da classe média. Um belo dia, a professora de História trouxe para dentro da sala de aula um policial militar de tamanho descomunal e com um grosso bigode. Na sequência perguntou à classe quem teria medo da polícia, fui o único a levantar a mão. Todos os outros meninos riram muito e disseram que meu medo era infundado. Na fala deles a polícia estava ali para protegê-los e manter a ordem. Eu não entendi os comentários dos meninos e comecei a passar por “diferente” na classe.

Esta passagem me marcou muito, não tanto pela presença do policial, mas pela dificuldade de traduzir o meu medo e a incompreensão dos outros alunos em relação a isso. Aliás, foram dois episódios marcantes, o outro foi uma pergunta feita pela professora de Geografia. Ela nos questionava por que o salário recebido por um lixeiro era infinitamente menor do que o recebido por um médico. Não sabia o que responder naquele momento, mas uma coisa eu sabia, meu pai não era médico.

---

1 Sebastião Antônio de Oliveira, também conhecido como ‘Sebastião Orelhudo’ ou ‘Monstro de Bragança’ - abalou a cidade de Bragança Paulista, uma espécie de *serial killer* que matou quatro crianças, e gerou violentos protestos e a fúria da população. Como não é o foco deste texto, os interessados podem consultar o artigo de José Tadeu de Almeida “Crime e castigo no interior de São Paulo: o Monstro de Bragança e a ação do Poder Judiciário na década de 1970” in *Anais do XXI Encontro Estadual de História* – ANPUH-SP. Campinas, set. 2012.

O tempo foi passando e o encanto pela escola como um local de descoberta foi sendo substituído pela sensação de abandono, fui trabalhar muito cedo e passei a frequentar o ensino noturno. Fui de um ensino básico de primeira para um ginásio da última escala social e pedagógica. No ensino noturno eu era o sujeito mais “inteligente” da sala, considerando que tinha 13 anos e estava na sexta série do ginásio convivendo com rapazes e garotas de 17 a 20 anos.

Aos quinze anos tive o meu primeiro emprego formal, era ajudante de entregas numa loja de móveis e viajava constantemente para o sul de Minas Gerais. Numa dessas viagens voltávamos de Pouso Alegre passando pelo “Trevão”, um anel viário que levava os motoristas para o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, por volta das cinco horas da tarde, depois de percorrermos dez quilômetros fomos abordados, era uma perua Veraneio azul marinho e amarelo na contramão. Dentro dela um sujeito fardado apontando uma cartucheira calibre 12 fazia gestos com a arma para encostarmos. Recebemos ordem para descer, apoiar na porta e abrimos as pernas. Em ato contínuo o comandante da operação pediu os documentos para o motorista. Pedrão, um italiano metido a valente, que ao levar o braço para colocar a mão no bolso de trás, por azar, deu uma cotovelada na boca do comandante. Este imediatamente deu uma coronhada em seu pescoço, e ele desfaleceu.

O comandante avisou ao seu ajudante que se eu tentasse algo poderia atirar. Agora lembrando a cena percebo que estávamos no inverno, pois naquela hora da tarde o duplo cano em minha coluna estava gelado, foram dez segundos em suspensão. Nem medo senti, pois a cena era tão insólita que simplesmente não entendi nada.

Dominados, fomos levados para a Delegacia da Polícia Rodoviária Federal e lá teve início o interrogatório, perguntas de como conseguimos aquela caminhonete, quem era o dono, de onde vínhamos e para onde íamos e quem eram os nossos companheiros,

para quem trabalhávamos. Tudo isso era acompanhado de minutos de silêncio e suor frio escorrendo. Eu mal entendia as perguntas. Pedrão, na sua “malandragem”, demorava nas respostas, e quando em vez era ameaçado por punhos em riste que se chocavam com a mesa. A justificativa após algumas horas de interrogatório era que fomos confundidos com ladrões. O trauma foi tão grande que depois disso passamos a parar nos postos policiais para perguntar alguma coisa só para sermos vistos.

Ao completar dezessete anos comecei a trabalhar num escritório, aos dezoito me tornei bancário e, com dezenove, tive de servir ao Exército brasileiro, entretanto por conta da disciplina e dos horários rígidos fui desligado do serviço militar. Meus problemas com a autoridade militar e policial se agravaram um pouco nesse período.

Fui seguindo a vida até ingressar no banco Nossa Caixa, aos 22 anos. Haviam se passado sete anos do episódio da caminhonete quando eu e alguns amigos estávamos dando voltas com nossas motocicletas na cidade de Mairiporã, fomos detidos por um comboio de Veraneios, pretas e brancas. Novamente a mesma confusão, eles queriam saber o que cinco forasteiros faziam ali, os policiais estavam em maior número que nós.

Dessa vez dei sorte, ao pedir os documentos apresentei minha carteira funcional e fui liberado, meus amigos levaram alguns tapas e suas motos foram apreendidas. Entretanto fui obrigado, por força da situação a que estava sujeito, a assistir um interrogatório com cenas que não cabem neste espaço – dessa vez os “métodos” do agente público me espantaram e senti pena do “interrogado”.

Poucos meses depois ainda em 1983, ocorreu uma intervenção no Sindicato dos Bancários e lá fui eu para a greve contra a intervenção. E ali também estava a mesma Polícia Militar, só que naquele momento o meu medo havia aumentado, pois naquele caso a minha carteira funcional me condenava. Um processo de mudança interna estava ocorrendo, pois alguns colegas

de trabalho mais ativos na greve eram alunos da Universidade de São Paulo e tratavam aquele emprego como uma fase necessária, mas não o objetivo último. O contato com eles foi me mostrando novas possibilidades.

Comecei a participar mais do Sindicato e fiz um curso de formação, no qual se discutiam direitos constitucionais, entre eles o direito de greve. Aos poucos fui participando de outros círculos de amizade, o do pessoal que trabalhava e estudava, e fui vislumbrando a possibilidade de um curso superior. A partir daí me animei e comecei a fazer cursinho. A vida de bancário na periferia paulistana era exaustiva, duas horas no coletivo para o trabalho e três horas para o cursinho. Ainda não havia decidido pelo curso, mas sabia que ser bancário não era destino de vida alguma.

Apesar de participar do Sindicato dos Bancários, ainda o medo do desemprego, bem como da repressão, era enorme. Outro episódio marcou esta fase: nossa gerente marcava reuniões de trabalho fora do horário de expediente. Como eu estava mais próximo das lideranças liguei para uma delas que acatou minha denúncia. Às seis da manhã estávamos nós na agência e os fotógrafos do Sindicato munidos de câmeras profissionais fotografavam o relógio na parede e a gerente abaixo dele. Chegaram enquadrando-a e já protocolando denúncia para ela assinar.

A perseguição veio em seguida – nesse caso a pressão era psicológica, o ambiente era cada vez mais tenso e vivíamos em clima de guerra. O medo de todos era tão grande que nem mesmo os delegados sindicais sabiam o nome do autor da denúncia. Novamente os bancários/estudantes da USP apoiaram a denúncia e convidaram os demais funcionários da agência para uma reunião na Igreja que ficava na praça ao lado, usando do espaço sagrado para falar de política e das estratégias que devíamos seguir para neutralizar a perseguição. Esta atitude aliviou um pouco a minha angústia e por vezes quase me denunciei, mas o clima de delação era tão grande que não compartilhei a informação sigilosa, nem com o meu colega de república.

A decisão pelo curso de História vinha para responder muitas questões que não compreendia. A simpatia que eu nutria pelos colegas “uspianos” influenciou bastante na escolha. Um deles cursava Letras, a outra Geografia e o irmão desta, História. O fato de outros colegas me incentivarem a cursar uma faculdade foi fundamental. Percebia-se o curso superior como uma etapa transformadora com possibilidades de libertação daquela opressão diária. As reuniões de manhã tiveram uma pausa, mas o trabalho se estendia até tarde da noite. Graças às suspeitas que pairavam sobre mim, nunca mais fui escalado para fazer horas extras, e essa “folga” me possibilitou frequentar o cursinho *Universitário* no bairro Bom Retiro. O clima era tão sinistro que ao ser aprovado na Universidade Estadual Paulista, para um Câmpus no interior do Estado, a gerente não titubeou, aprovando minha transferência antes mesmo de as aulas começarem.

Anos depois desses episódios, cheguei a Rondônia (1991) e qual não foi minha surpresa quando me deparei com uma mística militar disseminada por toda a sociedade. Percebi a reverência para com os militares, pois em qualquer reunião em que se tratava de interesses da comunidade eram chamados coronéis ou majores do Exército e da Polícia Militar. A partir desse estranhamento, concebi uma pesquisa que resultou na minha dissertação de Mestrado, *(Des) Ordem na fronteira* (2002). Mais tarde, nova pesquisa sobre a criação do Estado de Rondônia e a influência do poder militar, principalmente dos políticos linha-dura atrelados aos militares sobre aquele fenômeno político, resultou em minha tese *Rondônia, uma memória em disputa* (2011).

A grande ironia da História e que encerra o meu breve relato pessoal, é que ao retornar do Doutorado em 2011 me deparei com uma greve contra a corrupção engendrada por políticos locais na Universidade em conluio com a administração superior. Em apoio à greve passei a me dividir com outros professores, alunos e pais na vigília ao prédio da Reitoria, então ocupado pelos alunos. No dia 21 de outubro, logo pela manhã liguei para

o jornalista Matheus Magenta, do jornal *Folha de São Paulo*, pois naquele dia estava marcada uma negociação entre a Polícia Federal (PF) e o Comando de greve. Magenta me pediu que entrasse em contato somente se ocorresse algum conflito. O Delegado da PF chegou e estabeleceu que a negociação fosse feita em local fechado, os alunos se recusaram por medo de serem todos presos. Após as negociações frustradas ficamos ali aguardando e preocupados com a segurança dos acadêmicos, haja vista os boatos de invasão do prédio por parte da PF.

Enquanto aguardávamos, ouvimos um barulho de explosão e imediatamente fui à sacada da Reitoria para verificar o que ocorria, e vi dois “estudantes” vindo em minha direção. Um deles me mostrou a arma, até hoje também não sei por quê. Mas ele me acusava de ter lançado uma bomba, então pedi a ele que cheirasse minhas mãos, mas ele se negou. Pedi para cheirar as mãos dele, o pedido foi negado. Em seguida, disse que o Delegado queria conversar comigo, e que eu poderia ir tranquilo, pois nada iria acontecer.

Ocorre que a partir daquela movimentação os ânimos ficaram exaltados e os alunos começaram a nos cercar, pedi calma a todos, pois estava tentando contatar meu advogado. Perguntei quem eram, pois não estavam fardados e nem haviam se identificado. Foi quando me mostrou sua carteira de policial, a que não consegui ler, pois tenho hipermetropia, mesmo assim ele muito nervoso queria que o acompanhasse até a sede da PF.

Ficamos ainda um tempo naquela discussão quando apareceram mais seis homens sem identificação, num carro igualmente não identificado e um deles me deu voz de prisão. Fui levado à Delegacia da PF e perguntei o que estava acontecendo e não obtive resposta. Daí um policial me ordenou que ficasse de costas e com as mãos na parede e indaguei novamente por que aquela violência desnecessária comigo, ele me respondeu que ali funcionava assim. O resto do que aconteceu por questões processuais me reservo a não descrever, pois me foram imputados cinco crimes.

Dessa vez tive muito mais medo, porque agora para mim é muito claro de qual lado eles estão e de que lado eu me encontro. E esse fato faz muita diferença, não que eu não tivesse passado por riscos antes, mas a ignorância era um manto que me protegia e naquele momento eu o perdi.

## Análise da memória à luz da experiência atual

Essa experiência mostra similaridades em maior ou menor grau, muitas vezes colegas da mesma faixa etária narram experiências semelhantes de um Brasil que se urbanizava de forma autoritária e centralizada. A educação pensada para produzir uma classe desvalida favorecendo a acumulação intensa e suprir a necessidade de mão de obra barata nos setores da construção civil, nas indústrias de bens de consumo e no comércio. Não é à toa que tive uma escola primária de qualidade oferecida à classe média e à medida que demandava por uma educação melhor ela ficava cada vez mais distante.

No caso do radiojornalismo policial, a fórmula foi dada pela ditadura militar ao aterrorizar os migrantes do campo que viviam assustados nas periferias da cidade. Enquanto Afanásio Jazadji, eleito deputado federal pelas classes que ele oprimia, apoiado por um partido conservador, Gil Gomes, o seu concorrente, de forma macabra se despedia, com um “Gil Gomes lhes diz: Bom dia”. Os dois eram grandes defensores da pena de morte como meio efetiva para redução da criminalidade. A vinheta publicitária da campanha de Jazadji era a seguinte: “A segurança é nossa, a liberdade é sua. Bandido é na cadeia, gente boa é na rua”.

Hoje o telejornalismo executa o mesmo jogo perverso, após mostrar todas as catástrofes possíveis, aterrorizar o cidadão e obter uma catarse midiática, ao final, para dar uma sensação de alívio se despede com um cínico “boa noite”. Os jornalistas midiáticos hoje defendem a redução da idade penal para dezesseis anos como o novo modo de redução da criminalidade e da violência. A mesma

fórmula rasteira que esconde os problemas sociais apresentando soluções mágicas.

Tudo que parece novo, a exemplo dos milicianos a extorquir os cidadãos e aterrorizar os moradores da favela, já existia com outros nomes. Numa linha de análise muito rasa, o jornalismo de catástrofe social é mais sofisticado e os problemas da violência atual são mais complexos. Entretanto, na essência, a fórmula é a mesma do período da ditadura militar, terror sobre a classe trabalhadora como meio de controle social e político eficaz. Se antes a imprensa era manipulada por força dos acordos e da ideologia, hoje o é pelos interesses econômicos somente.

No esquadrão da morte o personagem de destaque era um policial proscrito que somente era conhecido pela alcunha de Fininho. Este policial “fora de controle” chegou a acumular mais de algumas centenas de assassinatos. Fininho ironicamente era chamado de “justiceiro”, pois era o braço direito do delegado Paranhos Fleury, famoso pela sua atuação à frente do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS) das várias operações de repressão do período. Enquanto Fleury era o planejador das operações, Fininho era o seu executor mais ilustre.

Se para a classe média era oferecido, no período do “Milagre brasileiro”, um carro zero para calar a boca diante dos abusos, à classe trabalhadora sobrava o extermínio aberto e declarado. Também mal sabíamos que os discos voadores eram uma criação da imprensa para manter o povo na berlinda e alienado da realidade, pois os desaparecimentos tinham causa política e social.

A intervenção no Sindicato dos Bancários pelo Ministério do Trabalho visava justamente conter o avanço de mais uma organização que vinha adquirindo tanta relevância quanto o Sindicato dos Metalúrgicos, que expunha o governo militar naquele período.

Ao realizar minhas pesquisas de mestrado e doutorado sobre o impacto da “ocupação” na região, ficou claro o projeto arquitetado, pelos golpistas no poder, para a Amazônia. Este se

manifestava no bordão criado pelo General Garrastazu Médici, “Terra sem homens, para homens sem terra”, autorizando dessa forma uma “limpeza étnica” das terras que deveriam estar “vazias”. Ao aniquilar direitos, propiciou o genocídio de muitos povos indígenas, inclusive alguns foram torturados com a complacência e o aval dos militares no poder (CAMPOS, 2013). Um quadro bastante similar ao período que pesquisei sobre a administração militar no Território nos anos de 1930 a 1940 imputava os mesmos crimes ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Como bem observou o professor Júlio Mangini (IFMT) durante o *I Colóquio 50 anos do Golpe Militar*, este é o “passado que não passa”.

## Considerações Finais

Nosso maior problema não é fazer parte de uma geração que conviveu com o medo da repressão, da injustiça por parte do Estado, da inflação, de não ter o que comer e o resto do pacote. O maior problema que vejo é que esta sociedade pouco se democratizou e ainda hoje assistimos à criminalização das raças, da pobreza, das classes sociais com a maior naturalidade que se possa imaginar. A imprensa aperfeiçoou o seu papel de controle das classes trabalhadoras, agora criminalizando jovens que não fizeram outra coisa a não ser manifestarem-se contra o autoritarismo da classe dominante, a corrupção dos seus asseclas e a violência dos “cães de guarda” do aparelho repressivo. Como historiador, jamais cometeria o absurdo de dizer que vivemos numa ditadura semelhante àquela que impregnou um medo generalizado, inclusive da própria sombra.

Não seria ingênuo a ponto de negar o ofício do qual me orgulho, mas posso afirmar com clareza que muito pouco se tem avançado em termos de desenvolvimento social neste país. Tanto que poderia compará-lo a um aglomerado, forjado na base da violência, de indivíduos em busca de sua sobrevivência – o Estado

de Rondônia é a prova cabal dessa afirmação (CHAUÍ, 2000). Creio que a nação está em construção e que um dia possamos viver numa sociedade mais igualitária e democrática. Contudo, por enquanto, este país se resume a um loteamento da classe agrária detentora de gigantescos latifúndios, da classe industrial produzindo para exportação, e todos sob o jugo da classe financeira que é capaz de comprometer a própria solvência do país em nome de vultosos lucros.

As classes dominantes lançam mão de inúmeros recursos para controlar nossa sociedade, desigual e à margem dos direitos. Dentre esses recursos promove um sistema educacional precário com o propósito de manter boa parte da população na ignorância, usando ainda a força bruta, uma prática instituída pelos militares e que, infelizmente, grassa até nossos dias.

Desejo que este pequeno texto possa ser uma forma de resistência, e não simplesmente uma constatação passiva da exceção que vivemos. Nesse sentido, quero contribuir para a discussão sobre a realidade desigual e opressiva, e que a partir da consciência dos obstáculos possamos avançar sobre os limites impostos e ver um raio de luz no horizonte. O objetivo em suma, é que este simulacro da vida possa alcançar a sublime dimensão de afetar a nossa própria existência.

## Referências

- ALMEIDA, José Tadeu. “Crime e castigo no interior de São Paulo: o Monstro de Bragança e a ação do Poder Judiciário na década de 1970”. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP*. Campinas, set. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAMPOS, André. “Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e ditadura. In Agência Pública”. 24 jun. 2013. Disponível em: <http://apublica.org/2013/06/ditadura-criou-cadeias-para-indios-trabalhos-forcados-torturas/>. Acesso em: 19 jun. 2014.

- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano: A arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Entrevista Especial Roger Chartier In: *Linguagens, Educação e Sociedade*. Teresina, n° 13 jul-dez 2005.
- FAZENDO MEDIA. “Polícia Federal abusa de autoridade e prende sem provas professor e estudantes na Universidade Federal de Rondônia”. In: Fazendo media, 06 nov. 2011. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/policia-federal-abusa-de-autoridade-e-prende-sem-provas-professor-e-estudantes-na-universidade-federal-de-rondonia/>. Acesso em 19 jun. 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2011.
- JORNAL NEWS RONDONIA. “Greve na Unir: carta do professor Valdir à Presidenta - a uma brava defensora da democracia”. Porto Velho, 01 nov. 2011. Disponível em: <http://www.newsrondonia.com.br/noticias/greve+na+unir+carta+do+professor+valdir+a+presidenta/11014>. Acesso em: 19 jun.2014.
- NORA, Pierre et alli. *Ensaio de Ego-História*. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições 70, s.d.
- POLLACK, Michel. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212.
- SOARES, Luis. “Policiais abusam do poder, agridem professor universitário e desencadeiam crise”. In: *Pragmatismo político*. Seção de Política, 07 nov. 2011. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/11/policiais-abusam-do-poder-agridem.html>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, Valdir Aparecido de. *(Des) Ordem na fronteira*. Assis: UNESP, 2002 (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. *Rondônia, uma memória em disputa*. Assis: UNESP, 2011 (Tese de doutorado).
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UnB, 1992.

# Do lado avesso da história: a memória militar sobre 1964

---

**Andrielly Natharry Leite da Silva Oliveira\***

No ano em que se completam 50 anos do Golpe de 1964 no Brasil, é naturalmente esperada a repercussão de debates sobre esse período histórico na academia – em forma de eventos ou publicações de livros –, bem como na sociedade de modo geral – com grande notoriedade nas mídias sociais. Na torrente de alusões ao tema, presente nos mais diversos meios de comunicação, gostaria de chamar atenção a uma palavra em especial, que se destaca do contexto presente ganhando uma carga significativa para a sociedade brasileira: *memória*.

O conceito de memória é recorrente no ofício do historiador, passando pelos mais variados temas. A constante presença em seu trabalho, contudo, não o faz, de modo algum, banal. Pelo contrário, a complexidade em adotar um conceito marcado de forma tão expressiva pela subjetividade dos agentes históricos fez dos historiadores incansáveis na busca de compreender seus mecanismos de atuação.

Os acontecimentos que marcam momentos históricos de uma sociedade e se estigmatizam em datas, monumentos ou eventos comemorativos, estão intimamente relacionados com a memória e a identidade. Em se tratando da ditadura militar, o que a historiografia, movida pela demanda social em manter viva essa

---

\* Discente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

memória latente, memórias de violência, repressão, crimes cometidos pelo Estado, cumpre um papel de nos manter vigilantes sobre a possibilidade de novas ações dessa natureza. O horror que sentimos em conceber as atrocidades cometidas nesse período muitas vezes não nos impulsiona a pensar as bases que fundamentam essas ações ou que promovem sua aceitação em certos momentos.

As bases a que nos referimos estão inseridas na cultura política, entendida como “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (BOBBIO, 1998, p. 306), que no Brasil se fundamenta em valores conservadores. Esta, a partir das concepções de guerra interna implementadas pela Escola Superior de Guerra<sup>1</sup> (ESG) através da Doutrina de Segurança Nacional (DSN),<sup>2</sup> assume um caráter autoritário à medida que adota como ideal um “regime autoritário conservador ou de ordem”, cujo “pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo” (BOBBIO, 1998, p. 95).

- 
- 1 A Escola Superior de Guerra foi fundada pelo Exército brasileiro em 1949 com o intuito de formar pessoal de alto nível, inicialmente militares, para exercer funções em áreas de direção e planejamento da segurança nacional. Suas bases ideológicas sofrem influência de escolas semelhantes, da França e Estados Unidos, e se inserem em um contexto de guerra ao comunismo (BORGES, 2012, p.20-36).
  - 2 Segundo a definição de Nilson Borges, a Doutrina de Segurança Nacional é “a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2012, p. 24). A guerra interna fundamentada pela DSN, no qual o inimigo se torna o cidadão subversivo ou terrorista, ou seja, aquele que comunga dos ideais comunistas, viabilizou a implementação do Terror de Estado no Brasil e em outros países da América Latina.

À vista disso torna-se fundamental estudarmos essas questões profundamente, para que saibamos identificar os discursos que estão por trás das ações deferidas nesse momento da história brasileira. É com esse propósito que se torna relevante o estudo da memória produzida pelos militares sobre o período.

A memória está além de um conjunto de funções psíquicas que permitem a preservação e o acesso a informações vivenciadas no passado, as perturbações existentes em seus processos, ou ainda a interface com as capacidades cognitivas. A memória da qual se ocupa as ciências humanas, em especial a História, é mais do que relatos documentados de um passado que se quer alcançar, é também seletiva, construtiva, manipulativa, individual e coletiva, consciente e inconsciente, como salienta Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 09)

Dessa forma, este estudo observará as recomendações de Peter Burke de que se deve considerar que:

A memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade. (BURKE, 200, p. 73)

Observando as premissas e objetivos anteriormente mencionados, abordaremos a memória do Clube Militar sobre o Golpe

e o período de ditadura no Brasil, que compreende 1964 a 1985, manifesta de forma declarada na Revista do Clube Militar: a casa da República, na qual atentamos às publicações posteriores à ditadura. Primeiramente, nos anos iniciais da pesquisa, ainda como bolsista de iniciação trabalhamos com o recorte temporal entre 2001 a 2012. Trabalharemos aqui com o mesmo recorte, exemplificado em um único fragmento, retirado do editorial da edição de março de 2001, que julgamos conter muitos dos elementos argumentativos presentes em toda a extensão temporal analisada na pesquisa, pois apresentar a fonte em sua totalidade não é o propósito deste artigo, mas apresentar as características da memória preservada pela fonte.

O projeto em que se insere a constituição, tanto do Clube quanto de sua revista, é mais que congregacionista para a classe castrense, é fundamentalmente político, como declarado nos autos de fundação, pelo Tenente Tomás Cavalcanti, de que seria plantada a “bandeira do protesto, possivelmente da revolução, tudo dependendo das circunstâncias”,<sup>3</sup> afirmação que traduz bem o caráter assumido pelo Clube, apresentado também no Art. 2º, nos incisos IV e XVIII, respectivamente: “promover e incentivar manifestações cívicas e patrióticas, bem como estudo e discussão de assuntos nacionais de alta relevância” e “defender os interesses nacionais relevantes, podendo, para tanto, promover ações nas esferas administrativa e judicial”.<sup>4</sup>

A Revista do Clube Militar, portanto, assume um posicionamento declarado com relação a diversos momentos da história política brasileira, em particular pelo período aqui estudado, visto que foi vivenciado por muitos de seus membros ativos em cargos administrativos. O posicionamento ao qual nos referimos

---

3 Estatuto do Clube Militar. Disponível em: < <http://clubemilitar.com.br/o-clube/o-clube-estatuto/>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

4 Histórico da Revista do Clube Militar. Disponível em: < <http://clubemilitar.com.br/revista/>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

visa construir uma versão da história por meio de uma memória que atenda à sua visão de mundo e interesses objetivos. Versão esta que tem como eixo central o discurso que legitimou e sustentou o golpe e os vinte e um anos de governo militar, fundamentado essencialmente na Doutrina de Segurança Nacional, calcado em valores conservadores devedores de uma cultura política autoritária, o que nos confere importante ferramenta para entendermos os mecanismos de seleção associados à memória, como veremos a seguir.

Observamos na ótica da *Revista do Clube Militar* a construção de um contexto de crise política e social, que se materializam em discursos recorrentes, tais como: a disseminação de ideologias contrárias aos valores nacionais, à incapacidade política-administrativa de João Goulart, a instabilidade política e econômica da Nação, o dismantelamento de instituições, a subversão das Forças Armadas, a iminência de uma revolução comunista, a insatisfação popular com o regime anterior, o apoio popular às Forças Armadas, supervalorização da administração militar enfatizada no discurso do “milagre econômico”; e o abrandamento do golpe e da ditadura através de nomenclaturas distorcidas semanticamente, tais como: revolução, contra revolução ou movimento democrático; crítica à História oficial.

Os elementos argumentativos do discurso proferido pelas Forças Armadas através da *Revista do Clube Militar* acerca do Golpe de 1964 e do período de ditadura militar no Brasil aparecem muitas vezes na *Revista* a partir da queda do regime, e frequentemente associados uns aos outros para reforçar o contexto de crise, como podemos observar no editorial da edição de março de 2001:

Nessa data, O BRASIL POR INTEIRO, com o apoio corajoso e oportuno de suas FORÇAS ARMADAS, deu o salvador GRITO DE BASTA! à baderna que se instalara em todos os setores da vida Nacional, não poucas vezes, com o estímulo indiscutível e indisfarçável do Presidente da República.

A ideologia marxista. Proclamada vigorosamente, por líderes e fantoches de agrupamentos das mais diversas matrizes, sob orientação dos governos de todos os países dominados pelas ideias socialistas, espalhava-se, aceleradamente, atingindo até as Forças Armadas, último baluarte da defesa das instituições e do regime político opção dos brasileiros: A DEMOCRACIA sem adjetivos.

A segurança da cidadania e das instituições era caótica. [...]

A economia combatida e destruída, em face da política econômica suicida; a indústria, sendo destruída pela intromissão indébita e impatriótica de sindicatos e “pelegos”, caminhava para o sucateamento; o sistema de transporte entregue a “pelegos” e sindicatos controlados pelo todo poderoso Comando Geral dos Trabalhadores, marchava celeremente para a paralisação total; o sistema político, inoperante e desacreditado; a inflação, tendendo para o descontrole absoluto e a hiperinflação; os Poderes da República, caminhando aceleradamente, para a degradação; o Chefe do Governo com seu “áulicos” e “assessores”, tramando o fechamento do Congresso, ponto inicial para o estabelecimento de uma República Sindicalista, caminho certo para o objetivo maior: A REPÚBLICA POPULAR, de inspiração marxista.

A mulher brasileira, mais sensível, sentindo a aproximação da tragédia, foi às ruas, inicialmente às centenas, para rezar o Terço; a seguir, permaneceram nas ruas às centenas e às centenas de milhares, nas suas destemidas e patrióticas massas, com DEUS PELA LIBERDADE: no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Fortaleza e tantas outras cidades do nosso amado Brasil!

O próprio chefe do governo, precipitado e sem um mínimo de cuidados essenciais, tentou lançar sargento contra oficiais, cabos e marinheiros contra seus comandantes. Isso correspondia à quebra de uma das vigas mestras das Forças Armadas: *A DISCIPLINA*.

Apavorada, a NAÇÃO, nas ruas, implorava uma decisão das Forças Armadas, para evitar a revolução iminente: entre o governo, apoiado por sindicatos e “pelegos” e as forças das zonas urbanas (indústria e comércio) e rurais (agricultura e pecuária).

A Nação se pronunciou, principalmente, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Recife, com maior vigor e insistência. [...]

As Forças Armadas, UNIDAS, agiram sob seus comandos legais, disciplinadamente, para salvar a Pátria ameaçada e trazer o sossego e a liberdade da NAÇÃO (REVISTA DO CLUBE MILITAR: A CASA DA REPÚBLICA, Mar/2001, p. 1).

A partir desse discurso, fica clara a construção de um contexto de crise política e social, no qual a única alternativa plausível para a restauração da ordem é a intervenção das Forças Armadas, que ocupam a partir de então o lugar de heróis da nação, restauradores dos valores nacionais. Importante ferramenta para compreendermos como se dá esse processo é a concepção da existência de um discurso mítico nos processos políticos, concebida por Raul Girardet, que se verifica com a identificação de conjuntos simbólicos “agrupados em séries idênticas, estruturados em associações permanentes que se apresentam os elementos constitutivos da narrativa que eles compõem” (GIRARDET, 1987, p. 17).

A concepção de mito político de Girardet nos confere a possibilidade de compreender alguns mecanismos operacionais de concretização dessa memória. Para tanto, o conjunto mitológico abordado diz respeito ao mito do Salvador, ou seja:

O homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino. Quer restaure a ordem estabelecida ou a subverta, quer organize ou

anuncie aquela que está por vir, é sempre, por outro lado, por uma linha de ruptura dos tempos que se situa seu personagem. É sempre uma manifestação do presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define, com ele, graças a ele, o “depois” não será como o “antes”. (GIRARDET, 1987, p. 80)

É salutar considerar que o estudo aqui realizado a partir das concepções de Raul Girardet busca os mecanismos que envolvem não apenas a concretização dessa memória na Revista, a qual fornece as bases de sua reconstrução e propagação, mas principalmente aqueles que propiciam sua adesão, entre os quais situamos o mito do Salvador.

Contudo, por mais que entendamos como se opera a compreensão desse período histórico a partir de uma memória singular, que diverge em aspectos fundamentais da historiografia oficial, naqueles que vivenciaram mesmo que indiretamente, ainda fica o questionamento quanto àqueles que integraram o grupo na geração seguinte, e, portanto, não vivenciaram esse período, conhecendo-o apenas através de livros, mídias ou testemunhos.

Será possível a essa nova geração de integrantes das Forças Armadas que integram o Clube Militar compactuar com essa visão da história recente do Brasil? Para Maurice Halbwachs (1990, p. 64) esse é o sentido primordial da memória coletiva, pois:

[...] é muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros.

Para entendermos melhor essa ideia, pensemos em um exemplo sugerido pelo próprio Halbwachs. Em que medida podemos

conceber as lembranças que temos de nossa infância como individuais? Muitas vezes alguns acontecimentos marcam o grupo familiar e são narrados com frequência em ocasiões de reunião. Dessa forma, ouvimos casos de nossa própria infância, situações que vivemos e então a partir da narração temos a sensação de nos lembrarmos, ou será que quando reconstroem “cada pedaço de imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma figura de coisas vivas, e a imagem se transforme em lembrança?” (HALBACHS, 1990, p. 32).

Essa comunhão de lembranças, todavia, só é possível para Halbwachs a partir de um sentimento de pertencimento do grupo, que implica o pensamento comum em relação a alguns aspectos; é preciso “concordar com a memória”. É, portanto, com a continuidade de contato com esse grupo, a comunhão com a forma de pensar a sociedade que viabiliza essa identificação do passado com o dele, pois o passado nesse aspecto é coletivo, e pertence ao grupo, portanto aos seus membros no sentido amplo.

É importante frisarmos que as operações ou mecanismos de compreensão desse passado, citados até então, acontecem de forma inconsciente nos agentes históricos, de forma que, embora reproduzam muitos dos discursos do grupo que integram, como no caso estudado, a percepção da existência desses mecanismos é fundamentalmente científica.

Da mesma forma, não podemos afirmar categoricamente que a maciça abordagem do tema até os dias de hoje pelas Forças Armadas configure estratégia consciente e deliberada do que quer que seja, mas a não-intencionalidade, nesse caso, não exime o fato de que a memória que está sendo produzida e propagada pela *Revista do Clube Militar* é real e direcionada por uma ideologia que visa legitimar os acontecimentos desferidos entre 1964 a 1985 pelas Forças Armadas.

## Referências

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e Jean-François Sirinelli. *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988. p. 349-363.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. trad. Carmen C, Varriale *et al.*; coord. trad. João Ferreira; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-91.
- HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.: *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo, 1993. p. 07-29.

# Os desafios dos direitos humanos no Brasil pós-1964:

um ensaio

---

**Leno Francisco Danner<sup>1</sup>**

Falar de desafios relativos aos direitos humanos, no Brasil, conforme penso, significa refletir sobre os desafios de nossa jovem democracia – se o Brasil possui em torno de 514 anos, nossa democracia, em particular a partir da redemocratização, possui, quando muito, trinta anos. Portanto, partirei – utilizando o mote que me foi dado para refletir sobre a questão dos direitos humanos no Brasil – do período pós-ditadura militar de 1964 como significando a consolidação da democracia em nosso contexto. Aqui, com isso, direitos humanos têm ligação direta com a efetivação de processos institucionais de afirmação e de realização dos direitos, correlatamente à possibilidade de uma participação democrática ampliada e maximamente inclusiva na vida político-cultural nacional. A partir desse argumento, quero, primeiramente, refletir sobre alguns desafios que são próprios a nossa *jovem democracia* para, em um segundo momento, tentar realizar um juízo geral daquilo que já foi construído desde a redemocratização e, por fim, em um terceiro momento, elencar forças sociais e políticas que efetivamente podem contribuir para o aperfeiçoamento de nossa democracia.

---

\* Doutor em Filosofia (PUC-RS). Professor de Filosofia e de Sociologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Contato: leno\_danner@yahoo.com.br

Para entender tais desafios e potencialidades, é importante salientar que nossa democracia, enquanto estrutura institucional e enquanto modo de vida socialmente vinculante, possui um arranjo caracterizado por duas ideias básicas: (a) incluir todas as formas de vida, afirmar e realizar um conjunto de direitos básicos (individuais, políticos e sociais) para todos os cidadãos e grupos sociais; e (b) garantir a paridade no acesso e no exercício do poder político em particular e até refrear as influências de outras formas de poder (econômico, religioso, etc.) tanto dentro da política quanto na sociedade de um modo mais geral. Nesse contexto, a inclusão social, a ampliação da participação política e o controle de formas arbitrárias de poder passariam para o primeiro plano no que diz respeito à organização das instituições e à orientação da vida social. No meu entender, esse é o verdadeiro desafio para nossa sociedade, isto é, o grau e o modo em que a realização de tais objetivos e a consequente orientação das instituições são levadas a efeito, tanto pelas autoridades públicas instituídas quanto pela participação cidadã nas discussões políticas e até nas tomadas de decisão.

## 1 Desafios à continuação e à solidificação da democratização

### 1.1. O desafio institucional

Qualquer leitor atento à história dos desenvolvimentos de nossa sociedade terá de reconhecer dois pontos importantes e definidores da própria constituição do Brasil enquanto sociedade: (a) as lutas de poder incessantes ao nível da vida política, que determinam configurações institucionais arbitrárias ou impotentes para garantir uma evolução social mais equalizada; (b) o caráter muitas vezes arbitrário de nossas instituições políticas, que não são inocentes no que tange à fragilização da democracia, senão que,

em muitas situações, são responsáveis diretos pelos gritantes *déficits* de integração social que ainda apresentamos. Estes dois pontos, quando interligados (e eles geralmente o são), imprimem, por um lado, uma dinâmica arbitrária e elitista às instituições, na medida em que elas, determinadas a partir de grupos de poder avessos à ampliação dos processos democráticos e a uma equalização material mínima entre todos, transformam as instituições públicas em espaços de legitimação de interesses privados; por outro lado, esse caráter arbitrário das instituições conduz à despolitização de grande parte da população, que não apenas não se vê representada ou com chances de participação, senão que também é afastada diretamente das decisões sobre os rumos da vida política.

O caráter plutocrático do poder e a inépcia e o autoritarismo institucional são dois problemas graves – e atuais – para a consolidação da democracia naqueles pontos acima salientados como importantes: a realização dos direitos e a ampliação das oportunidades de participação popular. Com efeito, as lutas em torno à hegemonia política de grupos e de partidos transformam a política democrática em uma esfera na qual o dinheiro ligado aos grupos de interesse determina muito dos conchavos políticos e, como consequência, das forças políticas que efetivamente aparecem e monopolizam o espaço público de discussão e de tomadas de decisões. É sintomático disso que lideranças políticas de longa data e seus apadrinhados como que centralizem o espaço político parlamentar, realizando conchavos os mais diversos e as alianças as mais espúrias para manterem-se em evidência, para orientarem a utilização do poder político e até para salvaguardarem seu poder nas unidades da federação das quais são oriundos. Correlatamente, o executivo e o legislativo, provavelmente determinados por tais disputas plutocráticas por poder político, acabam fechando-se claramente a mais contato e a mais participação das bases, do povão em geral, de modo a tomarem decisões políticas contraditórias sem problematização e a manterem

sua dominação em relação às massas eleitorais que eles julgam representar de maneira plena.

O resultado dessa transformação da política preponderantemente em luta de grupos plutocráticos pelo poder e a hegemonia das elites partidárias – à esquerda e à direita – leva a que não haja o mínimo de alternativas políticas e de imaginação institucional para oferecer-se ou um complemento ou uma substituição aos partidos políticos, que seguem mantendo incontestemente hegemonia sobre os cidadãos. Isso também leva a uma má-compreensão, conforme penso, do que efetivamente seja o exercício da cidadania, que em certo sentido já estava presente no contratualismo filosófico moderno e que foi radicalizada, nas democracias do século XX de um modo geral e na nossa em particular, com a progressiva supremacia política dos partidos políticos profissionais e dos políticos carreiristas. Essa má compreensão tem a ver com a ideia de que a cidadania democrática se exerce por meio da delegação de poderes, mormente em sociedades complexas como as nossas, o que me parece uma grande falácia. Na linguagem dos partidos políticos, os cidadãos precisam, através do voto, delegar seu poder àqueles, que, imbuídos dessa *legitimidade popular majoritariamente conquistada nas eleições*, governarão o Estado e buscarão definir a dinâmica do legislativo com vistas à organização política da sociedade como um todo. Mas as reclamações de muitos cidadãos e movimentos sociais acerca do fato de que somente se consideram sujeitos da política durante a campanha eleitoral estão aí para demonstrar o quanto o depois da eleição também conta para quem quer exercer sua cidadania, o que significa dizer que, de um modo geral, depois das eleições, os partidos políticos e os políticos profissionais simplesmente esquecem suas bases e centralizam toda a dinâmica da política *no interior do parlamento*, às portas fechadas das instituições, com poucas informações disponíveis publicamente. As ruas e os becos da vida cotidiana, com suas necessidades, seus sofrimentos e suas tragédias, tornam-se, depois das eleições, meros coadjuvantes, espaços

esquecidos ou ignorados em suas reivindicações normativas junto aos poderes constituídos.

Em suma, no que tange ao desafio institucional, há muito dinheiro da política, e esse dinheiro compra ou constrói grupos políticos com um compromisso claro para quem os financia. Ora, a população em geral, que não pode pagar para ser representada e que também não tem condições econômicas de fazer-se representar, certamente ficará com as migalhas que caem da mesa do executivo e do legislativo, que se banqueteam com o filé *mignon* da riqueza nacional. Além disso, tradicionalmente criou-se uma forma de fazer política, no Brasil, que pode prescindir das vozes das ruas e dos becos da vida cotidiana, tornando as instituições políticas imunes e mesmo avessas, em muitas situações, a este contato e a esta participação. Isso é resultado de transformações históricas que não aconteceram de baixo para cima em termos de organização política, que não partiram das massas para as elites, senão que foram feitas de cima para baixo – nesse sentido, não construíram e nem foram fruto de uma cultura política madura, senão que reproduziram e consolidaram exatamente o autoritarismo, o coronelismo e os currais eleitorais. Daqui provém a ideia de que qualquer transformação sociopolítica legítima precisa acontecer exclusivamente dentro das instituições políticas (e por delegação do poder aos partidos políticos), na qual apenas indiretamente os movimentos sociais e as iniciativas cidadãos podem adentrar: dentro das instituições, o poder pertence aos partidos políticos e a dinâmica política é dada pelos conchavos entre estes.

## 1.2. O desafio da política partidária

Isso nos leva ao segundo problema que prejudica a democratização de nossa sociedade, tanto em termos de uma atuação social mais incisiva de nossas instituições políticas quanto em termos de sua abertura democrática à participação de iniciativas cidadãos

e de movimentos sociais: a submissão da política aos partidos políticos. Conforme penso, este é um problema muito sério. É um problema sério porque, em primeiro lugar, subverte a compreensão da política, na medida em que a reduz exatamente à política partidária, definindo o campo de decisões políticas como sendo monopolizado pelos partidos. Nesse sentido, como já chamei a atenção acima, a população em geral é afastada das decisões mais importantes concernentes aos caminhos políticos para a orientação do desenvolvimento socioeconômico, para o investimento dos recursos públicos e mesmo para a própria organização da esfera política. O termo *massa de manobra política*, no meu entender, expressa com consistência uma característica nefasta que marca o compasso da organização política de nossa sociedade, para a qual a população em geral somente contribui com o voto e nada mais – depois dele, retorna aos seus afazeres cotidianos, sem qualquer chamamento à participação política.

A submissão da política aos partidos políticos é grave, em segundo lugar, porque esses mesmos partidos são restritos a uma cúpula que os domina. Com efeito, em relação a isso, nós podemos perceber o quanto os mesmos políticos, de um modo geral, retornam sempre e sempre à vida pública, seja como candidatos aos mais variados cargos públicos, seja como padrinhos de *novas lideranças* por eles capitaneadas ou preparadas. A centralidade dos partidos políticos em termos de definição da política nacional leva exatamente à consolidação de elites partidárias que não apenas dão as diretrizes básicas dos partidos, mas que também, tal como pastores, conduzem todo um rebanho eleitoral pelas sendas que eles considerarem as melhores. E eu acredito, em relação a isso, que a expressão *rebanho eleitoral* não é exagerada: a cúpula partidária monopoliza o controle do partido e, como consequência, monopoliza o poder de mobilização eleitoral das massas a ele ligadas, que se transformam nesse rebanho eleitoral conduzido de um lado para o outro conforme os conchavos estabelecidos por tais elites. Nessa situação, o diálogo com as bases e mesmo

a ampliação dos debates e dos processos de tomadas de decisão junto à população, por parte dos partidos políticos, são totalmente deslegitimados e travados.

Por fim, em terceiro lugar, a submissão da política aos partidos políticos implica também na submissão da política ao dinheiro. Sei que essa afirmação parece grosseira, mas ela carrega muito de verdade. No Brasil, não há financiamento público de campanha, que depende, em grande medida, de investimentos privados, de fortuna pessoal e da distribuição de dinheiro, sempre escassa, feita dentro dos próprios partidos políticos. Nesse sentido, um partido político basicamente é financiado a partir dos acordos por ele realizado, bem como por investidores privados que necessitam de apoio político parlamentar. Além disso, se observarmos a monopolização do poder partidário pelas cúpulas elitistas dos próprios partidos, também perceberemos que há uma centralização do dinheiro dentro dela e por ela, que define quem receberá e quanto – geralmente candidatos ligados à própria cúpula. Ora, na medida em que, para se tornar político, é necessário possuir muito dinheiro, exclui-se a absoluta maioria da população que não pode pagar por todos os custos de uma campanha – e que não tem nenhum investidor privado que pague por ela. Aqui começa o caráter plutocrático da política parlamentar – não vemos nenhuma pessoa que ganha salário mínimo como deputado federal ou senador, por exemplo. E, se os há, eles certamente são a exceção, e não a regra. Com isso, as decisões políticas não contam com ampla representatividade e participação, senão que se reduzem, preponderantemente, aos políticos ricos ou eleitos por investidores privados ricos, que governam pelos pobres e para os pobres, *mas sem os pobres!*

Há muito dinheiro em jogo na administração pública, da mesma forma como, com ela, pode-se perpetuar focos de poder específicos. O orçamento anual brasileiro é de um trilhão e quinhentos bilhões; quase metade desse dinheiro é utilizado para pagamento da dívida pública e grande parte dele é utilizado para

o investimento em infraestrutura. Ora, isso é um prato cheio para grupos políticos e para empresas privadas. Para as segundas, porque lhes permitem enriquecer por meio de obras públicas destinadas à manutenção e ao aperfeiçoamento da infraestrutura pública. Para os primeiros, porque são os grupos políticos hegemônicos e seus financiadores que basicamente decidem para onde o investimento será canalizado e quem o concretizará. Tais grupos hegemônicos, basicamente, com sua vitória eleitoral, ganham um cheque em branco que eles preencherão de acordo com suas intenções. Aquele orçamento acima, portanto, é uma fonte de ambição para a grande maioria dos que adentram na esfera política por meio dos partidos políticos. A corrupção, esta mazela política de que tanto ouvimos falar, surge exatamente nesse contexto de um altíssimo orçamento público para investimentos, monopolizado pelos partidos políticos hegemônicos, seduzidos pelos financiamentos privados de campanha. Frente a eles, as instituições públicas de controle e de fiscalização, bem como as vozes das ruas, são impotentes. Max Weber (1999) percebia, nesse tipo de política partidária que se servia da administração pública para seu enriquecimento pessoal, a decadência da política democrática. Não me parece que, em linhas gerais, este seu julgamento, feito no início do século XX, esteja totalmente errado para nossa realidade atual.

### 1.3. O desafio do envio de recursos do governo federal para estados e municípios

Com este ponto, quero salientar tanto o descompasso existente entre o nível federal e os níveis estaduais e municipais quanto à corrupção que se instala nesse canal que une o governo federal aos governos estaduais e municipais. É interessante que, à primeira vista, a descentralização de recursos pode contribuir para um maior controle local dos recursos, na medida em que cada Estado e município podem escolher onde e como querem investir

seus recursos. Porém, em outros tantos casos, a corrupção e o autoritarismo institucional são mais fortes exatamente nesses dois níveis. É sintomático disso, por exemplo, o grande número de casos de corrupção que envolve as administrações estaduais e municipais na compra de equipamentos para saúde, nos investimentos em educação e na construção obras públicas, como podemos perceber em Porto Velho tanto no nível estadual quanto no nível municipal.

Digo que nesses níveis o autoritarismo institucional pode ser maior exatamente porque ele é mais personalizado e mais pungente para quem vive no referido contexto: por exemplo, o prefeito “X” foi denunciado e contrata pistoleiro para matar seu denunciante, ou o governador “Y” utiliza-se de aparato estatal para atacar a honra de seus adversários; além disso, essas mesmas autoridades políticas podem apresentar empresas em nome de “laranjas” ou favorecer conhecidos, exatamente para abocanharem quinhão dos lucros delas ou mesmo desviarem recursos públicos. Enfim, as relações de poder estão muito presentes nos níveis estadual e municipal e, por isso, constituem entrave ainda maior para a democratização de nossa sociedade do que as relações de poder que envolvem o âmbito político federal. Para mim, que considero o âmbito local como mais importante para a realização de processos de democratização, a corrupção e a violência institucional, na medida em que existem aqui, nesse nível, tornam muito mais difícil – se não impossível – a democratização da sociedade, que é, em primeiro lugar, a democratização de nosso âmbito local, municipal e estadual, para somente depois alcançar o nível federal.

#### 1.4. O desafio de uma cultura política ainda em gérmen

Nossa cultura política democrática ainda está em gérmen, conforme penso. Isso significa que precisamos fortalecer mais a importância da cidadania política, da atuação de movimentos sociais

e de iniciativas cidadãs que sejam ativos na vida política nacional e que, em muitos casos, possam substituir a própria participação dos partidos políticos, ainda que em aspectos pontuais. Há muito conservadorismo político-cultural vigente em nossa sociedade, de modo que, para um amplo grupo de nossa população, a disciplina e o autoritarismo, que deveriam ser instaurados a partir de uma postura militarista, seriam a solução para a corrupção política e uma suposta *degeneração moral* de nossa sociedade de um modo mais geral – vide o exemplo daqueles grupos que defendem novamente a volta dos militares ao poder como solução para esses problemas. Para esse conservadorismo político-cultural, que também é homofóbico e racista, as instituições públicas e as benesses sociais são respectivamente desestruturadas e fomentadoras da vagabundagem e da marginalidade. Daí sua contraposição às instituições públicas e, conseqüentemente, à política enquanto meio de integração e de evolução social. Tais grupos conservadores, tanto em nível da cultura quanto em nível da política, constituem hoje o maior desafio para uma democratização abrangente da sociedade brasileira, isso porque eles negam a importância das instituições públicas em termos de estruturação da vida nacional, contrapõem-se aos movimentos sociais e às iniciativas cidadãs e a sua postura de crítica à ordem vigente, bem como apontam para a meritocracia individual como o critério por excelência em termos de definição do que está estabelecido. Como disse, para esses grupos conservadores, há três palavras de ordem que seriam a base de evolução da nossa sociedade: disciplina; autoritarismo e meritocracia.

Ora, o combate a esse conservadorismo político-cultural é o caminho para a maturação de nossa cultura política democrática. Contra a despolitização de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs, defendidas pelos grupos conservadores, é exatamente o fortalecimento da política às margens das administrações e dos partidos políticos que pode levar a efeito uma crítica radical do poder, em nossa sociedade. Movimentos sociais e iniciativas

cidadãs, atuantes em relação à vida nacional, podem aos poucos minar a independência dessas administrações e desses partidos políticos em relação à massa dos cidadãos, na medida em que, por um lado, evidenciam esse distanciamento e sobreposição daqueles em relação a esta; por outro lado, colocar-se-iam como complemento à atuação dos partidos políticos burocratizados e elitizados, substituindo uma participação popular meramente aclamativa (e que transforma a população em massa de manobra política) pela afirmação de uma participação direta dessa mesma população, na medida em que a vincularia a processos de discussão e a ações que, direcionadas aos níveis locais de sua vida, engaja todos os cidadãos e os torna responsáveis pela mudança no contexto em que eles vivem. Essa não é uma prática dos partidos políticos que, como disse, estão preocupados em se fechar de modo burocrático e elitista à participação popular ampliada, provavelmente pelos inúmeros compromissos com grupos de poder, adquiridos pelo financiamento privado de campanhas, bem como pela corrupção que lhes é tão natural como o próprio caráter elitista que apresentam. A atuação corriqueira dos movimentos sociais e das iniciativas cidadãs possibilitará, ao longo do tempo, a maturação de nossa cultura política democrática, que se tornará mais crítica do poder e da atuação dos partidos políticos em relação à vida nacional.

### 1.5. O desafio do desenvolvimento econômico e da justiça social

A grande desigualdade social ainda presente na sociedade brasileira, bem como a desigualdade entre os próprios estados da federação, implica, no primeiro caso, acesso diferenciado tanto às oportunidades de crescimento quanto à própria capacidade de influenciar nos rumos dos poderes e das instituições vigentes; no segundo caso, ela implica em disparidades de desenvolvimento social que, ao longo do tempo, simplesmente distanciarão muito

nossos estados uns em relação aos outros. Em relação à desigualdade de renda e de riqueza, no Brasil contemporâneo, pode-se perceber que o grosso da população brasileira, ou seja, em torno de 70% da população pelo menos, vive com renda baixa, com pouco acesso aos serviços básicos de saúde, de educação e de habitação e, além disso, com pouca oportunidade de crescimento pessoal, sujeitos ao subemprego ou a empregos precários, sem muito lazer inclusive. Em relação à desigualdade entre os estados, pode-se perceber que o sul e o sudeste apresentam maior desenvolvimento industrial e tecnológico, ao passo que norte e nordeste possuem preponderantemente economia primária, muito subemprego e baixos salários (na região centro-oeste tem-se a grande agricultura, com alta concentração de terras). Não é de admirar, por conseguinte, que um programa como o Bolsa-família tenha forte influência nesse último contexto, influenciando decisivamente na qualidade de vida das populações mais carentes dessa região e definindo a hegemonia partidária em nossa política contemporânea. Disso é culpado, em primeiro lugar, o governo federal, que orienta sua atuação preponderantemente às regiões sul e sudeste, sem um plano consistente de desenvolvimento industrial e tecnológico das regiões norte e nordeste. Em segundo lugar, os próprios parlamentares de nossa região possuem sua parcela de culpa, na medida em que, desunidos ou defensores, cada um, de seu feudo, são incapazes de, em um trabalho coletivo, pressionarem a administração federal no que tange a esse projeto de desenvolvimento das referidas regiões.

Enfim, a pobreza e a marginalização de grande parte de nossa população impedem uma influência mais contundente nos rumos da vida nacional, mormente em uma situação na qual a política partidária é determinada, em grande medida, pelo poder do dinheiro. A pobreza não apenas prejudica a integração social e o desenvolvimento físico e intelectual dos afetados por ela, senão que afasta da esfera pública congregada na mídia de massas aqueles que não podem pagar por espaços midiáticos que garantem visibilidade

nacional. O poder do dinheiro, nesse quesito, determina os espaços de publicidade e as alianças de poder a serem construídas politicamente. E, nessa dinâmica, dificilmente tem vez, se é que a tem. Qual a saída? Fortalecer os espaços informais de participação, encontrar formas alternativas de organização e centrar forças nos movimentos sociais e nas iniciativas cidadãs. Dificilmente a política partidária mudará de característica, isto é, dificilmente ela estará livre do dinheiro, sendo aberta à participação do povo (mesmo se houver financiamento público de campanha, que certamente ficará monopolizado pela elite burocrática dos partidos). Os espaços alternativos dos movimentos sociais e das iniciativas cidadãs, ligados a partidos novos e comprometidos moral e socialmente, podem contribuir para contrabalançar tal tendência.

## 2. Da participação ao nível nacional à participação ao nível local

A partir destas considerações, quero defender três pontos específicos de uma prática política democrática emancipatória, que possa oferecer alternativa ao poder estrondoso do dinheiro na política, bem como ao caráter elitista dos partidos políticos (dois pontos geralmente correlatos), que afastam e massificam os cidadãos em seu exercício da cidadania, transformando-os em massa de manobra política.

Estes três pontos são: atuação política incisiva em termos de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs; valorização do nível micro da vida política; e o fortalecimento das instituições públicas, mormente o papel do Estado em termos de regulação econômica e de integração social. Isso me permite dizer, como argumento final, que a política democrática tem jeito, tem solução, desde que possam construir canais alternativos de participação e de influência junto às administrações e aos partidos políticos, de modo tanto a fazer ouvir a voz e os anseios do povo

quanto a contar com sua efetiva participação nas tomadas de decisão.

Os movimentos sociais e as iniciativas cidadãs, em relação a isso, têm um papel fundamental, como já se disse acima, na medida em que, *enquanto forças político-culturais vinculadas ao povo*, têm condições de diagnosticar as mazelas sociais e de participar das discussões sobre a realização de políticas públicas e a forma de evolução social que nossos partidos políticos, as administrações públicas e o legislativo de um modo mais geral estão dando ao nosso país. Em segundo lugar, e como consequência, esses movimentos sociais e iniciativas cidadãs podem valorizar mais o nível micro de atuação, ou seja, a esfera do bairro, da comunidade, do município, do contexto mais próximo dos cidadãos, envolvendo esses mesmos cidadãos na crítica, na discussão e na proposição de ações para resolverem os problemas que afetam o contexto em que eles vivem. Com efeito, as teorias políticas – em especial as teorias marxistas – valorizam muito o nível macro, considerando-o como o cerne de qualquer tarefa emancipatória e, com isso, ignorando a importância das transformações e das formas de organização ao nível micro.

Penso que uma alternativa consistente para a democratização de nossa sociedade passa exatamente pela valorização do nível micro e pela atuação de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs a partir desse contexto, já que é ali que os cidadãos vivem sua vida, sofrem os problemas e podem agir. Por fim, a luta pela transformação social é certamente a luta pela orientação adequada das instituições, mormente pelo fortalecimento de um Estado regulatório e compensatório que, desde as duas últimas décadas do século XX, passa a ser exigência obrigatória de qualquer programática teórico-política, comprometida com a justiça social e com a democracia. Esse modelo de Estado forte, atuante social e economicamente, é a base de um projeto de desenvolvimento conduzido politicamente e orientado rumo ao controle dos fluxos de capitais.

Obviamente o Estado não passa incólume às lutas por poder, às lutas de classe, mas é exatamente por meio da afirmação de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs que, com o tempo, é possível conquistar-se a hegemonia política e mesmo modificar a atuação programática dos partidos políticos, que dependem do apoio das massas votantes.

O caminho não é fácil, exigindo tempo e luta constante, bem como participação popular permanente. Mas, se quisermos pensar em consolidação dos direitos humanos no Brasil, precisamos entendê-la como necessidade de democratização política, social, cultural e econômica progressiva. E isso exige muita luta contra forças político-econômicas poderosas e oligárquicas.

## Referências

- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*  
Max Weber. v. 2. Brasília: UnB, 1999.

# O discurso do governador Jorge Teixeira e suas representações

---

**Paola Foroni\***

Jorge Teixeira de Oliveira, conhecido como “Teixeirão”, foi o último governador do Território Federal de Rondônia<sup>1</sup> e o primeiro governador do Estado de Rondônia, militar nomeado pelo último presidente do Regime Militar, João Baptista Figueiredo.<sup>2</sup> Teixeira é sempre lembrado por memorialistas e pessoas que viveram àquela época como um dos governadores mais marcantes de Rondônia, devido às mudanças estruturais e à transformação em Estado, mudando completamente o cenário regional. Em razão do seu destaque e sendo ele um representante direto da Ditadura

---

\* Discente do curso de Mestrado em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

- 1 A denominação política desta região, hoje Estado passou por algumas mudanças ao longo do tempo. Território Federal do Guaporé em 13\09\1943, Aluizio Pinheiro Ferreira. Em 17\02\1956 muda para Território Federal de Rondônia em homenagem ao Marechal Candido M. da Silva Rondon. E com Jorge Teixeira há a criação do Estado de Rondônia em 22\12\81 (TEIXEIRA, FONSECA 2001).
- 2 Nasceu no Rio Grande do Sul, foi criado no Rio de Janeiro e teve sua trajetória militar e política na Amazônia. Coursou a Academia Militar das Agulhas Negras em Resende-RJ, formou-se em educação física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez o curso de Instrutor de Educação Física na Escola de Educação Física do Exército, foi paraquedista militar. Participou do curso de Guerra na Selva no Panamá. Em 1965, foi nomeado como Instrutor Chefe do curso de Guerra na Selva do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus-AM (TEIXEIRA, Memorial, 2001).

Militar em Rondônia, visamos discutir as representações presentes nos seus discursos e perceber as semelhanças com o âmbito nacional.

Em sua trajetória Jorge Teixeira exerceu várias atividades administrativas em órgãos militares. Foi no comando do Colégio Militar, em Manaus-AM, que Teixeira passou da esfera militar para a esfera política, sendo nomeado prefeito de Manaus em 1975. Ficou no cargo até 1979, quando foi exonerado para ser nomeado pelo Presidente João Figueiredo como governador do Território Federal de Rondônia, no dia 10 de abril de 1979, e assim promover a criação do Estado de Rondônia.

Em Rondônia, a atividade era diferenciada das outras “missões”<sup>3</sup> dadas ao Coronel, sendo uma atividade civil e política, porém com âmbito bem maior do que Manaus. Precisou conviver e trabalhar com os políticos do Território de Rondônia.

A política brasileira, naquele momento, passava pela abertura democrática iniciada pelo presidente Ernesto Geisel e terminada pelo presidente Figueiredo, em que os militares se preparavam para deixar de forma lenta e gradual o poder político, comandado por eles de 1964 a 1985. Nesse período de transição política, Teixeira, com apoio e recursos federais, administrou e estruturou para transformar Rondônia em Estado em 1981, por intermédio do presidente Figueiredo. Teixeira permaneceu no cargo até o dia 14 de maio de 1985.

Uma leitura dos discursos<sup>4</sup> de Jorge Teixeira a partir de um viés histórico-cultural pode nos possibilitar uma revisão de nossos olhares sobre o passado, a partir das representações que suas

---

3 Teixeira fala aos jornalistas “sou um homem muito simples e vivo em termos de missão” (ALTO MADEIRA, 12/12/1981).

4 Disponível no livro *Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos* que conta com os 30 principais pronunciamentos do governador no período de 1979 a 1984.

posições internalizaram em relação às preocupações dos militares, bem como das elites rondonienses e brasileiras com relação à integração socioeconômica e cultural da Amazônia diante do conjunto do país.

Analisamos as representações dos discursos de Jorge Teixeira e comparamos com os discursos dos presidentes João Batista Figueiredo e Ernesto Geisel para demonstrar como um discurso administrativo e racional do Coronel Jorge Teixeira se configurou enquanto produto dos modos de discursar e agir dos militares durante a Ditadura Militar. Buscamos demonstrar as semelhanças entre os discursos dos militares em nível nacional e local.

Através dos discursos, Jorge Teixeira sempre afirmou não ser um político e sim um administrador, ou seja, negava sua condição de político e suas relações como tal. Entendemos que esse discurso é na verdade uma forma, uma estratégia utilizada pelos militares durante o regime, mais presente ainda no fim da ditadura, com a abertura política, nos anos de 1979-1984, para legitimar suas ações e convencer a população do projeto de “democracia” implantado por eles em 1964.

Maria José de Rezende (2001) faz em sua obra uma análise sobre a repressão e pretensão de legitimidade da ditadura militar, desde o início do regime até o fim, pelos detentores do poder a época, ou seja, não apenas os militares, mas também os tecnocratas e os empresários do grande capital. Para Rezende, as diversas estratégias econômicas, políticas, militares e psicossociais do regime militar foram utilizadas para legitimar o poder, vestidas de democracia, mas que revelam o quanto era ditatorial o regime.

Essa representação, que referenciamos como administrativa e técnica presente nos discursos dos militares e no de Teixeira, se deve à necessidade de justificação da tomada de poder pelos militares, sempre com o discurso de restabelecer a democracia e organizar o país, ou seja, com uma função social transitória e não um fim em si mesmo. Segundo Rezende:

A ideia de que somente as Forças Armadas tinham condições de preparar a sociedade moralmente continuava sendo amplamente divulgada no período da abertura política. Fazia parte da estratégia militar e psicossocial à justificação de que o seu suposto ideário de democracia era o único que expressava essa preocupação com os aspectos cívicos e morais da organização social brasileira. (2001, p. 294)

Os militares ocupam a função política apenas por ser necessária a organização do país, mas estão convencidos de que não são políticos e sim militares no poder, e após essa estruturação e organização da “democracia”, quando o Brasil estivesse preparado, eles devolveriam pouco a pouco o poder para os verdadeiros donos da função, os políticos civis.

Entendemos que os discursos ora apresentados são representações a partir do conceito de Roger Chartier,<sup>5</sup> em que as imagens de certos grupos ou de certas pessoas são construídas e modeladas por eles próprios ou por outros grupos a fim de se impor e estar no mundo. As representações presentes nos discursos desses militares em questão foram analisadas conforme a posição de quem os utiliza, no nosso caso, Jorge Teixeira, governador militar, nomeando pelo regime ditatorial a transformar Rondônia em Estado e João Baptista Figueiredo, militar, presidente do Brasil, defendendo a ditadura e os interesses das classes burguesas e tecnocratas.

Assim, os discursos não são neutros e produzem estratégias e práticas de certos grupos sobre outros, a fim de legitimar um projeto, como, no caso em tela, o de transformação de Rondônia

---

5 As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 17).

em Estado e, no caso nacional, impor o projeto “democrático” dos militares.<sup>6</sup>

Essas estratégias e práticas desses grupos refletem nos discursos com uma postura administrativa e técnica que, segundo Dreifuss (1981), se dá com a incorporação das disposições do militar e as relações com os tecnocratas. Afinal, segundo o autor, o golpe militar foi antes um golpe de classe, dos interesses das classes conservadoras com os do grande capital. Quando ele fala do envolvimento de tecnocratas, empresários e multinacionais “que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro do Brasil” (*Idem*, p. 74) juntamente com os militares, o golpe se tornaria possível e prático. Nesse sentido, a presença dos tecnocratas na política e na administração do Estado é primordial devido ao seu caráter “neutro” em prol do desenvolvimento do país (*Idem*).

Os militares conseguiram instaurar o regime ditatorial no Brasil com a estratégia de poder, dominação e apoio da classe dominante economicamente. Enquanto no poder, os militares tomaram para si características de técnicos, onde o uso da razão era primordial para o desenvolvimento do Brasil. Além disso, ainda havia o “papel moralizador” desempenhado pelos militares em prol de uma política democrática (REZENDE, 2001), livre de vícios e interesses particulares, levando a crer que os políticos agiam dessa forma. Foi uma estratégia da ditadura militar, posicionando-se acima da categoria política (partidária) cuja representação dos militares nacionalmente foi reproduzida por Jorge Teixeira aqui na região.

---

6 As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custo de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER 2002, p. 17).

Nas representações do militar-administrador no discurso de Jorge Teixeira, constam características próprias dos militares, podendo apresentar-se na forma de administrador e militar, lembrando que, nas duas formas, o militar sempre estará presente, porém nessa segunda forma a característica de autoritarismo torna-se mais perceptível.

Vejam, por exemplo, o discurso de Jorge Teixeira, ao tomar posse como Governador do Território Federal de Rondônia, 1979, em Porto Velho, no início do pronunciamento, o governador fala sobre a nomeação como “mais uma missão a cumprir. A alguns se afigura difícil, a mim não. Gosto que haja dificuldades em minha vida, pois quero e espero superá-las” (TEIXEIRA, 1984, p. 1). Percebe-se sua formação militar quando usa o termo “missão a cumprir” ao se referir ao seu trabalho, termo comumente utilizado por militares para designar o cumprimento de uma ordem. Ainda nesse discurso ele fala que “nem as desavenças políticas devem sobrepujar a vontade de ajudar a tornar esse Território o melhor Estado do nosso amado Brasil” (*Ibid.*), ou seja, as relações políticas não devem ser colocadas à frente do Estado, aqui se sobrepõe o discurso que tenta demonstrar estar ele acima da política, como um administrador.

Jorge Teixeira, ao longo de seus pronunciamentos no período de seu governo, sempre separa o papel da administração, papel dele, somente dele, e o papel dos políticos, assim como de outros setores da sociedade. Em 1980, na instalação do partido do governo, o PDS (Partido Democrata Social), um evento essencialmente político, o governador apesar de assumir a incumbência do Presidente da República de fortalecer o partido, a fim de ganhar as eleições nos Estados em 1982; mais uma vez esclareceu a separação da política e do seu governo, como podemos observar em trechos do seu discurso:

Hoje nós estamos lançando o nosso partido político, que é o partido do Governo. É mais uma parcela do nosso Estado.

Eu tenho dito várias vezes, que o Estado é constituído por suas várias parcelas: a parcela econômica, a parcela social, a parcela política etc. A responsabilidade desta parcela vai caber muito mais aos senhores membros do diretório e aos senhores que escolheram Rondônia para viver [...]

Um partido político é o suporte para o Governo porque este partido não vai ficar de vaca de presépio sacudindo a cabeça para o governo. Não! É trazer problemas com seriedade; dizer o que está errado, como muito bem o disse a nosso Presidente. Não é misturar política com administração, porque isso nunca deu certo, mas ouvir, sim a reivindicação do povo, porque esta reivindicação que está sendo trazida é do partido do Governo e não deve haver nenhum interesse escondido por trás de uma informação desta (TEIXEIRA, 1984, p. 4, 7).

Ao se pronunciar sobre a categoria política, ele fala da grande responsabilidade dessa categoria em construir um Estado livre de vícios políticos, com a vantagem de ser um Estado em formação, Teixeira apostava numa nova proposta de política, que ele considerava uma política pura, conforme a continuação do discurso: “nós pudemos criar uma equipe política pura” (*Idem*, p. 4). E isso só seria possível por conta da presença dos militares no poder, e da sua liderança na região.

Percebemos uma permanência, nesse sentido, de separar o governo dos militares e a ação e a função dos políticos. No discurso do presidente Figueiredo à nação brasileira por ocasião do final do ano de 1982, ano de eleições, ele diz:

O ano que termina foi um ano intensamente político; porém não só político. O inventário dos fatos que o assinalaram cobre outras grandes áreas de atividade. Fiel a sua vocação humanista, o Governo Federal estendeu a sua atividade tutelar a todos os campos em que sua presença foi requerida pelo interesse social. (FIGUEIREDO, 1982, p. 736)

Figueiredo destaca que aquele ano foi um ano “intensamente político” por conta das eleições para a maioria dos estados brasileiros, mas logo adverte que “não só político”, pois o governo esteve presente em “outras grandes áreas” e sempre buscou tutelar todos os campos necessários. Separação argumentada por ele por se entender ser político por conta das eleições, já atividade administrativa do executivo não considerou política.

Vejamos o discurso do presidente Ernesto Geisel, citado por Gaspari (2004), em uma reunião do Alto Comando das Forças Armadas de 20 de janeiro de 1975, em que o presidente fala da situação do Brasil no quadro interno, mais especificadamente em relação às eleições de novembro de 1974: “a Arena é um partido extremamente fraco. [...] O governo despreocupou-se muito com a política. [...] Agora, ou nós cuidamos desse problema, ou então continuamos a não gostar de política e vamos sonhar com uma ditadura, que eu acho a pior solução” (GASPARI, 2004, p. 29). Aqui ele fala no sentido do problema enfrentado pelo governo em ter que se preocupar com política para continuar com o regime, ou na pior das hipóteses “sonhar com uma ditadura”, que não fazia parte da proposta de distensão do governo Geisel.

Essa representação administrativa é uma estratégia dos militares no poder e pode ser percebida na fala do presidente Figueiredo ao conversar com um jornalista, um ano antes de tomar posse, em que ele confessa, “Nunca vou aprender a ser político”, e logo recusava indignado o conselho absurdo de um repórter que insistia: ‘o senhor precisa mentir um pouco; política é assim’” (GARCIA, 1979, p. 16).

As semelhanças entre os discursos de Teixeira e o dos presidentes Geisel e Figueiredo não ficam apenas no contexto da maneira de discursar e agir dos militares de modo geral, mas sim como representações. Entendemos que tudo o que remete à separação do poder administrativo e à política de fato, é uma representação moldada pelos militares no poder, como forma de impor o

seu projeto ditatorial de governo, sem contestação e sem levar a discussão política. Não que esses discursos tenham sido unânimes ou de fato aceitos sem contestação, até por que no âmbito das representações segundo Chartier estas se encontram sempre no “campo de concorrências e de competições” e “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas, para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Na leitura dos discursos de Teixeira e Figueiredo verificamos as representações sobre os posicionamentos políticos de ambos a partir do significado que a democracia possui diante de adjetivos tais como responsabilidade, respeito e racionalidade. Democracia essa não no sentido que vem do grego “governo do povo e soberania popular” e, sim na concepção moralizante do termo, como algo que deve ser exercido com cuidado, com responsabilidade e de forma racional, para que não houvesse a degeneração da democracia – degeneração entendida pela influência de doutrinas socialistas e comunistas, medo daquela época por conta da Guerra Fria, e por práticas políticas que colocassem em risco o domínio do grande capital privado.

A noção de representação de Chartier<sup>7</sup> é imprescindível para análise e interpretação dos discursos. Compreendemos ser a questão da democracia uma representação presente nos discursos dos militares especificadamente no de Teixeira e no de Figueiredo a partir de uma realidade construída contraditoriamente por eles, por ser o período uma ditadura militar, mas ser tratado como uma “democracia” por aqueles que estão no poder.

---

7 Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de (cont.)...

Os militares, com apoio da burguesia, utilizaram vários artifícios de estratégias de legitimação do seu governo autoritário; Uma delas está no apelo anticomunista.<sup>8</sup> Para os militares, a democracia implantada por eles era embasada na autoridade, legitimidade e ordem social, sendo um instrumento contra a ameaça comunista. Essa “democracia”, sendo uma representação, precisava de práticas que visavam fazer reconhecer uma identidade social, conseguida através dos discursos e das estratégias psicossociais dos militares. Isso se observa também em pronunciamento de Teixeira no Diretório do PDS em Porto Velho, em 1980, quando ele fala dos benefícios do golpe militar:

Quanto já se fez neste país de 64 para cá? Aqui, naturalmente, em Rondônia, esse reflexo foi muito pequeno, antes de 64. Precisavam ver, no sul do país, onde se entrava num bonde e o motorneiro tirava a chave e dizia que estava todo mundo em greve e ia embora. E o trabalhador, como iria trabalhar? [...] e ainda distribuindo panfletos subversivos e comunistas, por aí, como se isto resolvesse, como se isso intimidasse o governo. O Governo está pagando para ver. Está aí, a abertura política. Se fosse em outro lugar do mundo que não tivesse uma relação como a nossa, estava todo

---

(cont.) ... estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de uma forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (2002, p. 23).

- 8 (...) Era, indubitavelmente, um dos aspectos centrais da estratégia psicossocial da ditadura, a qual se empenhava em divulgar que os governos militares estavam somente expressando a vontade da maioria dos brasileiros que ia sempre no sentido de refutar e, se necessário, extirpar, todo e qualquer comportamento, atitudes e/ou ideia considerados desviantes (REZENDE 2001, p. 55).

mundo no paredão. Aqui, não, a democracia prevaleceu. (TEIXEIRA, 1984, p. 8)

Com esse apelo anticomunista fazia-se uma oposição entre democracia e comunismo, entre a ordem e a desordem, entre a democracia brasileira e o autoritarismo em outros lugares do mundo. Como representante da ditadura em Rondônia, Teixeira aponta para um tipo de democracia, aquela que deve ser exercida de forma “responsável” e, além disso, quem deve “estruturá-la” são os militares detentores de todo o poder e “moral” (REZENDE, 2001) para tal função, pois para os militares essa suposta democracia estava pautada na legalidade e na ordem social instituída com o golpe, conforme se vê no discurso do presidente por ocasião do 18º aniversário da Revolução<sup>9</sup> em 1982:

Tenho honrado, por igual, o compromisso que está na raiz do movimento de março, com a lei e a Constituição. Obedeço, fielmente, à sua inspiração democrática, quando garanto fazer deste País uma democracia. Forma racional de convivência, a democracia supõe que ninguém é dono da verdade. (FIGUEIREDO, 1982, p. 92)

Essa suposta democracia defendida pelos militares do início ao fim do regime está ligada ao discurso da racionalidade, como se vê em pronunciamento do presidente Figueiredo à nação brasileira, no Palácio do Planalto (Brasília-DF), por ocasião do final do ano de 1982, quando ele fala do evento eleitoral daquele ano: “o país assistiu a grande espetáculo de maturidade cívica e democratização da política. (...) A democracia quer, mediante o diálogo e a argumentação, assegurar o império da racionalidade nas

---

9 Revolução era o nome dado pelos militares ao golpe militar de 1964, que eles viam como uma mudança, uma revolução para o bem do país e não como uma ditadura, como realmente foi.

decisões políticas e administrativas” (FIGUEIREDO, 1982, p. 735).

Esse discurso e estratégia de legitimidade do regime militar em ser o porta-voz da democracia, ou melhor, da “boa democracia” instaurada a partir da racionalidade e que pregava ordem social acima de tudo, vai ser utilizado pelos militares para se esquivarem das críticas ao seu governo, como percebemos no discurso do presidente Figueiredo em 1982:

A democracia de certos dirigentes oposicionistas não é, no entanto, a democracia do diálogo, da moderação e da tolerância. É pelo contrário, a democracia da agressão e da incontinência. É a democracia dos que, pondo de lado a racionalidade do diálogo, se comprazem na aspereza verbal, na deformação dos fatos, na omissão do respeito devido, por todos os títulos, ao Chefe de Estado. (FIGUEIREDO, 1982, p. 93)

Essa representação de democracia<sup>10</sup> moldada pelos militares é uma democracia sem espaço para a contestação ou oposição, devendo ser aceita e tomada como única forma possível de governo para o desenvolvimento do país.

O discurso da conciliação é outra constante nos discursos dos militares, principalmente no fim do regime, com a abertura política. Percebemos essa característica em vários pronunciamentos do governador Jorge Teixeira, quando indica a população como uma das responsáveis pela transformação do Território em Estado, com intuito de não obter contestação sobre a forma como ele estava fazendo essa transformação.

---

10 Conforme Rezende “A normalidade democrática vinha associada na fala do grupo de poder (militares e civis), ao combate à subversão, ao saneamento financeiro e ao reestabelecimento da ordem social como forma de manutenção da liberdade. Essa hipotética democracia era definida em termos de reestabelecimento da ordem social, principalmente” (2001, p. 78-79).

Teixeira, ao tomar posse como governador do Território de Rondônia, em 1979, utiliza esse discurso de conciliação em vários momentos, como no seguinte: “Vamos todos dar tudo de nós, sem mentiras, com franqueza, de frente um para o outro, sem subterfúgios que não levam a nada. Vamos somar esforços” (TEIXEIRA 1984, p. 1). Em seu pronunciamento de posse, como primeiro Governador do Estado de Rondônia, em 1982, mantém o discurso de conciliação:

Enganam-se os que pensam que a construção da Nação, de um Estado, de um Município, de uma pequena comunidade, é obra exclusiva do Governo. Ela é coletiva, é do povo, de uma sociedade jovem ou antiga, grande ou pequena, rica ou pobre. O Governo, em seu nome, apenas tenta organizar aquele esforço coletivo. (TEIXEIRA, 1984, p. 11)

Observamos esse mesmo discurso de conciliação e coletividade no presidente Figueiredo com a intenção de diminuir a contestação de seu governo, principalmente por esse período ser caracterizado por crises econômicas e políticas, devido à abertura democrática. O pronunciamento do presidente, dirigido ao povo rondoniense, através de rede estadual de rádio e televisão, em 1982, segue em tom de conciliação e pretende influenciar a população para votar no partido do governo no pleito que segue:

Meu Governo pretende que o progresso econômico e o bem-estar social dos brasileiros se façam num quadro democrático. Avançamos a passos seguros para o pleito eleitoral de novembro, quando o povo, em clima de total liberdade e segurança, escolherá seus representantes. A anistia e as importantes reformas destinadas a fortalecer as instituições partidárias e a representatividade do Congresso, que me orgulho de ter promulgado, só poderiam conduzir as eleições livres e democráticas. (1982, p. 237)

Esses discursos de conciliação, tanto por parte do governador Jorge Teixeira como por parte do presidente Figueiredo, eram uma representação política a fim de impor suas decisões em um ambiente de abertura democrática, em que a conciliação era pretendida para evitar o conflito e a ruptura brusca com o poder, podendo, dessa forma, dar continuidade ao projeto político militar, o que segundo Rezende corresponde a uma estratégia econômica do governo de Figueiredo que [...]

[...] se mostrava completamente ineficaz para resolver a crise econômica, por exemplo. No entanto, ele apelava, em 1983, para a união nacional como forma de vencer esta crise que não era apenas nacional, mas mundial. O consenso e a conciliação passavam, assim, a fazer parte das estratégias política e econômica do governo com grande ênfase. (2001, p. 302)

Podemos concluir, a partir dos discursos ora debatidos, que Jorge Teixeira deu continuidade às representações presentes nos discursos dos militares durante a ditadura militar, reforçando a estratégia de dominação do regime aqui em Rondônia de maneira satisfatória, levando em conta o seu tempo de governo e as realizações aqui impostas.

O debate sobre o governador Jorge Teixeira, seus discursos e o regime militar, é amplo e está aberto para mais estudos sobre esse tema tão importante para a história de Rondônia.

## Referências

- CADERNO CURRICULAR. *Jorge Teixeira - Memorial*. Coronel de Artilharia QEMA Jorge Teixeira de Oliveira, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

- FIGUEIREDO, João Baptista. *Discursos*. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.
- GARCIA, Alexandre. *João Presidente*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HOLANDA, Fabíola; Menezes, Nilza. *Jorge Teixeira: uma contribuição Documental*. 1. ed. Porto Velho: EDUFRO, 2006.
- MATIAS, Francisco. *Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia*. Porto Velho: Maia, 1998.
- OLIVEIRA, Jorge Teixeira de. Governador do Estado de Rondônia. *Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos*. Porto Velho: Casa Civil, 1984.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: UEL, 2001.
- SILVA, Amizel Gomes da. *No Rastro dos Pioneiros: um pouco da história rondoniana*. Porto Velho: SEDUC, 1984.
- TEXEIRA, Marco Antônio Domingues. FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional: Rondônia*. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

# O golpe de Estado de 1964 e os impactos econômicos na Amazônia: continuidade e aprofundamento

---

**Antonio Cláudio Rabello\***

O período Vargas (1930-1945; 1951-1954) foi interpretado como aquele que proporcionou uma “Industrialização Restringida” no Brasil. Compreende-se essa forma de industrialização a partir do papel que o Estado brasileiro assumiu para promover o avanço da industrialização no Brasil, como também os mecanismos por ele criados para impulsionar a acumulação de capital industrial no país. Para isso o Estado lançou mão de mecanismos variados, como o confisco cambial, política de juros diferenciada entre os setores agroexportador e industrial, alargamento da fronteira agrícola e a continuidade dos mecanismos de proteção ao café, pois este era ainda responsável pela maior parte da pauta de exportações brasileira.

Um novo impulso à industrialização brasileira se deu durante o quinquênio JK (1955-1960), que representou para o Brasil a implementação de um novo padrão de desenvolvimento do capitalismo nacional. Esse esforço para promover a industrialização em ritmo vertiginoso teve no Programa de Metas de JK o seu principal elemento. A criação de uma política “desenvolvimentista” para o Brasil acarretou, também, em alterações no papel e sentido atribuído ao desenvolvimento e à Amazônia.

---

\* É professor do Departamento de História da UNIR e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIR.

Este artigo pretende discutir os impactos das políticas de desenvolvimento adotadas a partir do golpe de Estado de 1964, considerando-as como continuidades do modelo de acumulação construído anteriormente.

## 1. A construção da ideologia para o desenvolvimento no Brasil

O uso da expressão *desenvolvimento econômico*, que nos dias atuais se tornou corriqueiro, é resultado de uma construção histórica que se deu a partir da Segunda Guerra Mundial, e trazia junto a si a “receita” para alcançá-lo, a saber, o *planejamento econômico*. De forma semelhante o conceito de *subdesenvolvimento* foi produzido nos anos posteriores a Grande Guerra. Anunciado por Truman no *Point Four Program*, os países com um devir histórico diferente das potências econômicas ocidentais foram inseridos de imediato na condição de subdesenvolvimento.

Essa operação obteve sucesso na medida em que os países, doravante denominados desenvolvidos, passaram a servir de balizamento para os destinos dos países que agora eram tratados por subdesenvolvidos. Foram enviadas missões econômicas para esses países com o objetivo de superar essa condição e eliminar os entraves que impediam o desenvolvimento. Os países subdesenvolvidos, por sua parte, se envolviam em estudos e diagnósticos para entender essa condição, como por exemplo, os estudos coordenados pela Coordenação Econômica para a América Latina (CEPAL).

No Brasil foi criado um órgão com essa mesma finalidade: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 14 de julho de 1955. Essa agência tinha o objetivo de efetuar estudos e promover discussões que embasassem a industrialização brasileira.

Podemos apontar o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), que fora fundado em 1953, como o

predecessor do ISEB, o que nos indica que a demanda pela racionalização e teorização do desenvolvimento era latente ainda no governo Vargas. O IBESP teve vida curta, pois além de ter uma imprecisa definição jurídica, permaneceu limitado à publicação dos *Cadernos de Nosso Tempo*. Em meados de 1955, o então presidente, Café Filho, criou o ISEB.

O ISEB era vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, no entanto, tinha uma melhor definição jurídica. Apesar de ser uma agência do Estado, sob as ordens de um Ministro de Estado, teria autonomia administrativa, liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. Durante o período de sua existência (1955-1964), promoveu cursos de pós-graduação para os mais diversos segmentos da sociedade brasileira: membros das Forças Armadas, do Congresso Nacional, de ministérios, líderes sindicais, industriais, professores, estudantes universitários, dentre outros.

Os cursos ministrados, bem como as publicações, tinham por finalidade básica consolidar a “ideologia do desenvolvimento” brasileiro. Ou seja, tratava-se de pensar o destino do Brasil, em termos de desenvolvimento, e traçar os passos necessários para que isto fosse alcançado. No estatuto do ISEB, lê-se que:

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (...) é um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a *promoção do desenvolvimento nacional*. (IESB *apud* TOLEDO, 1978, p. 32)

De acordo com Toledo, os estudos produzidos pelo ISEB foram utilizados largamente no quinquênio JK. Apesar de ser uma

agência do Estado, o ISEB não era o gestor desse desenvolvimento. Os intelectuais *isebianos* funcionaram como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1989), produzindo o aparato ideológico necessário para o nacional-desenvolvimentismo.

O desenvolvimento também era objeto de estudo de outra agência, a Escola Superior de Guerra (ESG). Diferentemente do ISEB, a ESG traçava as estratégias para o desenvolvimento a partir de seus princípios geopolíticos e trazia a Amazônia e o Centro-Oeste como áreas que deveriam ser incorporadas ao projeto desenvolvimentista devido aos riscos que apresentavam para a Doutrina de Segurança Nacional.

A ESG foi fundada oficialmente em 1948, mas entrou em atividade somente no ano seguinte, quando se instalou na Fortaleza São João, no Rio de Janeiro, e ofereceu seu primeiro Curso Superior de Guerra. Em suas salas de aula encontra-se uma frase de Castelo Branco que dá o tom dos destinos da instituição e o papel que seus fundadores imaginaram para a mesma: “*Nesta casa estuda-se o destino do Brasil*”. Destinada inicialmente aos estudos militares, a Escola ampliou o rol de estudos, por compreender que a Segurança Nacional estava intimamente ligada a outras questões paralelas, como, por exemplo, o desenvolvimento. Com a ampliação da participação civil nos cursos e o acréscimo de novos especialistas, o alvo de interesse da Escola passou a ser o de estabelecer políticas que visavam o desenvolvimento brasileiro, embora expresso mediante uma retórica militar (FERRAZ, 1994).

No que diz respeito à Amazônia, as propostas eram para uma ocupação estratégica da fronteira, entendida mormente como fronteira política brasileira. O que se desejava inventar neste território não era, nem de longe, pautado em especificidades da região amazônica, como veremos adiante. O alicerce que norteava tal pensamento não estava no espaço a ser ocupado, porém no espaço a ser defendido (o núcleo central), através da “nacionalização” de regiões cuja vulnerabilidade poderia transformar-se em risco para a *civilização* e para a *nação* brasileira.

Um dos principais intelectuais da ESG foi Golbery do Couto e Silva, que entendia a necessidade do desenvolvimento enquanto um dos elementos para a Segurança Nacional. Para ele, a Amazônia representava uma grande área sem a ocupação necessária para uma eventual defesa. O povoamento que Silva (1953) reivindicava para a região não considerava as populações que viviam na Amazônia. Sua preocupação tinha mais a ver com a eficiência do povoamento para a expansão da fronteira, pois ela deveria ser homogeneizada no interior de um projeto nacional que estabelecesse lugares e hierarquias. O povoamento anterior (a “barbárie”), deveria tornar-se povo (“civilizado”), moldado à imagem dessa “vontade nacional” da qual a ESG se faz portadora e propagadora. Foi com a preocupação de criar e povoar esta região, e baseado em uma dada ideia de civilização, que Silva levantou suas propostas.

A ausência de uma densidade populacional nos espaços fronteiriços do Brasil (entendidos enquanto fronteira política) compatível com as necessidades de segurança defendidas por Silva, conduziu-o a traçar estratégias para a ocupação destas áreas. O que deve ser ressaltado, porém, é que ao demarcar a fronteira externa, também se construíram fronteiras internas. No caso da Amazônia, a construção do discurso do *vazio demográfico* representou a primeira qualificação necessária para intervenções mais incisivas na região.

Como segundo passo, tratou-se a região por sua “natureza selvagem”, o que leva à necessidade de grande esforço e grandes projetos. Completou-se o quadro quando, além de poucos habitantes nessa natureza selvagem, os que lá se encontravam foram desqualificados, na medida em que não representavam o sentido da brasilidade e não reuniam condições de defender o país, no caso de uma guerra. Caberia ao Estado, enquanto agente qualificado, utilizando suas Forças Armadas, transformar ou socorrer essa população com *identidade* negativa e fraca, por outra, forte e capaz de salvaguardar a soberania. Silva referiu-se ao *isolamento*

*amazônico* enquanto fruto de duas situações. O primeiro de ordem geográfica:

Só a Hileia propriamente escapa ao papel vinculador do planalto, resistindo-lhe à ação coesiva e aglutinadora, não apenas pela direção excêntrica da calha amazônica, mas sobretudo pela descontinuidade que dissocia os afluentes orientais da margem sul do grande rio, e pela mata tropical pujante que resiste sempre às comunicações ao longo dos divisores rebaixados e mal definidos. (SILVA, 1953, p. 39)

O segundo era histórico. O povo, fincado no litoral do país, dificultou a comunicação e a integração do espaço nacional. A estratégia proposta era descrita em três fases:

1º - Articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração.

2º - Impulsionar o avanço para o Noroeste da onda colonizadora a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro.

3º - Inundar de civilização a Hileia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão Este-Oeste seguindo o eixo do grande rio. (SILVA, 1953, p. 74)

Como podemos ver, Silva traçou um caminho de ocupação da região de forma progressiva. Para ele, entretanto, ficava claro que a *Hileia* deveria ser inundada de civilização. Não se tratava de uma ocupação qualquer, na medida em que o autor indicou a ausência de civilização na região. Não se tratava apenas de uma

figura de linguagem. Tratava-se, isto sim, da visão de mundo da geopolítica *esguiana* em relação à Amazônia e seus povos. Para ele, o padrão de ocupação existente não serviria para uma efetiva segurança nacional:

[...] a oeste o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva. (SILVA, 1953, p. 43)

Esses posicionamentos nos remetem a uma nova Amazônia: um palco de políticas públicas para a efetiva incorporação desse território, atendendo às tentativas de *dirigir* as *energias* do país para o *desenvolvimento* e para a *Segurança Nacional*.

As ações do Estado, frente às preocupações com a Amazônia, podem ser percebidas, ainda em 1953, quando foram iniciadas as políticas territoriais para a Amazônia, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e da lei que definia a Amazônia Legal. Complementando este esforço, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia.

A partir do governo JK as ações para o desenvolvimento e o papel da Amazônia nesse cenário ficam mais claras. Com objetivo de alcançar resultados que integrassem a Amazônia, enquanto um componente do processo de implantação do modelo capitalista dependente-associado, apesar de ter papel periférico, a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre significaram uma possibilidade para tal, além de contemplar alguns dos objetivos traçados para a SPVEA. Outra criação do período JK, que passou a fazer parte do conjunto de ações da SPVEA, foi a criação da Zona Franca de Manaus.

A relação entre desenvolvimento e Segurança Nacional fica clara nos discursos de JK. Segundo ele as estradas são “os caminhos do desenvolvimento se confundem com as estradas da segurança e da sobrevivência do país” (CARDOSO, 1978 p. 147). Se estradas e desenvolvimento são elementos similares em JK, a Amazônia passava a ser, doravante, parte integrante da nação brasileira, produzida e incorporada, segundo as aspirações dominantes, no centro dinâmico da economia nacional.

A abertura de vias de penetração na região amazônica durante o governo JK representou a tentativa de incorporar essas regiões. Todavia, a incorporação ao modelo de desenvolvimento não implicava em torná-la central. Apesar de ser incluída, a Amazônia permaneceu como uma região marginal ou de fronteira. A margem não é externa ao todo, mas uma parte constitutiva do todo, sendo elemento de importância para a própria sobrevivência do sistema. Ao construir estradas, abria-se, concomitantemente, a possibilidade de inventar a fronteira e inventar o outro. O lugar do *diferente*, apto a poder tornar-se o *igual*.

## 2. Amazônia: desenvolvimento e integração no pós-64

Apesar de o 31 de março de 1964 representar uma radical mudança na condução política do Brasil, a ação dos militares no comando do executivo não significou uma ruptura nas bases econômicas estruturadas no período 1955-60. Pelo contrário, resultou no seu aprofundamento, o que, por sua vez, produziria a radicalização dos programas de integração da Amazônia no cenário econômico brasileiro. Vejamos.

A grande inversão de capitais realizada ao longo da segunda metade da década de 1950 ainda não havia se esgotado. A crise que se manifestava no início dos anos 1960 era a do capitalismo monopolista, que passava por uma fase de taxa de crescimento

econômico negativo e, segundo Mendonça (1988, p. 71), “era condição prévia para uma nova expansão produtiva”. O impedimento para isso era o pacto populista, que mantinha a classe trabalhadora como “parceiro-fantasma” (WEFFORT, 1980). O que estava em cheque não era o capitalismo e nem mesmo seu crescimento.

Na medida em que o crescimento econômico entrou em declínio e a inflação corroeu os salários, os trabalhadores se mobilizaram para não ficarem com o ônus da política de investimentos realizada durante o Programa de Metas. Com o rompimento do dispositivo sindical-militar, em 1963, e o retorno ao presidencialismo, as cobranças para uma solução em torno do impasse criado, levou os grupos a posicionamentos cada vez mais radicalizados. Uma saída através de um golpe militar era a solução visível para as várias frações do capital.

Se anteriormente afirmamos que se articulavam os interesses expressos pela Escola Superior de Guerra e os da burguesia industrial, no tocante à industrialização, ao desenvolvimento e à Segurança Nacional, nos momentos que antecederam ao golpe, essa afinidade tomou tonalidades de classe mais nítidas (DREI-FUSS, 1986), pois ficaram estabelecidas as bases da aliança entre a ESG, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IPES). O resultado dessa manobra foi um rearranjo dos grupos que estavam no poder, levando ao proscênio a burguesia industrial e financeira, excluindo do jogo político as classes trabalhadoras. O caminho estava limpo para assegurar a continuidade e o aprofundamento do modelo implantado nos anos 1950, bem como para produzir seus programas de *integração* da Amazônia.

A grande marca do período militar para compreender sua ação na região foi a “Operação Amazônia”, que se constituía em uma série de investimentos e ações políticas destinadas a ocupar, desenvolver economicamente e atender, com isso, às prerrogativas do discurso da Segurança Nacional.

A despeito da mudança radical no regime político, a intervenção na Amazônia manteve o embasamento anterior. As linhas de continuidade das proposições contidas no Plano de Valorização da Amazônia podem ser verificadas durante o processo que extinguiu a SPVEA e criou a SUDAM, pois toda a estrutura, todo pessoal e todos os contratos poderiam continuar, dependendo de uma avaliação da nova superintendência.

As alterações existentes nas metas da SUDAM, se comparadas com as metas da SPVEA, acabaram por manter uma mesma linha de ação, sobretudo, no que diz respeito aos fatores necessários para o desenvolvimento da região. O planejamento da SUDAM, exposto acima, pode ser dividido em grupos de atividades.

Grupo 1 – Estudos preliminares: (a) Pesquisa do potencial econômico, (b) determinação dos espaços para investimento e (c) seleção das áreas.

Grupo 2 – Populações: (d) Estabilizar a população, (e) promover a imigração e (f) fixar população nas fronteiras.

Grupo 3 – (g) Produção Econômica: silvicultura e/ou extrativismo e (h) agricultura, pecuária e piscicultura.

Grupo 4 – Treinamento: (i) Atualização e treinamento.

Grupo 5 – Financiamento: (j) Aplicação de recursos e (k) Estímulos fiscais.

Grupo 6 – Papéis dos atores envolvidos: Estado (Infraestrutura, planejamento e pesquisa) e iniciativa privada (indústrias, agropecuária e comércio).

No intuito de dar prosseguimento às ações para o desenvolvimento econômico da região, o presidente Costa e Silva alterou e regulamentou a Zona Franca de Manaus e criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), por meio do Decreto n. 61.244, de 28 de agosto de 1967. No início deste mesmo ano, fora aprovado, pelo Decreto n. 60.296, de 3 de março, o Plano Diretor da Amazônia para o quinquênio 1967-1971, mantendo inalteradas as linhas gerais de ação, contidas na criação da SUDAM.

O plano diretor especificava as ações a serem tomadas, dividindo-as em setores: recursos naturais, recursos humanos, educação, saneamento, extrativismo, infraestrutura econômica, agropecuária, abastecimento e industrialização.

No setor de recursos naturais ficavam estabelecidas as seguintes metas: prospecção, pesquisa e experimentação de recursos naturais, além de estudos, projetos e programas para seu aproveitamento racional.

No setor de recursos humanos, determinava-se que deveria ser facilitado o “influxo de correntes migratórias qualificadas, para os diversos setores da economia” (BRASIL, 1967, art. 5º, II, a), devendo ser promovido o seu entrosamento com as populações locais, sob condições que, evitando os entraves, atenuassem os possíveis choques culturais.

Determinava-se ainda que promovessem treinamentos para o pessoal qualificado, possibilitando o intercâmbio, tanto no interior, quanto no exterior do país. Mas, o que mais chama-nos a atenção é a parte dedicada ao treinamento do trabalhador agrícola. Nesse lemos o seguinte: “Treinamento do pessoal dedicado às atividades agrícolas, de modo a melhorar os métodos de trabalho e, por conseguinte, engajá-los no processo desenvolvimentista” (*Idem*, art. 5º, II, b). Para isso, deveria ser adotado o procedimento de “Levar às comunidades rurais e urbanas a tomada de consciência da problemática regional, a fim de que possam desejar o desenvolvimento e contribuir para o mesmo” (*Idem*, art. 5º, II, c).

Essa consideração nos leva a perguntar: qual é a *problemática regional* que precisa ser conhecida? Independentemente do que venha a ser, a resposta já está dada subsequentemente, na medida em que precisam *desejar o desenvolvimento*. O problema produzido e a solução para o mesmo são externos à Amazônia, como podemos ver quando se estabelecem às metas relativas ao extrativismo vegetal. O plano, fazendo jus ao que compreende enquanto desenvolvimento, determinava que as atividades extrativas não deveriam ser o carro-chefe econômico da região, “[...] manter o

ritmo de crescimento do extrativismo abaixo do ritmo de crescimento da economia a fim de reduzir a sua importância na região” (*Idem*, art. 5º, VI, a).

No setor de agropecuária e abastecimento os objetivos requeriam a ação mais contundente do Estado, proporcionando recursos aos órgãos de fomento e expansão do crédito. Dizia ainda, que os órgãos públicos responsáveis pelo abastecimento deveriam ser estimulados, simultaneamente com a iniciativa privada, para a melhoria do sistema de transportes, beneficiamento, armazenamento e comercialização das safras.

Na área industrial o plano privilegiava os produtos locais. Segundo o plano, a meta era:

Promover a implantação de novas indústrias de mercado nacional e internacional à base de matérias-primas locais, especialmente aquelas com alto coeficiente de insumos, provenientes dos demais setores da região e do elevado poder germinativo de indústrias nascentes. (*Idem*, art. 5º, VII, b)

Todavia, o objetivo em longo prazo era inventar uma outra Amazônia.

Promover a criação da mentalidade industrial na Amazônia mediante orientação do sistema educacional para a moderna tecnologia, campanhas de produtividade e treinamento na indústria e amplo intercâmbio técnico e profissional com as regiões mais industrializadas. (*Idem*, art. 5º, VII, e)

Como parte de um mesmo esforço, o Estado criou o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia, que culminou no Programa de Integração Nacional, instituído pelo Decreto-Lei n. 1.106 de 16 de junho de 1970. Este determinava que a primeira etapa do programa seria:

Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica (BRASIL, 1970).

O início dos anos 1970 marcou a expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Dentre os principais programas destacamos o PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, regulamentado pelo Decreto-Lei n. 1.179, de 6 de julho de 1971. O PROTERRA tinha como objetivo “promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE” (BRASIL, 1971).

O PROTERRA se articula ao PIN para a integração da economia amazônica à economia nacional. Tal integração tinha por princípio dois elementos-chave. O primeiro deles, conforme expresso na Lei 5.727, de 4 de novembro de 1971 determinava que o desenvolvimento regional deveria fazer parte de uma dada modalidade de desenvolvimento que se gestava nacionalmente.

A estratégia de desenvolvimento mobiliza o País para fortalecer a competição nacional, dotando os principais setores de estruturas novas e mais eficientes, compatíveis com a moderna tecnologia industrial. Por outras palavras, realiza a integração nacional, não permitindo ficarem à margem do processo de desenvolvimento regiões como o Nordeste e a Amazônia. (BRASIL, 1971a)

O segundo dizia respeito ao princípio ordenador das ações para desenvolvimento. Mais uma vez ficava evidente a afinidade com o pensamento geopolítico *esquiano*, na medida que este estabelecia um núcleo central a ser defendido e apontava as áreas que necessitavam de interferência estratégica para a defesa do Centro-Sul do país.

Quanto ao item 1, observamos:

Realização de Estratégia Regional para efetivar a Integração Nacional. Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de Indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos polos regionais, notadamente o agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia. (*Idem*, VIII)

Mais evidente que a afirmação acima e mais controvertida, pois é uma integração que isola e discrimina as regiões a serem integradas, o I PND afirmava:

Além da integração de sentido Norte-Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, realizar-se-á a integração de sentido Leste-Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores relativamente abundantes nas duas áreas: no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro-Sul (*Idem*).

A agência responsável por construir essa reorientação de fluxos migratórios foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que ficou responsável pela execução

projetos de colonização distintos, que tinham por objetivo fazer valer a ocupação das margens das rodovias amazônicas. O INCRA determinava dois tipos distintos de colonização: os PADs e os PICs.

Os chamados Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) se destinam a agricultores com maior nível de capacitação profissional, experiência quanto à obtenção de crédito bancário e um mínimo de recursos financeiros. Nas áreas desses projetos o INCRA é responsável pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela implantação da infra-estrutura física, loteamento e titulação. As atividades referentes à assistência técnica, comercialização, saúde e educação não estão afetadas ao INCRA, mas a outros órgãos diretamente responsáveis, seja ao plano federal, regional, estadual ou municipal. (VALVERDE, 1979, p. 87)

Se os PADs contavam com uma experiência prévia e uma ação dos outros órgãos da esfera pública, os PICs, que foram em maior número na Amazônia, destinavam-se a outro público.

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem terra (§ 2º, art. 25, do Estatuto da Terra), e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses projetos, o INCRA identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele determinadas, fornece a infraestrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo, para facilitar a organização sócio-econômica (*sic*) dos parceiros. Cabe também ao INCRA outorgar aos beneficiários

o título definitivo de propriedade da parcela. (RABELLO; FERREIRA, 2005, p. 7)

Na Amazônia Oriental destacaram-se os PICs de Altamira e Itaituba e na Amazônia Ocidental a maior incidência de projetos de colonização se deu em Rondônia.

Dando continuidade aos programas de desenvolvimento e de integração da Amazônia foram criados ainda os seguintes programas: POLOAMAZÔNIA e o POLONOROESTE.

O POLOAMAZÔNIA, Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, tinha como objetivo “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais em áreas prioritárias da Amazônia” (BRASIL, 1974). As áreas prioritárias, determinadas pela legislação, eram as seguintes: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó.

O projeto previa uma ampla pesquisa e utilização dos recursos minerais da região. O minério de ferro era extraído da região de Carajás, enquanto o alumínio e a bauxita eram a base de extração em Trombetas. O programa ainda previa o uso racional dos recursos florestais e do solo da Amazônia, o que implicava na criação de condições (leia-se ramais viários), para o escoamento da produção. O impacto do uso “racional”, de acordo com a legislação, foi o crescimento da ação de madeireiras atuando na região.

O POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial, tinha como principal finalidade o atendimento à região do entorno da rodovia Cuiabá-Porto Velho. Tal programa visava criar condições para a efetiva colonização da região, através da pavimentação da rodovia, como também pelo apoio aos projetos de colonização iniciados na década de 1970.

No final do governo Geisel as ações para o desenvolvimento da Amazônia foram atravessadas por uma nova argumentação:

a preocupação com a questão ambiental, derivada das discussões surgidas no Clube de Roma e na Conferência de Estocolmo (1972). Os projetos megalômanos de investimento na região produziram efeitos ambientais danosos. A abertura de frentes de colonização, grandes lagos hidrelétricos, a extração de madeira, enfim, os objetivos de desenvolvimento para a Amazônia, produziram um efeito que não fazia parte das preocupações preliminares.

Os efeitos da ação do Estado militar sobre a Amazônia produziram uma brutal transformação do cenário local, provocando inúmeros estudos de ordem ambiental e social. A Amazônia, integrada economicamente ao projeto nacional, incorporou também as mazelas produzidas pelo capitalismo brasileiro.

## Referências

- BECKER, Bertha K. ; MIRANDA, Mariana. e MACHADO, Lia Osório. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UNB/ UFRJ, 1990.
- BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a fronteira de novos recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BRASIL. *Decreto n. 61.244, de 28 de agosto de 1967*.
- \_\_\_\_\_. *Decreto n. 1.106, de 16 de junho de 1970*.
- \_\_\_\_\_. *Decreto-lei n. 1.179, de 6 de junho de 1971*.
- \_\_\_\_\_. *Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971 (a)*.
- \_\_\_\_\_. *Decreto n. 74.607, de 25 de setembro de 1974*.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento*. JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes. 1986.
- FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *A sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP. 1994.

- FONTES, Virgínia. “*Capitalismo, exclusão e inclusão forçada*”. Revista Tempo. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- RABELLO, Antonio Cláudio; FERREIRA, Leonardo Felizardo. “(Re) colonizando o sudoeste da Amazônia - Corumbiara/RO (1975-2005)”, ANPUH, XXIII, Londrina: 2005.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio. 1955.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática. 1978.
- VALVERDE, Orlando (coord.). *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro. IBGE. 1979.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.

# Em busca de outros olhares: o período ditatorial brasileiro e a Amazônia Legal

---

**Vitale Joanoni Neto\***

Quando se fala em ditadura civil-militar no Brasil, nosso olhar imediatamente se dirige para os grandes centros urbanos nacionais, para a tomada do poder *manu militari* que levou o então presidente do Brasil legitimamente eleito, João Goulart, ao exílio e que implantou por meio de decretos-leis, um Estado de Exceção, produzindo graves violações aos direitos humanos por parte dos aparelhos de repressão e tortura que tantas iniquidades perpetraram na sociedade brasileira, hoje objeto de investigação da Comissão Nacional da Verdade.

Nessa nossa proposta, gostaríamos de mudar um pouco esse foco e propor um olhar para o interior do Brasil. Analisar o projeto de “Brasil potência” do Estado Civil-Militar brasileiro elaborado a partir da ideologia da Segurança Nacional e do uso dos conceitos de Integração e de Unidade Nacional e seus impactos sobre o Mato Grosso. Em outras palavras, analisar um aspecto da História do Brasil durante a ditadura, qual seja, as políticas de ocupação da Amazônia Legal, com ênfase especial no Estado de Mato Grosso, promovendo assim uma compreensão mais ampla da História Nacional para além do seu dito aspecto “regional”.

Nesse texto, a floresta amazônica é vista como parte da fronteira Oeste brasileira e nosso olhar se fixa de modo especial na

---

\* Professor Doutor do Departamento e do Programa de Pós Graduação em História da UFMT – [vjneto@uol.com.br](mailto:vjneto@uol.com.br)

sua porção meridional, onde se localiza o estado de Mato Grosso. Nosso objeto de pesquisa está voltado para as políticas de ocupação empreendidas durante a ditadura civil militar e seus efeitos sobre a região amazônica. Até meados do século XX, o estado de Mato Grosso vivia basicamente da pecuária extensiva, com poucas alternativas econômicas expressivas. Foi com a implantação da ditadura civil militar no Brasil que esse cenário mudou. O Governo Federal, militarizado, passou a incentivar com diferentes órgãos criados para esse fim, a vinda de empresas para a Amazônia, com especial ênfase para o Mato Grosso. Dois eixos de atuação merecem destaque: atividade agropecuária e de “colonização”, aqui entendida como venda de lotes de terras para fins agrícolas para proprietários de outras regiões do país dispostos a “ocuparem” esses “espaços vazios” e produzir.

Depois do golpe civil-militar em março de 1964, recuperou-se o discurso da salvação do país ameaçado pelo perigo comunista (já visto no Estado Novo) e buscou-se justificar a intervenção armada como contrarrevolução. A identidade do Brasil proposta durante o período ditatorial em tela foi a de um país integrado, unido sob o comando de um governo forte. Novamente se buscou no passado idealizado, as Bandeiras e os Bandeirantes, justificativas para os projetos que estavam por vir. Foi novamente Ricardo quem as viu como um “Estado larvar”, como cidades em miniatura, na origem do “nosso *self-government* na formação do Estado Brasileiro” (RICARDO, 1970, p. 40). O bandeirismo foi identificado à revolução e à defesa e preservação dos valores fundamentais do mundo moderno: cristianismo, direito internacional, capitalismo europeu e revolução industrial. Novamente o Bandeirante, *imagines agentes*, foi retomado, reconstruído e tornado *Lugar de Memória* buscando dar sentido à essa República militarizada e ditatorial (HARTOG, 2013, p. 164).

A integração nacional foi o ponto central dessa nova identidade, daí a importância assumida pela figura do Bandeirante, Projeto Rondon, Rodovia Belém-Brasília, Transamazônica... A tudo

isso se anunciou como efeitos do “fermento instintivo dos tempos heroicos” (RICARDO, 1970, p. 623).

Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo caminha pra Oeste, realizando o seu “imperialismo interno”, palmo a palmo. Ainda uma luta em extensão, com os primeiros marcos da profundidade (*Idem*, p. 622).

A centralidade da ideia da integração do território nacional é explicada nesse momento pela influência da Guerra Fria, pelas sinalizações internacionais acerca da necessidade da ocupação dos espaços vazios com os excedentes populacionais de algumas áreas do planeta, o que levou a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, a olhar para a Amazônia como passível de receber levas de imigrantes e, por consequência, despertou a reação das forças armadas brasileiras, que nesse momento no poder, impuseram o “integrar para não entregar”, um grande projeto de ocupação com incentivos governamentais. É importante destacar, no entanto, que ressalvadas as particularidades e deslocamentos de ideias, próprias da dinâmica histórica, a identificação do pioneiro, esse patriota que atende ao apelo da nação e migra para a fronteira, com o Bandeirante, o civilizador, é presente e constante tanto nos documentos oficiais como nos discursos de empresas, peças de propaganda e na memória dos moradores dessas áreas de fronteira.

Ainda no final do século XX, a Amazônia aparece vista como terra a ser descoberta pelos novos bandeirantes, território propício à colonização a ser dirigida pela ação fundadora e civilizadora da sociedade nacional, identificada à presença de grupos empresariais como a Integração, Desenvolvimento e Colonização LTDA (INDECO), e a Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná (SINOP), entre outras que atuaram em Mato Grosso.

A imagem de um país de vasta extensão territorial, apontada desde o século XIX como um dos principais elementos formadores

da identidade brasileira, traduzia particularmente a obsessão de nossa afirmação enquanto nação. Grupos empresariais utilizaram fartamente desta imagem para se apresentar como mediadores do desenvolvimento do Brasil que, desde Vargas, com a Marcha para o Oeste, entendiam interiorização e integração associadas a essa noção, o que levou a implantação dos chamados Projetos de Colonização.

O jogo político visando à ocupação de terras no interior do Brasil empreendido pelos setores empresariais nacionais e transnacionais (sempre com o aval do Governo Ditatorial), nas décadas finais do século XX, evidenciou recomposições violentas em todo o território brasileiro, provocando desterritorialização e reterritorialização de espaços sociais, particularmente na Amazônia. A partir da década de 1970, as empresas privadas de colonização e agropecuária apareceram tomando para si a tarefa civilizadora de povoamento das terras ditas vazias, assumindo a missão social, como disseram, de transformar o mundo selvagem, levar progresso, desenvolvimento e modernidade. O Estado de Mato Grosso concentrou o maior número dos projetos de colonização e agropecuários de natureza privada (cerca de 70%).

Os núcleos urbanos resultantes desta política citada (seja através da colonização privada, oficial, dos projetos de assentamento ou de outras estratégias políticas desenvolvidas, sobretudo a partir do regime civil militar), nasceram velhos, reproduzindo modelos de organização dos grandes centros urbanos e com eles seus problemas de toda ordem: ocupação irregular de espaços, ausência de qualquer infraestrutura, segregação econômica e social.

Estas reflexões que tratam da ocupação da Amazônia brasileira em seu período mais recente, focalizando o Mato Grosso, procuram dar relevo às imagens da nova conquista do Oeste. A história da reocupação do território brasileiro, desde o momento da chegada dos europeus no século XVI, tem como ponto comum o fato de que o olhar do conquistador desconsiderou o

existente. Na Amazônia Legal Brasileira e no Centro-Oeste não foi diferente: espaço e população foram vistos como algo dado, que não precedia à ação do branco civilizador na missão sempre renovada de integração nacional, retórica fundamental muito utilizada pelos governos da Ditadura civil-militar. Vários autores assinalaram a relação da militarização com a inserção de um modelo de desenvolvimento capitalista na Amazônia nesse período, como por exemplo, Almeida (1981), Ianni (1979) e Martins (1984).

As matas tropicais e florestas historicamente indicaram uma maneira de olhar o Brasil. As visões e descrições que desenham sua imagem ganharam, desde antes, preciosos contornos nas mãos dos artistas-viajantes, nas famosas expedições dos exploradores europeus, que percorreram o interior do Brasil, desde os inícios do século XIX. A Amazônia é emblemática nesse sentido e essas visões norteiam nosso olhar. Sua paisagem foi marcada pela grandiosidade da floresta, pela riqueza da sua fauna, pela presença indígena, a vastidão territorial (sem fragmentação) a guardarem recônditas riquezas. Duplas imagens produzindo o tempo todo seu jogo de significados com o qual a entendemos: terra sem mal e terra da cobiça, terra selvagem e terra do perigo. A força dessas imagens e mais a positividade do desbravamento e da conquista, mesmo à custa das invasões em terras indígenas e destruições de toda ordem, de novo autorizam a ação civilizadora dos “Novos Bandeirantes” e legitimam o povoamento atual, tendo como resultado mais visível o surgimento de inúmeras cidades.

Reteve-se na memória o gesto dos tempos em que Bandeirantes cruzavam as terras à procura de índio, ouro e outras preciosidades dos sertões. Agora é o Brasil que novamente caminha para Oeste, o país que toma posse de si mesmo. Na visão de Hannah Arendt, “a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar de uma fraude” (ARENDETT, 1978, p. 49).

Em 1977, o Estado de Mato Grosso constituiu-se dos atuais limites geográficos, por meio da Lei Complementar n. 31, baixada pelo General Presidente Ernesto Geisel, que determinou o desmembramento e a criação do atual Mato Grosso do Sul.

A parte correspondente ao atual Mato Grosso possuía, em 1970, 38 municípios. Em pouco mais de três décadas, esse número saltou para 141, dentre eles 83 não chegavam a 10 mil habitantes e 40 estavam com população entre 10 e 20 mil habitantes. Apenas 18 tinham acima de 20 mil habitantes (MIRANDA; AMORIM, 2001, p. 9).

Em grande medida, essas novas cidades surgiram diretamente ligadas aos projetos implantados no Estado com forte estímulo do Governo Federal. Isso foi possível primeiramente graças ao Decreto-lei n. 1.106, de 16 de junho de 1970, que criou o Programa de Integração Nacional. Seu artigo segundo prega:

*Art. 2º* A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica. (BRASIL, 1970)

No ano de 1971, o Decreto-lei Nº 1.164, de 1º de abril, declara:

Art 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto (BRASIL, 1971).

Entre as rodovias incluídas no texto, encontram-se as BR 163, 158 e 364, que cortam o Mato Grosso em três espaços diferentes (Oeste, Norte/Sul e Leste) e a transamazônica, que se constituiu em corredor migratório do Nordeste para a Amazônia e impactou a ocupação do Estado. Essas medidas retiraram das mãos da elite estadual as prerrogativas para dispor desse estoque de terras. Foi nesse espaço, agora sob a responsabilidade da União, que se implantaram os projetos de colonização e agropecuários em condições muito favoráveis para esses empresários, sempre em nome da Segurança Nacional.

Elementos importantes para entender essa reocupação do Estado de Mato Grosso foram os planos e incentivos que disponibilizaram grandes somas de recursos públicos para o setor privado, por meio de agências como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), Banco da Amazônia (BASA), também com a mediação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros.

Em 1971, o governo Federal criou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), um dos programas aos quais nos referimos acima. Tal medida, entre outras (cf. FERREIRA, 1986, p. 47 e ss.), permitiu a aquisição de grandes faixas de terras públicas por empresários que desenvolveram projetos privados de colonização e projetos agropecuários. No Estado de Mato Grosso, dezenas dessas empresas estabeleceram-se por seu extenso território predominantemente visando à venda de lotes de terras para migrantes vindos do Sul e centro-sul do país, no caso das colonizadoras, ou visando à atração de trabalhadores migrantes vindos em sua maioria do Nordeste brasileiro, com baixa qualificação profissional para a dura tarefa de abertura das áreas (desmatamento, limpeza, construção de cercas). Nesse caso, tanto as colonizadoras quanto as agropecuárias interessavam-se por esse público.

Segundo Guimarães Neto (1986, p. 142), dados do INCRA coletados em 1981 mostram que de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país (inclusive aquelas cujos registros foram cancelados), entre 1970 e 1981, 42% estavam localizadas em Mato Grosso. De um total de 82 empresas em funcionamento efetivo, 52% tinham projetos em Mato Grosso; dos 125 projetos autorizados a funcionar, 60% estavam no naquele Estado. As rodovias federais funcionaram como corredores norteadores da migração. Os maiores projetos privados de colonização aconteceram muito próximos dessas rodovias, 49% deles (75 projetos), ao longo da Cuiabá-Santarém. Esta, mais a BR 158 e o complexo 364/174, criados durante o governo militar, tinham a intenção de abrir esses territórios à exploração econômica.

Esse projeto de reocupação passava necessariamente pelo grande empresário, aliado do Governo Militar, beneficiário direto dos recursos disponibilizados. Nas palavras do Ministro do Planejamento de 1973, Reis Veloso, em pronunciamento oficial:

[...] a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um conseqüente processo de desmatamento, e de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico, nos leva a convidar as grandes empresas a assumirem a tarefa de desenvolver esta região. (CASTRO *et. al.*, 1994, p. 77)

Esse empresário comprava grandes extensões de terra junto ao INCRA, comprometendo-se a apresentar um plano de ocupação que viabilizasse o estabelecimento de pequenos proprietários em lotes que majoritariamente variavam de 100 a 500 hectares. Os projetos de colonização constavam de planta com a distribuição dos lotes, detalhamento dos subnúcleos e do núcleo urbano, planejamento executivo para a dotação de infraestrutura viária, de saúde, escolar, administrativa, estudo de solo, regime de chuvas, cobertura vegetal, hidrografia, topografia, com as viabilidades econômicas e as possibilidades de cultivo e previsão de produção

e comercialização. Após a apresentação desse complexo documento, o INCRA diplomava a empresa que poderia então iniciar os trabalhos de abertura da área e comercialização da terra. O órgão deveria fiscalizar a implantação do projeto assim como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) deveria fiscalizar os percentuais de desmatamento. Ambos se mostraram incapazes para acompanhar uma ação de tamanha envergadura.

Os tamanhos das áreas repassadas para essas empresas variaram muito. Apenas para citar alguns casos, entre os projetos de colonização, a SINOP, ou Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, recebeu 400 mil hectares para o projeto SINOP. Ela desenvolveu outros projetos no Mato Grosso. A INDECO, Integração, Desenvolvimento e Colonização, recebeu 400 mil hectares para o Projeto Alta Floresta e também desenvolveu outros projetos no Estado. A Cotriguaçu recebeu um milhão de hectares, não conseguiu executar o projeto com o mesmo nome e teve que dividir essa tarefa com outras empresas. Quanto às empresas com projetos pecuários, Casaldáliga, em sua Carta Pastoral de 1971, afirmou:

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara 66 (sessenta e seis) projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados, como a BORDON S/A, dos Frigoríficos Bordon, NACIONAL S/A, do Banco Nacional de Minas Gerais, cujo presidente é o ex-ministro das relações Exteriores, Magalhães Pinto, UIRAPURU S/A, do jornalista-latifundiário, David Nasser etc...

As áreas de alguns destes empreendimentos, em território da Prelazia, são absurdas. Destacando-se entre todas: a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S/A com 695.843 ha. e 351 m<sup>2</sup>, que corresponde aproximadamente a 300.00 alqueires, área 5 vezes maior que o Estado da Canabrava e maior também que o Distrito Federal, de propriedades de uma única família paulista: a família Ometto. Destacam-se também a

CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA - “CODEARA”, com área de 196.497,19 ha., AGROPASA, com 48.165 ha., URUPIANGA, com 50.468 ha., PORTO VELHO, com 49.994,32 ha., e assim por diante.

Além de serem extensões praticamente inconcebíveis, muitos destes empreendimentos formam grupos somando assim suas já enormes áreas, como é o caso das conhecidas Fazendas Reunidas, “de propriedades do Sr. José Ramos Rodrigues, o “Zezinho das Reunidas”, dono da Empresa de ônibus “Reunidas” de “Araçatuba” (O Estado de São Paulo - 9/5/71). Tapiraguai, Sapeva e Brasil Central também formam um grupo. O Sr. Orlando Ometto é também sócio da Tamakavy S/A, etc. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 9 - texto mantido como no original).

Como é possível perceber no texto acima, tanto as propriedades destinadas aos projetos de colonização quanto para fins agropecuários possuíam expressivas extensões territoriais, o que nos coloca outro problema. A venda e autorização para o estabelecimento dessas empresas sobre áreas tão grandes partiam do pressuposto de que estavam desocupadas, o que não correspondia às realidades locais. Como já dissemos acima, foram comuns os relatos de conflitos, alguns com mortes, ameaças, expulsão de comunidades inteiras com o uso da força. O acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia é rico em documentos que reportam casos desse tipo. Em outras áreas do Estado, sem esse zelo com o registro documental, os relatos dos moradores mais antigos preservam a memória da “limpeza” das terras pela colonizadora, expulsando principalmente a população indígena.

Após séculos de reocupação e investida humana, a Floresta Amazônica se mantém hoje como lugar emblemático, alvo de ações e discursos de ambientalistas e de cientistas de diversas áreas, muitos dos quais relacionam sua proteção a salvação do planeta, uma versão atualizada do *El Dorado* perseguido no século XVI. O esta-

do de Mato Grosso é hoje uma frente pioneira em transformação, com efeitos sociais muito intensos e que, por isso, tem chamado a atenção de cientistas de diferentes áreas e de todo o mundo.

Considerando o acima exposto, ou seja, que essa matriz de desenvolvimento foi imposta pelo governo civil militar brasileiro (1964/1985), que em nome da Doutrina de Segurança Nacional buscou a Integração Nacional com o desenvolvimento de políticas públicas, uma grande inversão de recursos e um conjunto de decretos-leis e outras medidas características dos regimes de exceção removendo entraves políticos e legais, que lhe permitiu uma efetividade que chega com seus efeitos aos nossos dias, atualizada, mas não superada, podemos afirmar em primeiro lugar que foi esse projeto de ocupação/desenvolvimento do Mato Grosso que provocou o surgimento de mais de cem cidades em menos de trinta anos, que dividiu seu território (1975) deixando-o com 900 mil km<sup>2</sup> (contra 1,2 milhão de km<sup>2</sup> em 1974), que abriu três rodovias federais norteadando o fluxo dessa ocupação, que levou sua população de 600 mil habitantes em 1970 para cerca de 3 milhões em 2010 e em Cuiabá, a capital, de 100 mil habitantes para pouco mais de 550 mil no mesmo período, além dos efeitos já apresentados acima.

Por último, podemos ainda afirmar que com o avanço de preocupações ecológicas verificadas com mais força após 1970, relacionadas à renovação dos recursos naturais e por consequência da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento contemporâneo, o avanço da ocupação humana sobre a floresta passou a ser medido, bem como seus impactos. Daí a constatação de que o bioma amazônico brasileiro perdeu, desde 1970, cerca de 20% de sua área de cobertura florestal. Somente entre 1995 e 2004, o Brasil apresentou uma taxa média de desmatamento de 20.600 km<sup>2</sup>/ano, segundo o INPE. O bioma do cerrado, que compõe boa parte das áreas de transição e entorno da floresta tem hoje uma taxa de 40% de ocupação para fins agrícolas (COY; KLINGLER, 2014, p.2).

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo W. “Getat – A segurança nacional e o revigoramento do poder regional”. In: *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA* (n.º 2), Campinas, mar-abr/ 1981.
- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru, EDUSC, 2005.
- ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: do sonho a utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2008.
- BECKER, Berta. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.
- BONAZZI, T. Conservadorismo. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- BRASIL. Decreto-lei 1.164 de 1º de Abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1164.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm). Acesso em 12/12/2013.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do impôsto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm). Acesso em 12/12/2013.
- CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete e PRETI, Oreste. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 1994.
- CARDOSO, Fernando H. e MÜLLER, G. *Amazônia. expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CASALDÁLIGA, Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. São Félix, 10 out. 1971. Disponível em <http://alternex.com.br/prelazia/igreja.htm> acesso em 30 maio 2003.
- COY, Martin e KLINGLER, Michael. “Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais”. *Territórios & Fronteiras*,

- Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/14/showToc> acesso em 21 jun 2014.
- FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1986.
- GOMES, Ângela de C. “História e memória: ensino de História e memória histórica nacional”. In: SOUZA, B.J. e CÂMARA, H.C. (Orgs.). *Imagário*. Novos desafios, novas epistemologias. Coimbra, CIEDA, 2012.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. “Cidades de fronteira”. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Editora UFG, 2000.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- GUIMARÃES, M. L. S.: “História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. *História, Ciências, Saúde — Mangueiras*, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.
- HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (orgs.). *História, terra e trabalho em Mato Grosso: Ensaios Teóricos e Resultados de Pesquisas* São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.
- IANNI, Otávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979.
- JOANONI NETO, Vitale (Org.). Da esperança do El Dorado à degradação do humano. Mapeamento das redes de resistência e convivência em polos irradiadores de trabalho escravo no estado de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- \_\_\_\_\_, Vitale. *Fronteiras da Crença*. A colonização de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2007.
- \_\_\_\_\_, Vitale; BORGES, F. T. M.; CANAVARROS, Otávio; PERARO, Maria Adenir. “Notas sobre a produção historiográfica acadêmica de Mato Grosso”. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.
- \_\_\_\_\_, Vitale; CANAVARROS, Otávio; PERARO, Maria Adenir; BORGES, F. T. M.. “Apontamentos para estudos sobre a produção

- historiográfica em Mato Grosso 1970-2010”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. a173, p. 177-211, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT/Imprensa Universitária/PROEDI, 1982.
- LIMA, Gen. Afonso Augusto de Albuquerque e outros. *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil*. V.4, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MIRANDA L. e AMORIM.L. *Mato Grosso: atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.
- OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente*. São Paulo, 1983. 144p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1983.
- PERARO, Maria Adenir; CANAVARROS, Otávio; BORGES, F. T. M.; JOANONI NETO, Vitale. “Mato Grosso nos estudos Historiográficos”. In: *Territórios e Fronteiras*, v. 5, p. 1-20, 2012.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. 2vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SAQUET, Marcos A. e SOUZA, Edson B. C. (orgs.). *Leituras do conceito de território e dos processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

## José de Oliveira Barroso\*

Meu nome é José de Oliveira Barroso, mas ninguém me conhece por este nome. Sou conhecido como Carmênio...

Nasci lá no Ceará, de família tradicional, e quando meu pai mandou nos registrar nós já tínhamos uns quatro ou cinco anos, meus irmãos e eu. Nascemos no interior... No interior, geralmente o tabelião é compadre da pessoa, coisas assim... E o meu nome no batistério, no meu documento de batismo, que é um documento da Igreja, é José Carmênio, filho de pai, mãe, etc, etc. Mas no cartório quando foram me registrar botaram só José, e concluíram: de Oliveira Barroso. Oliveira da minha mãe e Barroso do meu pai. Excluíram o Carmênio. Só que eu continuei sendo chamado de Carmênio. Só fui descobrir que meu nome não era, oficialmente, Carmênio quando eu já tinha treze anos, quando fui para Fortaleza fazer exame de admissão. Naquele tempo tinha o exame de admissão para entrar no ginásio, depois tinha o Científico, o Clássico... Mas aí não tinha mais jeito, o registro estava feito. Disseram que quando eu completasse 21 anos poderia recorrer, mas quando completei 21 anos eu já era até vereador lá na minha terra. Aí não tinha mais jeito. Fiquei como Carmênio.

Vim para Porto Velho em 1959, o meu documento é José de Oliveira Barroso, mas ninguém aqui me conhece por José de Oliveira Barroso! Desde que cheguei Carmênio já pegou, e até hoje sou chamado por este nome.

---

\* José de Oliveira Barroso, 83 anos foi prefeito de Porto Velho, destituído pelo Golpe Militar de 1964. O texto apresentado é uma transcrição de entrevista de história oral de vida, gravada no dia 23 de maio de 2014. O trabalho de entrevista, transcrição, textualização e transcrição foram realizados pela professora Xênia de Castro Barbosa e os estudantes Guilherme Rodrigues Schwaback e Welisson Oliveira

Nasci em Jaguaruana, Estado do Ceará, e vim para cá em 1959. Faz 55 anos que estou aqui. Nasci em 1930. Vou fazer 84 anos agora em agosto. Por estar há tanto tempo aqui conheço muita gente. Conheço a avó do seu esposo, que também mora aqui há mais de 50 anos. Ela é a sogra do Pedro Wilson. Tudo pessoal da comunidade.

Tenho algumas outras atividades de cunho cultural, mas dedico mais tempo ao cuidado da Taba do Cacique. O trabalho aqui me consome muito tempo.

A minha família é grande, mas não mora aqui. Tenho contato com ela, viajo... Esse ano já fui a Fortaleza para visitá-la, em fevereiro. Passei 15 dias com eles, revendo meus filhos, netos, sobrinhos, etc.

Nesses 54 anos que moro aqui em Porto Velho vi muitas transformações na cultura, na economia, na política. Logo que cheguei aqui, em 59, me matriculei na Escola de Comércio, Estudo e Trabalho. Era uma escola técnica, e era o primeiro ano da escola e eu me matriculei. Me formei pela escola em 1961, três anos depois. Técnico em Contabilidade. Eu até tenho diploma aqui, neste álbum.

Lá na Escola de Comércio, Estudo e Trabalho, nós fundamos o grêmio literário Oswaldo Souza e já nos candidatamos à presidência da União Nacional dos Estudantes. Tivemos dois mandatos. Aquela era uma época de efervescência do movimento estudantil, muito diferente de hoje...

Eu era estudante, mas morava só, não morava mais com meus pais desde que vim do nordeste. Passados uns quatro anos que cheguei aqui, me casei. Tenho quatro filhos: dois em Fortaleza, um em Roraima e um no Amapá. Nenhum aqui. Aqui estou só já faz 20 anos. Olha o diploma do curso técnico que lhe falei. Fui até orador oficial da turma, em 1961.

Quando me formei não pensava em trabalhar no comércio. Eu era funcionário do nosso aeroporto, que antigamente era aqui no Caiari e terminava no Ginásio Cláudio Coutinho. Ia mais ou

menos dois ou três quilômetros... Eu era funcionário da Texaco e gerenciava o abastecimento de aviões, dentre outras coisas.

Quando eu saí da Escola de Comércio eles me pediram para eu ficar lá ajudando, lecionando. Eu peguei duas cadeiras: uma de Português e a outra de Contabilidade Pública. Passei quase dois anos lecionando lá, mas com o meu envolvimento na política estudantil obrigatoriamente tive de ir para a política partidária. É uma tendência... A política estudantil foi uma espécie de trampolim para a outra, e não tive como sair.

Nós entramos em uma campanha muito acirrada... Aqui mandavam os coronéis desde o tempo de Aluizio Ferreira, era a oligarquia dos coronéis. Saía um, entrava outro, saía um entrava outro. E nessa eleição de que participei se candidatou a deputado federal o médico doutor Renato Clímaco Borralho de Menezes. Se candidatou pelo partido adversário dos coronéis, e se elegeu. Àquela época os territórios só tinham um representante, um deputado, o resto, todo o *staff* tanto no nível federal, estadual, municipal era nomeado por Brasília. Na época nem era Brasília, era o Rio de Janeiro. Não me lembro se Brasília já era a capital do Brasil, mas foi na época do Juscelino...

Pois bem, ele se elegeu deputado, o Renato Medeiros, e fez o governador. Naquela época o presidente da República nomeou o governador e naquela época tinha um secretário geral, que era como se fora um vice-governador. Nas ausências e impedimentos do titular os secretários gerais assumiam. E nessa reviravolta o deputado me pediu para assumir a secretaria da prefeitura, que nessa época era um cargo como se fosse um vice-prefeito. Isso foi em 1962, e eu tinha 32 anos. Eu lecionava lá na Escola Estudo e Trabalho e trabalhava na Prefeitura. Foi nessa época que deixei meu emprego na Texaco e começou a minha vida política. Em 1962.

Como eu liderava uma grande parte da estudantada me expus demais e fui muito... Fui muito combatido, muitas vezes injustamente, e outras porque a gente mexia mesmo... A gente ia

buscar... Por ter uma postura crítica sofri muitas represálias, mas também fui reconhecido como um líder.

Estive na prefeitura de 1962 a 1964. Nesse meio tempo houve um movimento de governo, envolvendo Brasília e os líderes daqui, e nessa coisa o governador caiu e o secretário geral me convidou para assumir a Prefeitura de Porto Velho. Fui nomeado prefeito municipal de fato e de direito, porque eu já tinha sido prefeito de Porto Velho várias vezes, mas de fato. Toda a vez que o prefeito ia para Brasília eu assumia, mas de fato, e não de direito. Ficava respondendo pelo expediente da prefeitura. E dessa vez eu fui, só que por poucos dias, sete dias. O governador voltou e eu fui demitido. Nomeado e demitido. Depois dessa coisa todinha o prefeito de quem eu era secretário retornou ao seu cargo e eu retomei o cargo de secretário. E várias vezes, como já falei, quando ele estava em Brasília eu assumia. Aí se aproximou a época da “revolução”. Pegou a gente de surpresa, no dia 1º de abril de 1964. A revolução lá fora foi no dia 31 de março, aqui foi na madrugada do dia 1º de abril de 1964.

Em 1º de abril de 1964 os militares tomaram o governo, as ruas, os prédios públicos... Eu morava aqui nessa outra rua, na Duque de Caxias, e às três horas da manhã fui acordado por um contingente do Exército. Fui levado para o Palácio, apresentado ao interventor e na mesma hora ele já falou: “Olha, você não é mais o prefeito, o prefeito está aqui do lado”. Era um médico, o doutor Gondim quem assumiu a prefeitura. Houve, nessa coisa aí, um fato que pouca gente fala. Um fato meio estranho... Na nossa campanha política os partidários, os nossos partidários eram chamados de “pele curta” e os adversários, que eram os coronéis, eram chamados de “cutubas”. É uma gíria. Uma coisa assim... Ligada a algum fato que ninguém comentou e se perdeu ao longo do tempo. A História tem essas coisas, né? Não comentam, não registram aqueles fatos e no correr do tempo aquilo se acaba.

Na madrugada do dia 1º de abril de 1964 um contingente de contadores do Exército me acompanhou à prefeitura, que era

na ladeira ali pertinho da prefeitura atual. Ali pertinho, naquela ladeira da biblioteca Francisco Meirelles, quando desce, tem um prédio antigo que está abandonado... Ali era a prefeitura municipal.

Fui levado para lá, eu e meu tesoureiro, Floriano Rodrigues Lima, acompanhado pela delegação de investigação e na madrugada mesmo abriram-se os cofres, foram tirados todos os valores, documentos... Tudo isso foi levado com eles. E graças a Deus tava tudo certo... Por exemplo, o boletim do dia anterior – que já era madrugada-, no boletim do dia anterior todos os valores conferiam com o boletim que a gente tinha deixado. A gente fazia todos os dias um boletim financeiro, administrativo-financeiro. Os valores e tudo o que estava dentro dos cofres coincidiu com o que estava nos nossos boletins. O meu tesoureiro, posteriormente, respondeu a inquérito administrativo, inclusive foi penalizado. O prefeito de quem eu era secretário foi penalizado, e eu sofri apenas uma série de sanções relativas ao meu cargo, mas não fui à penitenciária como eles foram. As penalidades que sofri foram de ordem moral... O próprio interventor... Eu tenho aqui um documento dele me proibindo de sair da cidade. Assinado pelo próprio interventor. Tenho vários memorandos aqui de... De inquéritos que eles abriram contra a minha pessoa. Tudo isso foi esclarecido e não fui penalizado em nada, mas só essa coisa... Essa espécie de perseguição mental! Que é muito ruim, muito desgastante!

Na época da Taba, do auge da Taba do Cacique eu sentia essa coisa. Eu construí muitos inimigos políticos àquela época. A campanha muito acirrada, a gente se “digladiava” mesmo e essa coisa influenciou até no meu comércio. Os meus inimigos políticos chamavam isso aqui de “puteiro”, que isso aqui era um “antro de perversão”, que não sei o que... Porque à noite os namorados se encontravam aqui. Aqui nunca teve quarto, nunca permiti que tivesse exposição das meninas que frequentavam aqui, nunca permiti! Mas havia essa coisa, essa efervescência danada de perseguição.

Minha exoneração do cargo de prefeito se deu por conta do golpe de 64 e de minha postura política de esquerda. Primeiro: que o pessoal da Revolução substituiu todo mundo do *staff* do Brasil inteiro. Aqui por exemplo, às três horas da madrugada, todo mundo do *staff* municipal, estadual e federal foi demitido e substituído naquela mesma hora. Inclusive dois juízes foram cassados. Qualquer pessoa que tivesse alguma ligação com o governo anterior, ou com grupos que eles chamavam de comunista, de anarquistas, disso e daquilo outro, esse pessoal foi penalizado, penalizado! O segundo motivo foi político mesmo, regional. Regional... Porque chega um interventor aqui, que veio de fora, que não conhece ninguém, e segundo se sabe ele chegou aqui uma semana antes. Teve audiência com o pessoal do Alto Madeira, com o Euro Tourinho, que tem 92 anos e ainda hoje é o diretor do jornal. O próprio Euro me contou depois, anos depois, que eles foram lá no jornal, para conversar a respeito de fulano, de sicrano... Quem seria... Quem iria para a prefeitura... Tudo isso foi acertado antes.

Os militares cumpriram uma determinação da “revolução” – que era substituir todo mundo – e cumpriram também a determinação dos políticos daqui, os nossos adversários àquela época. Tudo foi planejado e hoje faz sentido... Uma semana antes a *Intelligentsia* já estava aqui, sondando, observando, escutando, como se faz em qualquer setor: no comercial, administrativo, nas forças armadas. E o Jornal Alto Madeira foi a grande referência. É o jornal mais antigo daqui, vai fazer 100 anos, parece que já fez 97 anos, então eles se valeram justamente daquilo que tinha respaldo. Eles sabiam de tudo, tudo!

Eu fui e sou estritamente democrático. Nunca pertenci a partido nem de esquerda, nem de direita. Ficava lá no meu lugarzinho... Aqui, fui filiado ao PSD, o partido do Renato, mas só por obrigação, porque quem trabalha na política tem que ter um registro, mas eu nunca me enfileirei. Nunca fiz fileiras em nenhuma facção de direita ou de esquerda, não. Apesar disso, pela minha

postura crítica eu era chamado de comunista. A imprensa me chamava de comunista, isso por causa das ações que liderava na União dos Estudantes. Fui eleito na União dos Estudantes em 1960 1962, mandatos de dois anos. Quer dizer, de 1960 a 1964 fui presidente da União dos Estudantes. Foram quatro anos de reboliço danado! Eu fiz aqui o primeiro congresso de estudantes talvez do Norte. Fui fazer um em Guajará-mirim, fomos de trem naquele tempo! O trem deu prego no meio do caminho, dormimos nos vagões, passamos uma semana hospedados na Sexta Companhia de Fronteiras. Eles nos receberam. O comandante era o Coronel Godoy, que depois se tornou um grande amigo meu, quando veio para a Terceira Companhia de Fronteira, ser comandante aqui. A gente revolucionava mesmo! Fundamos até um jornal... Eu posso pegar lá rapidinho para mostrar?

Devido aos acontecimentos políticos da vida do país, perdi o cargo de prefeito e o do docente. Enfrentei tempos muito difíceis...

Em 2009 entrei com processo no Ministério da Justiça pedindo a minha anistia política. Fui anistiado ano passado, mas não posso dizer que me sinto reparado moralmente e nem economicamente. Lembra do Chico Anísio, quando ele dizia: “E o salário, oh!”? O dinheiro que recebi como indenização é do tamanho daquele salário que o Chico Anísio mostra com o polegar e o indicador. Eles me deram R\$: 20.000,00. Eu queria o quanto ganha um prefeito e o quanto ganha hoje um professor de ensino secundário.

Perdi os dois empregos por perseguição política e não fui indenizado. Eu queria uma pensão. Eles deram isso aí só para acabar com a briga. Só quem ganha é quem tem um bom advogado e uma causa líquida e certa... A lei é equivocada. Desisti, acabei deixando para lá.

A perseguição era de ordem moral, mas não me recordo de ter havido censura em Porto Velho, de livros e discos terem sido proibidos, de músicas serem impedidas nas rádios. Nunca ouvi

falarem sobre isso. Isso não existiu em Porto Velho porque esta era uma cidade muito pequena naquela época. Nós tínhamos aqui, no máximo, uns 50 mil habitantes, acho que nem isso. Cinquenta mil habitantes era o que nós tínhamos.

Olha o jornal que falei: é o número 1 da Tribuna Estudantil. Tá meio velho, a gente se descuida. Quando eu cuidei de guardar isso aí... Esse jornal foi criado pelos estudantes, pensado e financiado pelos estudantes e por mim. Na época ainda era território federal do Guaporé. Nesse jornal há o nome da Escola Técnica de Comércio, Estudo e Trabalho e do Grêmio Literário. E o nome do Diretor do jornal: José de Oliveira Barroso. Aqui tem os redatores, esse Luiz Malheiros Tourinho é um dos fundadores do grande Alto Madeira. Saíram sete números desse jornal, sete números!

Fizemos o jornal de maneira autônoma, sem financiamento de políticos. Sabe como isso aí era impresso? Nesse tempo havia outro jornal aqui, chamado “O Guaporé”, e eles nos cederam as suas oficinas e nós, nós que eu digo era eu, ia para lá compor tudo isso aí, naquele tempo eram aquelas prensas... As letrinhas de chumbo, tudo dentro dos quadradinhos... Palavra “x” aí tirava a letrinha daqui, botava aqui, tirava a letrinha, botava aqui... Depois compunha numa grade de ferro todinho e ia para uma prensa. Era um trabalho todo manual. Esse jornal que estou mostrando tem 54 anos.

O fato de os estudantes terem um jornal indica relativa liberdade de expressão. Se havia censura era uma meio branca, que não soltava seus tentáculos. A gente sabia que havia assim uma espécie de pressão, que a gente tinha que andar direitinho, que todo mundo vivia inseguro. Haviam olhos e ouvidos por todo canto, né?

Perdi a prefeitura em 1º de abril, no mês seguinte, no mês de maio eu estava abrindo ali naquele cantinho um negócio, um comércio bem pequenininho, por sugestão de um conterrâneo meu, Miguel Arcanjo, que ainda hoje é um grande comerciante

aqui... Miguel Arcanjo é tio da avó do Guilherme e é meu conterrâneo.

Quando eu estava na prefeitura ele já começava a crescer, a prosperar e como aqui havia problemas de compra de lotes de terra, dificuldades para regularizar a documentação ele me procurava, eu chamava a pessoa do setor de terras e urbanismo daquele tempo e dizia: “oh, resolve isso aqui pro Miguel agora”, e se a coisa era pequena e estava ao nosso alcance a gente resolvia na hora, carimbava, assinava, e ia para o prefeito assinar. Então a gente se tornou amigo, a gente fazia favores, mas sempre dentro da lei. Quando eu fui exonerado do cargo de prefeito eu perdi tudo, mas ele veio aqui e perguntou o que ia fazer. Eu disse “Miguel, eu vou arranjar um emprego qualquer e vou lutar, não vou parar não”, ele disse “Não, não faça isso não, você tem família!”

Eu tinha esse lote de terra onde estamos. Tinha comprado com a indenização que recebi da Texaco. Saí da Texaco para ir para a prefeitura e com a indenização trabalhista comprei esse terreno em 1962. Aí ele me disse: “Você tem esse terreno aí, faça um negocinho bem pequenininho, vá lá, pega telha, tudo, que eu tenho muita coisa lá, constrói e pega mercadoria para vender.” E eu fiz isso, comecei com mercadoria no chão, em cima das caixas. Vendia óleo, sabão, arroz. Era um armazém de estiva. Um ano depois o negócio deu tão certo que eu tinha uma fábrica de gelo e picolé lá no canto. Em questão de... Sei lá... Deu certo! O ponto forte do negócio era a venda de picolés. Eu vendia uma média de quatro, cinco mil picolés todo dia. Comprava aquela geladeirinha, sabe? A meninada vinha, enchia aquela geladeira. Picolé era novidade, ninguém tinha, né? Os meninos vinham aqui, enchiam a geladeirinha e saiam vender, depois retornavam, enchiam de novo. A Taba do cacique é o resultado dos picolés que a gente vendia. Com o comércio eu abandonei a política e me voltei para o meu negócio. Era muito trabalho! Com a Taba eu amanhecia o dia trabalhando. Sete horas da manhã eu estava botando o pessoal para fora. O pessoal do Banco do Brasil

vinham para cá, já saiam daqui direto para o banco. Era uma efervescência danada.

O trabalho que tive valeu a pena, porque hoje a Taba do Cacique é um lugar de memória muito importante para a sociedade de Porto Velho. As pessoas têm esse lugar como uma referência de cultura, de descontração, de boa música, de samba... Estou procurando uns documentos aqui para mostrar, umas matérias de jornal sobre a Taba do Cacique, no seu auge. Os eventos culturais que passaram aqui são muitos, muitos, muitos. Veja só nesses jornais: Canta Candelária, Prova do Samba, a festa dos 34 anos da Taba...

Nenhum show foi proibido de acontecer aqui. A censura, assim como os diretos não era muito exercida aqui. Porto Velho era uma terra estranha... Além do que a própria sociedade já havia interiorizado a norma, se autopoliciaava. A sociedade entendeu que não adiantava estrebuchar... Recebemos Ernesto Melo em nossos shows e hoje ele é um ídolo mesmo de gerações mais jovens que apreciam o samba.

Ao longo do tempo eu guardei muita coisa. Tenho aqui nesses álbuns e no escritóriozinho mais ou menos mil documentos de todo tipo... Outro tanto de fotografias, que naquela época era retrato, né? Ainda não passei para ninguém digitalizar, colocar no computador. Estou me organizando para isso, devagarinho...

Na Taba do Cacique houve muitos espetáculos: Bolero, Chorinho e Bossa Nova.

A Taba do Cacique, esse nome, é uma homenagem à região amazônica, aos indígenas e ao meu pai. Taba é a casa do chefe indígena, do cacique. Cacique é o chefe. Eu fiz uma homenagem primeiramente à região, colocando um nome indígena e em segundo lugar fiz uma homenagem ao meu pai saudoso pai. Peço desculpas por me emocionar ao falar dele...

Meu pai gostava muito de literatura indígena. Eu tenho um irmão chamado Ubirajara, que é o nome de um romance do José de Alencar. O Ubirajara, Iatagan, Guaraci, Ariuda e eu botei o

nome de um dos meus filhos de Uiratan. Então, foi uma homenagem partilhada entre a região e uma lembrança do meu pai.

Meu pai era uma autodidata, gostava muito de ler, vivia com seu pequenos livros, mas também era muito lutador, como eu, e infelizmente não tinha muito tempo para se dedicar à literatura. Ele tinha nove filhos para sustentar, e graças ao trabalho dele pudemos estudar em Fortaleza, num colégio bom. Me emociono em pensar em seu amor pelo conhecimento e em todo o sacrifício que fez para nos dar uma vida melhor. A Taba do cacique é uma homenagem ao meu pai, que gostava da literatura indígena, que gostava do Romantismo brasileiro. E é também uma homenagem à região, aos povos indígenas da região. Essa região onde me fixe e estou até hoje.

De certa forma, as pessoas me reconhecem como uma espécie de cacique, como um líder que, apesar de não ter o poder político, orienta, acolhe, harmoniza. Durante o tempo que passei aqui, que estou passando – porque ainda não terminou - fui presidente da união dos estudantes, diretor de jornal, e essas coisas não se faz isso sozinho. Muitas pessoas me ajudaram e são dignas de crédito. A senhora está aqui com seus dois alunos, passando para eles os ensinamentos.

Na época em que estive na união dos estudantes, durante o tempo em que fiquei na escola Estudo e Trabalho fundei aqui um clube chamado Bilu-tetéia, que teve 25 anos de existência, tinha mais ou menos umas 100 pessoas da sociedade, que faziam parte desse grupo, e a Taba também era uma coisa que precisava de liderança, qualquer coisa que se faça hoje de maior vulto tem que ter liderança, se não tiver não progride. Então eu fui essa pessoa, mas dentro dos meus limites, da minha modéstia, eu fui isso aí, nunca extrapolei, nunca quis ser. Pelo contrário, muita coisa eu escondi, isso aqui tudinho, esses documentos que estou mostrando ficavam escondidos lá, agora que estou tirando. O que eu fazia, não divulgava. O pessoal que vinha aqui, espontaneamente, e registrava, faziam matérias, faziam fotografias e me davam.

Hoje me parece que Porto Velho vive um tempo de retração dos investimentos nos movimentos culturais, nas festas populares. E recentemente tivemos esse problema da enchente, que eu acho que é um fenômeno natural agravado por questões como falta de saneamento básico. Aí vem a enchente com os córregos, a cidade toda obstruída, vem a epidemia, vem uma série de coisas, quer dizer, o poder público não fez aquilo que era necessário para antecipar essas coisas naturais.

Acho que houve também muita exploração política, como existe em qualquer setor, tem a exploração política, qualquer coisinha que acontece: “foi por causa de fulano, por causa de ciclano, por causa do PT, por causa do PSDB”. Foi por causa de fulano e ciclano. Nós necessitamos de gente voltada para o interesse público. Porto Velho é uma cidade feia, a gente que anda por aí vê cada cidade bonitinha, às vezes a gente vê cada cidade pobre... Porto Velho é uma cidade rica, aqui tem muito dinheiro, muita gente rica, por causa do narcotráfico, por causa da facilidade de mercadoria, as nossas fronteiras são muito grandes, extensas, Porto Velho é muito rica, mas a riqueza está na mão de dois ou três, a grande maioria, 90% da população vivem na pobreza.

Acredito muito em Porto Velho, penso que isso aqui é um seleiro. Porto Velho é o maior entroncamento do Brasil em termos de chegada e entrada. Nós aqui vamos para Manaus, em consequência para o Norte todo, aqui a gente sai pelo Acre e vai para o Peru, por Guajará-mirim a gente vai para a Bolívia e para os outros países, se for aqui pela BR é o resto do Brasil, fora uma estrada fluvial que não está melhor porque tem um assoreamento e outros problemas que os poderes não cuidam, que nós poderíamos ter aqui a entrada de navios de grande porte, mas o rio vai fazendo a sua coisa natural e ninguém cuida disso, mas eu acredito em Porto Velho, acho que mesmo sem a administração que nós deveríamos ter, isso aqui não tem mais quem possa parar! Penso que o futuro está aqui.

Nasci de família política lá em Jaguaruana, no estado do Ceará. Meu avô foi prefeito da cidade, avô paterno, avô materno, meus tios... Tenho um irmão lá que é engenheiro, foi vice-prefeito, foi vereador lá na cidade e eu, muito cedo, já tinha ideais políticos, ideais políticos em fazer alguma coisa. Infelizmente lá, por causa de uma briguinha besta, sem importância, peguei o carro, fui para Fortaleza, chegando em Fortaleza peguei um avião e fui para Belém, de Belém peguei um navio e vim bater aqui sem conhecer Porto Velho. Coisa de jovem. Quando ingressei na vida política tinha esperança de chegar lá em cima, de disputar dentro de dois, três anos depois da prefeitura um cargo de deputado federal, senador ou de prefeito aqui... Tinha sonhos altos, sonhava com voos maiores, mas to satisfeito, sabe? Acho que cumpri meu dever, e todo mundo é assim, ninguém faz o que deseja, faz o que pode. Todo mundo é assim, todo mundo tem seus sonhos. Eu acho que a melhor coisa na vida é sonhar mesmo que não realize. Sonhar é muito bom.

Há muitas músicas que marcaram a minha história, por exemplo, “Amada Amante”, do Roberto Carlos, uma música bonita... Ali na entrada do meu escritório tem uma frasezinha que eu botei tem uns quatro, cinco, seis anos: “Moro onde não mora ninguém”, é do Agepê. Eu gosto muito do Caetano Veloso, dos autores antigos, Dutra, Alda Barroso e outros... Os atuais eles aí que sabem.

O lugar onde eu gostaria de estar é Fortaleza, para viver um pouco mais. Lá eu tenho dois filhos, seis netos, quatro irmãos e uma média de cinquenta parentes, entre sobrinhos, tios e etc. Para viver Fortaleza é o melhor lugar, agora, para brigar, para lutar, Porto Velho é melhor. É aqui onde ganho meu pão a cinquenta e tantos anos e onde estou me mantendo. Por exemplo, os meus filhos querem que eu vá pra Fortaleza, todos eles estão bem, com empregos bons, mas sou independente desde os meus 15 anos. Eu me lembro, eu tinha 15 anos, pegava... Sabe o que é o jumento, sabe? É uma mula. Eu pegava e arrumava aquela peça

primeira que se põe, que se chama cangalha, aí tem os acessórios, tem um que se chama cambito e tinha outro que se chama caçoá, é um negócio feito de cipó, põe um do lado, outro do outro. Arrumava essa parafernália toda e ia para a propriedade do meu avô catar oitica, olho de carnaúba e essas coisas todinhas para fazer a cera e vendia para o meu avô as coisas que eram dele mesmo. Fazia isso para ganhar o meu dinheirinho. Isso com 15 anos e de lá pra cá nunca me faltou dinheiro no bolso, mas trabalhando, trabalhando.

Aqui é a minha “oficina”, se eu for para lá vou ser dependente dos meus filhos, e não quero, enquanto eu puder vou ficando, mesmo contra a vontade deles. O que eu gostaria de fazer agora é isso: trabalhar até quando puder. Tenho deveres com a literatura também, pretendo escrever alguma coisa. Escrevi agora a pouco um livrinho, vou até dar um exemplar para vocês. Vou fazer o lançamento depois da copa, entre a copa e a eleição vou fazer um lançamento e vou mandar um convitezinho para vocês. Eu gostaria de lançar esse livro para um público mais jovem, para ver como é a estrada, intercambiar as culturas. O IFRO pode ser uma boa opção para isso.

Meu livro se chama *Solilóquio*, é um monólogo, uma conversa de uma pessoa com ela própria. Vou pegar os nomes de vocês para autografar. Eu escrevo poesia, mas o próximo livro creio que será de crônicas e poesia. E to preparando um livro maior, de história. Esse aí vai demandar... Precisa de tempo para fazer. Eu to organizando, devagarzinho, cronometrando e tal. Estou organizando para quando começar já ter uma espécie de roteiro.

A última poesia deste livro foi escrita com a data e a hora. Foi escrita por meu filho, em novembro, quando ele viajou para cá. Ele e a mulher dele: Júnior e Mari. Fizeram a poesia e me deram. Aí fiz uma homenagem a ele, do jeito que ele fez a poesia eu a coloquei aqui. Como é que se chama copiar assim? Digitalizar. Digitalizei e coloquei no livro.

Eu gosto muito do José de Alencar, ele tem vários livros, tem Senhora, Ubirajara, Lucíola, vários livros, eu li quase todos. Monteiro Lobato, com seus contos eu li alguns também, Urupês... Erico Veríssimo tem Clarissa, tem E o Vento Levou, e outros. Ta saindo aí o Chico Buarque, não sei se vocês já leram Chico Buarque. Ele tem uma maneira diferente de escrever, sabe? Mas muito erudita, muito bonita, muito original. Eu tenho um livro dele aí... Como é o nome meu Deus do céu? Só tenho esse porque o outro me emprestaram... Como é o nome? Deixa eu pegar aqui rapidinho. Foi um presente de um amigo meu que é do Tribunal de Contas da União e hoje está lá em Maceió.

Uma das memórias mais tristes que tenho comigo é a de quando a Taba do Cacique pegou fogo. Não há palavras para descrever o que senti no momento, mas foi algo muito trágico, muito duro porque isso aqui é a minha vida há 58 anos. O incêndio aconteceu porque a senhora que trabalhava aqui deixou um bujão de gás ligado, a mangueira partiu, incendiou e o fogo bateu no telhado. Esse telhado era de palha de caranaí, uma palha aqui da região, e tinha mais uma lona por cima. Então esse fogo, em menos de 30 minutos foi consumindo tudo. Uma coisa que ninguém pode avaliar.

E eu fiquei aqui dentro sem saber o que fazer, sabe? Eu fiquei ali na frente, sem reação, sem saber o que fazer. Por sorte ia passando um cidadão, um rapaz assim nos seus vinte e poucos anos – depois vim saber que era bombeiro e estava de folga. Ele entrou e quando viu a situação começou a chamar o pessoal e tirar as coisas dali de dentro, cama, guarda roupa, estante, bebida, geladeira, foi tirando e jogando na calçada, com medo do fogo passar, nisso chegaram os carros do bombeiro. E nesse ínterim eu fiquei sem ação, sabe o que é sem ação? Eu não peguei nada, fiquei assim meio atordoado.

Logo chegou a imprensa: fotos, perguntas, entrevistas e eu sem saber direito o que dizer daquilo. Isso aconteceu em 2008, não faz muito tempo. Aqui nesse álbum tem uma matéria sobre

o incêndio. Esses documentos, os livros e valores estavam lá na frente e se salvaram.

Depois veio a pior parte, que foi reconstruir a Taba do Cacique. Foi difícil porque eu não tinha recursos para fazer, para deixar semelhante ao que era antes. Eu não tinha recursos! E sou meio avesso a pedir empréstimo, essas coisas, favores... Mas dei meu jeito... Dei meu jeito, disse “eu tenho que fazer”. Aí eu comecei, fui aqui, fui acolá, vendi algumas coisas, vendi um pedacinho de terra que eu tinha aqui, fui juntando dinheiro, rapidamente, e dentro de dois meses o salão estava reconstruído. Considero que tive uma espécie de ajudinha lá de cima, sabe? Uma ajuda divina.

A Taba do Cacique é frequentada atualmente por um punhado de amigos. Pessoas da classe média, funcionários de autarquias, do governo. Tenho uma clientela diferenciada, mas porque comecei a exibir os jogos do Campeonato brasileiro e da Copa Libertadores o público está mais misturado, mas é uma mistura que quase ninguém nota. É só mesmo para o futebol, depois do futebol o pessoal já vai embora. O pessoal que fica é mais o pessoal de casa, os remanescentes de outros tempos. É difícil dizer que sejam meus amigos porque a amizade é uma coisa muito difícil nesse mundo. Mas tenho sim amigos que hoje são mais que amigos, são minha família aqui, como vocês a partir de hoje. Estou feliz por essa entrevista e por essa hora que passei com vocês. Não é todo dia que a gente passa assim uma hora tão bonita como esta.

\*\*\*

*História, memória e direitos humanos:  
50 anos da ditadura militar no Brasil*

ISBN 978-85-66048-44-5

[www.editorapontocom.com.br](http://www.editorapontocom.com.br)